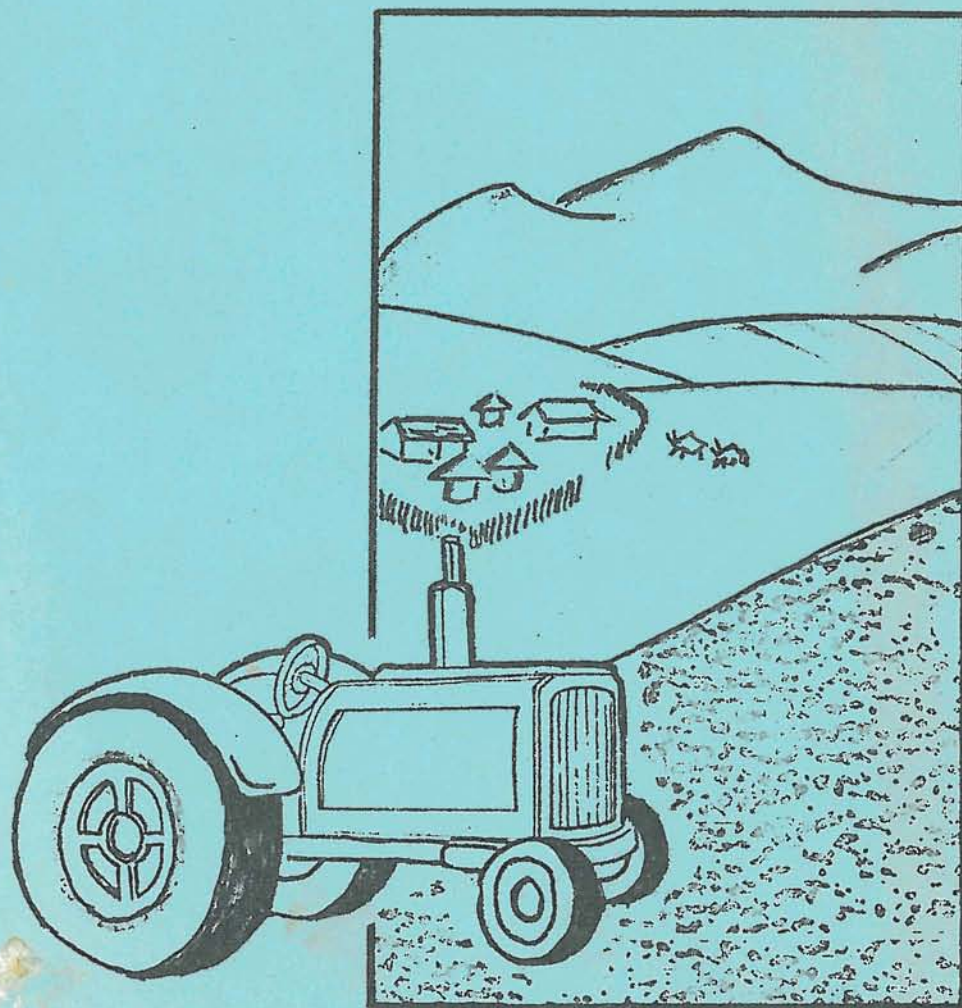
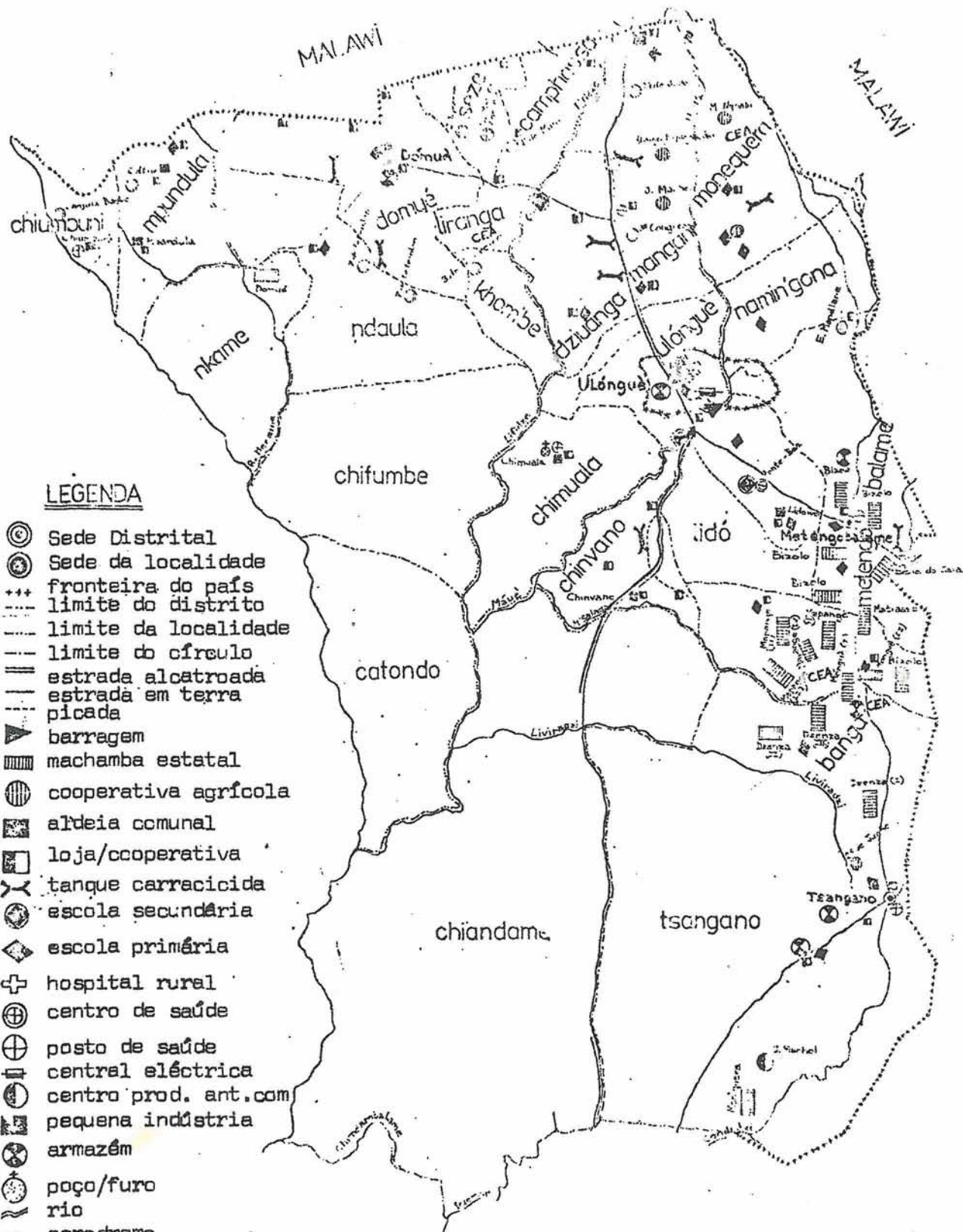


**FAMÍLIAS CAMPONESAS
DA ANGÓNIA NO PROCESSO
DE SOCIALIZAÇÃO DO CAMPO**



Centro de Estudos Africanos
Universidade Eduardo Mondlane — Maputo
República Popular de Moçambique

DISTRITO DE ANGÓNIA - TETE



LEGENDA

- ⊙ Sede Distrital
- ⊙ Sede da localidade
- +++ fronteira do país
- limite do distrito
- limite da localidade
- limite do círculo
- == estrada alcatroada
- estrada em terra picada
- ▽ barragem
- ▨ machamba estatal
- ⊙ cooperativa agrícola
- ▣ aldeia comunal
- ▣ loja/cooperativa
- ⊗ tanque carracida
- ⊙ escola secundária
- ◇ escola primária
- ⊕ hospital rural
- ⊕ centro de saúde
- ⊕ posto de saúde
- ⊕ central eléctrica
- ⊕ centro prod. ant.com
- ⊕ pequena indústria
- ⊕ armazém
- ⊕ poço/furo
- ⊕ rio
- ⊕ aerodromo
- ⊕ pastagem vedada
- CEA

Adaptação do mapa do

Distrito de Angónia - Tete
 Levantamento da ocupação territorial
 DNH/MOPH/INPF-Delegação Prov.

ÍNDICE

	PAG.
Prefácio	1
Introdução: Famílias camponesas da Angónia no Processo de socialização do campo	3
I. Capitalismo colonial no distrito de Angónia	8
II. A socialização do campo na Angónia, 1974-1982	18
III. A organização actual da agricultura familiar e a sua socialização	35
IV. O papel do capital privado na Angónia	63
V. Angónia na Década	73

MAPAS

O distrito de Angónia	i
Horta de Milton Biriante	48 a
Parcelas de Laissonne Amós	50
Casa e Machamba: Paulo Domingos	55

QUADROS E GRÁFICOS

1 Registo de comercialização ao sector familiar, 1948-67	12
2 Salários pagos pelos colonos	13
3 Comercialização de milho registado na campanha, 1980-81	24
4 Cooperativas: Local, Membros, Crédito, Hectares Realizados	28 a
5 Calendários das operações agrícolas	36 a
6 A evolução dos preços dos bens de consumo, 1968-81	41
7 Comparação de preços: Malawi/Moçambique	42
8 Inventário das lojas - Julho 1982	44
9 Controlo do abastecimento, Jan.-Jul. 1982	45
10 Recenseamento do gado bovino	59

PREFACIO

Este relatório resulta da investigação conduzida pelo Centro de Estudos Africanos sobre a "Socialização do Campo no Distrito de Angónia", durante o mês de Julho de 1982, uma das últimas orientadas por RUTH FIRST, Directora de Investigação do C.E.A., assassinada a 17 de Agosto de 1982, pelo regime racista da África do Sul.

O estudo focou os dois alvos do processo de transformação socialista da produção naquele distrito: a cooperativização da agricultura camponesa e a socialização da produção no sector estatal agrário, nomeadamente o CAIA (Complexo Agro-Industrial de Angónia). O nosso objectivo era o de analisar a base de produção actual do distrito, a sua organização técnica e de classe, para esclarecer quais os passos que levarão à sua socialização e que realizarão o papel dinamizador do sector estatal no processo. Foi-nos necessário prestar particular atenção ao problema do comércio, aspecto crucial na organização da produção na Angónia.

Para podermos dar um quadro geral da situação do distrito, colocámos as brigadas de campo em diversas situações. Uma brigada trabalhou na sede do CAIA e na Unidade de Produção de Matiasse; outra trabalhou em Maganga, na localidade de Domué, numa comunidade que tem uma das cooperativas agrícolas mais duradouras do distrito (3 de Fevereiro) e uma cooperativa de consumo; outra, ainda, trabalhou em Nganga, na localidade de Tsangano, perto do bloco Matiasse do CAIA; e finalmente, uma outra trabalhou em Maonequera, no norte da localidade de Matengo-Balane, perto da estrada asfaltada que liga Blantyre a Lilongué no Malawi, e sede da cooperativa Marien N'gouabá. Foi destacado um grupo para fazer o levantamento do material disponível na Sede do Distrito.

Esta dispersão levou a imensas dificuldades logísticas para nós, para as estruturas provinciais e distritais e para a direcção do CAIA, a quem queremos agradecer o apoio prestado.

As brigadas eram compostas pelas seguintes pessoas, professores e alunos do Curso de Desenvolvimento do C.E.A., apoiados por elementos da Província e do Distrito:

CAIA

Bridget O'Laughlin
Gary Littlejohn
Alcinda Abreu
António Matabele
Dipac Jaicatilal
Gulamo Calú
Joaquim Vieira
Victorino Niquisse

MAGANGA

Marco Teixeira
António Cabral
Artur Ricardo
Jaime Mutolo
Maria Nita Cau Dengo
Teodoro Waty
António Castigo (distrito de
Angónia)

MAONEQUERA

Helena Dolny
Adelina Pereira
Gabriel Pereira
Geraldo Tafa
Osvalda Joana
Pedro Nhiuane
Jorge Alfai (Província de Tete)

NGANGA

Dan O'Meara
Agostinho Pililão
Alberto Majawa
Gabriel Domingos
Norberto Monteiro
Tomás Saidene (distrito de
Angónia)

A responsabilidade global pelo relatório cabe ao Centro de Estudos Africanos, e ao seu Director AQUINO DE BRAGANÇA

FAMILIAS CAMPONESAS DA ANGÓNIA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DO CAMPO

Socialização do campo: Ruptura com a estrutura de classe do capitalismo colonial

No processo de socialização do campo milhares de famílias camponesas moçambicanas transformarão a sua organização de vida, as suas formas de trabalhar, as suas preocupações, as suas aspirações, para viverem em moldes colectivos. Este processo constituirá uma ruptura violenta com a estrutura de classe imposta pelo capitalismo colonial, uma estrutura formada não só pela exploração mas também pelas formas de luta, de resistência, e de auto-defesa adoptadas tanto pelas diversas camadas camponesas como pelo trabalhador migrante, longe das suas terras.

Assim, a estrutura de classe do capitalismo colonial reflecte-se na organização actual da produção familiar, na composição da família, na organização do comércio, na rede de transportes existentes, na organização do poder local. Quer dizer, a estrutura de classe não consiste só nas relações entre grupos de pessoas, mas também, na organização material da produção em que se definem. A socialização do campo é uma luta de classes que enfrentará e destruirá a antiga estrutura capitalista de classe. Deve-se esperar portanto, encontrar por parte de determinados grupos, uma oposição e bloqueios à actual organização da produção, do comércio, e mesmo do Estado. O condicionalismo central da cooperativização não é apenas convencer as famílias camponesas que podem produzir mais e melhor em cooperativas, mas antes, reorganizar a sociedade para que isso seja possível.

O Contexto do Estado

Este relatório analisa a luta desencadeada, em três locais diferentes do distrito da Angónia, no processo de integração de famílias camponesas na socialização do campo. A população do distrito de Angónia (+ 245.000) vivem em povoações concentradas no Norte e no Nordeste do distrito, ao longo da fronteira com o Malawi.

Estas terras altas têm chuvas e cursos de água abundantes, gozam de uma estação de cultura longa e regular e são de uma fertilidade geralmente boa, embora gastas em determinadas zonas pela erosão, pelo cultivo contínuo, pela pastagem intensiva de gado e pela desflorestação. Estes problemas relacionam-se com a alta densidade de população, que ultrapassa, em certas áreas, 100 habitantes por km².

Os camponeses da Angónia produzem milho, feijão e gado, para o seu próprio consumo e para vender, além de várias outras culturas comerciais, principalmente batata, tabaco e hortícolas. A enxada domina o trabalho da terra embora se use a tracção animal para o transporte de produtos e às vezes para a lavoura.

Espalhados pelo distrito e intercalados por machambas familiares e aldeias, encontram-se os blocos do sector estatal agrário do distrito, o CAIA (Complexo Agro-Industrial da Angónia). O CAIA, põe em cultura todos os anos cerca de 10.000 ha, principalmente de milho e batata; faz lavoura mecânica nas suas terras, mas ainda recorre, em grande escala, à mão-de-obra manual para as sacas e colheita.

O sector privado, constituído por antigos colonos e moçambicanos que se conseguiram estabelecer depois da Independência, combina normalmente a actividade comercial com a agricultura e produz milho, batata, hortícolas, feijão, e gado.

As brigadas do C.E.A. trabalharam em três locais que reflectem os aspectos diferentes da imagem geral do distrito da Angónia. Maganga, situa-se na localidade de Domué, é a zona mais fértil e também a mais povoada do distrito. É aí que a população enfrenta maiores dificuldades em encontrar novos terrenos para os seus filhos, para pastagem do seu gado, para obtenção de lenha para cozinhar. Nunca houve uma ocupação importante de agricultores colonos na zona, e fica suficientemente afastada da U.P. Domué do CAIA para não sentir directamente o impacto do sector estatal.

O que preocupa a população de Maganga é o controlo do comércio: a comercialização do seu milho, tabaco e feijão; o acesso às moagens; o abastecimento das lojas e os preços exigidos pela densa rede de novos comerciantes que se fixaram no Domué depois da Independência. É no Domué, que o movimento cooperativo do distrito parece mais forte, um factor que influenciou a localização do novo Centro Rural de Experimentação e Desenvolvimento (CRED) em Matengo-Balame. Formaram-se em Maganga uma cooperativa de produção agrícola e uma cooperativa de consumo.

Em Nganga, a principal preocupação é o relacionamento com o CAIA e particularmente com a U.P. Matiasse. Embora administrativamente situada na localidade de Tsangano, Nganga encontra-se apenas a 7 kms da sede do CAIA, em Ossitene e assim, representa a situação actual do no Sul da localidade de Matengo-Balame.

Nos últimos anos de ocupação colonial, houve uma expansão do sector colono nesta zona. Por um lado, expulsaram camponeses das suas terras e, por outro, comercializaram o milho, feijão e sobretudo a batata, produzidos no sector familiar.

Na formação e expansão do CAIA, estas terras recentemente expropriadas ao campesinato, foram integradas no sector estatal, e em Nganga, certas machambas familiares, pomares, pastagens e caminhos de gado nunca antes cultivados pelos colonos, foram também cultivados pela UP Matiasse.

Nos momentos de crise no recrutamento de mão-de-obra, a UP Matiasse recorre aos povoados vizinhos sem quase sempre poder fornecer os produtos prometidos em troca do trabalho. Ao contrário dos colonos, o CAIA não fornece nem adubo, nem semente, nem bens de primeira necessidade à população vizinha e não faz a comercialização da sua batata. O conjunto de reivindicações - terra, recrutamento, abastecimento e comercialização - resulta que a população de Nganga considera-se adversária do CAIA, sendo esta, reciprocamente, a visão da direcção da UP Matiasse. No povoado de Nganga nunca se formou uma cooperativa.

O terceiro local de estudo, o povoado de Moonequera, encontra-se no Norte da localidade de Matengo-Balame, perto da estrada asfaltada que marca a fronteira Moçambique/Malawi e constitui a principal artéria comercial do Malawi. Nesta zona, alguns dos colonos continuaram depois da Independência; as herdades dos que fugiram foram transformadas em cooperativas, ou ocupadas por machambas familiares ou ainda apropriadas por novos privados moçambicanos.

É em Moonequera que se manifesta mais claramente o reconhecimento por parte da população de dois caminhos diferentes de desenvolvimento agrário: a cooperativização oposta à agricultura e ao comércio capitalistas ao mesmo tempo que o envolvimento geral da população no comércio com o Malawi - na compra de bens e na venda do seu milho, hortícolas, batata e gado - une uma pequena burguesia traficante com as massas camponesas à procura de um melhor abastecimento, numa aliança contra o controlo estatal do comércio fronteiriço. Assim, a única forma para avançar é garantir que a cooperativização melhore o abastecimento do povo.

Resumo dos resultados do estudo

No primeiro capítulo, focam-se as transformações realizadas pelo capitalismo colonial na agricultura familiar na Angónia, que resultaram na estrutura de classe que o processo de socialização do campo hoje enfrenta. Estas transformações são essencialmente duas: a semi-proletarização, que integra uma fase de trabalho assalariado na própria organização da machamba familiar, e a subordinação da produção familiar ao capital comercial, ao qual o pequeno produtor tem que recorrer para vender os seus produtos, para adquirir factores de produção.

No segundo capítulo desenvolvem-se as dificuldades enfrentadas na socialização do campo na Angónia, nos primeiros anos da Revolução. Constatam-se que, nas três principais frentes de luta - pela realização do papel dinamizador do sector estatal, pelo controle estatal do comércio e pela consolidação de modelos cooperativos - a direcção do Partido fica comprometida, ao nível das estruturas políticas da base, dada a supremacia de medidas defensivas e a ausência de uma linha segura de transformação da actual estrutura de produção agrária.

O terceiro capítulo analisa a organização actual da agricultura familiar na Angónia a partir da qual o movimento cooperativo terá que se formar. Destaca-se o intenso envolvimento do campesinato na produção de mercadorias, o que significa que a transformação socialista da agricultura familiar terá que remodelar, não só a produção, mas também a organização do comércio no distrito.

Constata-se uma distinta diferenciação na organização da produção camponesa; conseguindo os que têm um fundo de investimento proveniente do trabalho assalariado ou da especulação comercial, ultrapassar as barreiras para o avanço da produtividade que enfrentam os camponeses da Angónia em geral.

Assim o movimento cooperativo, via alternativa a este processo de diferenciação, terá que vencer pela superioridade técnica que manifesta. Verifica-se que o processo de diferenciação baseia-se na semi-proletarização - o envolvimento de quase todas as famílias camponesas no trabalho assalariado. Assim, o movimento cooperativo dependerá pois, para o seu avanço, duma reorganização total da vida familiar das comunidades camponesas, e da ruptura por parte do sector estatal com o emprego de trabalhadores que se sustentam com base na agricultura familiar.

No quarto capítulo, aborda-se o papel dos grupos estrategicamente opostos à socialização do campo - os agricultores e comerciantes privados - na realização de alguns dos principais objectivos imediatos desta fase da revolução: o aumento da produção, o melhor abastecimento do povo; e a captação de excedentes para acumulação socialista planificada.

Vê-se que na situação actual da Angónia, o Estado não consegue subordinar o capital privado ao cumprimento destes objectivos: o agricultor privado corre atrás dos lucros comerciais, em vez de investir na produção; o comerciante privado maximiza o seu lucro precisamente nos canais não controlados pelo Estado; o camponês assegura o seu abastecimento opondo-se ao controle estatal do comércio e entrando em aliança com o comerciante que o explora.

O quinto capítulo, aborda a questão "O que fazer?". No contexto da Angónia, como pode o Partido utilizar o poder que o Estado tem para avançar com a socialização da produção familiar e para neutralizar os interesses de classe opostos? As medidas propostas colocam-se para a década, mas assinalam-se também três tarefas imediatas:

- 1) Resolver imediatamente a posição defensiva do sector estatal agrário que se manifesta pelo recurso ao recrutamento de mão-de-obra sazonal, pela contenção acerca da ocupação da terra, pelo deficiente (e às vezes ilícito) envolvimento da empresa na comercialização e abastecimento do povo;
- 2) Romper a aliança formada contra o Estado, por todas as camadas do campesinato e o capital comercial que se baseia no tráfico com o Malawi.
Esta ruptura não pode ser realizada somente pelo aumento do controlo policial de fronteira, mas antes pelo controlo sobre os comerciantes mais fortes e pela expansão das cooperativas (e portanto do Estado) no comércio retalhista e na moagem. Se se fizer só controlo policial não se enfrentará a estrutura sócio-económica e põe-se em risco a produção existente.
- 3) Garantir que seja a linha de classe do Partido que dirija ao nível da base. Isso significa apurar a composição e funcionamento das estruturas do Partido e dos grupos dinamizadores ao nível da localidade política, povoado e povoação. Mas mais importante ainda é que o Partido defina posições relativamente às principais lutas do distrito - a consolidação do sector estatal agrário, o controlo do comércio, a socialização da agricultura familiar.
Para participar conscientemente na luta de classes na Angónia o campesinato tem que saber o que será para eles a socialização do campo, quem é o inimigo de classe, que há para avançar.

I. CAPITALISMO COLONIAL NO DISTRITO DE ANGÓNIA

Para o governo colonial, o distrito de Angónia era tido principalmente como uma grande reserva de mão-de-obra, primeiro para o cultivo das grandes plantações de açúcar ao longo do rio Zambeze e para a construção dos caminhos-de-ferro do Centro e do Norte, e em segundo lugar, para as machambas dos colonos instalados nas terras arrancadas ao povo do distrito.

Este povo trabalhador, concentrado numa área relativamente pequena, agrupado em aldeias, controlado por estruturas políticas integradas no aparelho de Estado colonial, foi explorado através da construção de um sistema de trabalho forçado barato e eficiente. Assim, o distrito foi sujeito a um processo de proletarianização que alterou a estrutura da agricultura familiar, e modificou profundamente a organização do trabalho agrícola, tornando necessário um período de trabalho assalariado para qualquer homem que pretenda organizar a sua machamba familiar.

No entanto, a presença dos colonos, produzindo e comercializando as mesmas culturas que o camponês (milho, batata, feijão, hortícolas), a expansão da procura destes produtos alimentares em Moçambique e o fácil acesso ao mercado do Malawi, criaram condições para uma nítida diferenciação na organização da produção familiar.

Emergiu um grupo relativamente grande de camponeses que organizava a sua produção não só para comer mas deliberadamente para vender, e que tinha que vender para se reproduzir. Normalmente, a pequena produção para o mercado depende de um período prévio de trabalho assalariado por parte do chefe de família durante o qual o salário subsidia a subsistência familiar.

Neste período, poupa-se um fundo para investimento na produção familiar e adquire-se uma experiência de trabalho que serve à organização da produção agrícola. Assim, se formou uma agricultura familiar extremamente diferenciada na sua organização, com cada família resolvendo à sua própria maneira o problema da necessidade de entrada no mercado.

Estas duas características do campesinato da Angónia, a sua subordinação ao trabalho assalariado e a diferenciação da sua produção agrícola, são chaves para compreender as dificuldades enfrentadas na socialização do campo no distrito. Neste capítulo traçamos, em linhas ainda inseguras, a evolução destes elementos da estrutura de classe durante o período da ocupação colonial.

A organização da exploração da Angónia, por parte do Estado português, foi bastante fraca até ao final da primeira Guerra Mundial. A administração colonial serviu alguns comerciantes portugueses da zona, apoiou a instalação dos primeiros missionários católicos nos anos 1908-14, lançou impostos em géneros, e lançou algumas campanhas de cultura obrigatória de amendoim - distribuindo sementes aos camponeses que depois tinham que vender a sua produção ao Estado.

Mais importante economicamente, nesta primeira fase de colonialismo, foi a ocupação Britânica do Malawi. Os britânicos mantiveram uma presença militar forte na zona (chegaram a ocupar Malanguene, em território moçambicano, nos anos '90) e o seu comércio dominava também a Angónia onde até hoje, se utilizam cifras inglesas na contabilidade e se calculam os preços na moeda do Malawi.

O passo crucial das primeiras décadas da ocupação portuguesa foi a incorporação das estruturas políticas locais no aparelho administrativo colonial. No século passado, a zona da Angónia foi ocupada por pastores e guerreiros Nguni que assumiram o controlo político da população Cewa desta área, hoje dividida entre o Malawi e Moçambique.

Os portugueses inseriram-se nesta hierarquia, tornando os chefes Nguni em régulos (mfumo), funcionários do governo colonial que aproveitavam uma vasta rede de indunas e cabos de terra. Esta hierarquia, aparentemente "tradicional", foi de facto integrada no aparelho do Estado colonial. Estava encarregue do recrutamento de trabalhadores assalariados, da recolha do imposto em géneros e mais tarde em dinheiro - para o Estado colonial.

Os régulos que não colaboraram devidamente eram substituídos, fosse qual fosse a sua linhagem real Nguni e os regulados eram redefinidos em função de novas divisões administrativas separadas do Malawi.

A integração do poder local no Estado colonial foi um condicionalismo para o bom funcionamento do sistema de recrutamento de trabalhadores migrantes na Angónia. Embora os trabalhadores recrutados pelos régulos da Angónia fossem já mandados para as plantações de açúcar nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, o maior peso do trabalho forçado fez-se sentir a partir de 1927, com a consolidação do sistema de chibalo.

A Angónia foi uma das principais reservas de mão-de-obra para a Sena Sugar Estates e para a Companhia de Moçambique. Camponeses da Angónia, foram transformados em cortadores de cana e operários agrícolas nos vastos e dyros campos de Marrumeu, Luabo, Búzi e Caia; trabalharam na construção da linha férrea Beira/Umtali, da Beira/Inhâminga e Beira/Blantyre; abriram as serrações de Inhâminga.

Embora o prazo do chibalo fosse teoricamente de 6 meses por ano, os trabalhadores foram muitas vezes obrigados a ficar um ano, antes de poderem voltar à terra. O alojamento era miserável, a alimentação mínima, e os salários irrisórios. Segundo os nossos entrevistados na Angónia, um cortador de cana recebia 300\$00 no fim do contrato em 1948, 100\$00 por mês em 1960.

O chibálo tornou-se "voluntário" em 1964, depois da independência do Malawi. Quer dizer que o trabalhador que aceitava uma manta e um adiantamento do salário tinha que ficar, quaisquer que fossem as condições de trabalho, até completar o seu contrato.

Nestas condições de trabalho, muitos jovens da Angónia fugiram para os países vizinhos, procurando trabalho assalariado melhor pago que o chibalo. Trabalharam nas minas e nas machambas dos colonos no Zimbabwé e na Zâmbia. Através do Zimbabwé e Malawi, foram contratados para as minas e empresas agrícolas da África do Sul.

Assim, o campesinato de Angónia adquiriu uma longa história de trabalho assalariado. Não encontramos nenhum homem da Angónia que nunca tivesse trabalhado fora da sua machamba. Entre os que já voltaram para as suas terras, há muitos homens com histórias de trabalho migratório de 20 a 30 anos. Voltaram, não só com uma certa experiência industrial mas, ainda mais importante no contexto de Angónia, com um conhecimento de novas técnicas agrícolas e artesanais de tracção animal para o transporte e lavoura, rega e horticultura, utilização de sementes melhoradas, carpintaria, alvenaria.

Décadas de ausências prolongadas dos homens, que no seu regresso à machamba familiar, com novos padrões de consumo, novos conhecimentos técnicos, e, às vezes, com pequenos fundos monetários, levaram a mudanças profundas na estrutura da agricultura familiar.

Primeiro, foi-se intensificando o cultivo das áreas mais férteis e já desbravadas do planalto. A abertura de novos terrenos, difícil para uma mulher trabalhando sózinha, é empreendida hoje pelos que têm acesso a uma charrua, que conseguem empregar mão-de-obra adicional, e que "roem" as margens das pastagens comunais.

Segundo, a criação de gado bovino antigamente monopolizado pelas famílias Nguni, dispersou-se na população, através da compra e venda.

A intensificação da pastagem resultando a distribuição dispersa de muitas pequenas manadas, e a intensificação do cultivo, levaram à desflorestação e erosão da terra ameaçando a riqueza agrícola da Angónia.

Terceiro, começou a haver uma nítida diferenciação entre as famílias através da organização da produção agrícola. Algumas produzem abaixo das suas próprias necessidades e os homens recorrem continuamente ao trabalho assalariado para sustentar a família. Outras, abrem hortas nas baixas, compraram bombas, utilizam os seus fundos monetários para comprar adubo e empregar trabalhadores casuais, e vendem hortícolas, batata ou tabaco. Outras, compraram uma charrua ou carroça, treinam os seus bois, e alugam estes meios a outras famílias, há ainda outras especializações na organização agrícola que serão descritas no Capítulo III.

Esta diferenciação na organização da produção familiar, já implícita na semi-proletarização da Angónia, foi reforçada pelas formas de exploração impostas com a instalação dos colonos no distrito, e pela estrutura colonial de comercialização agrícola no Malawi. No quadro 1, descreve-se a evolução do registo da comercialização do sector familiar pela Estatística Agrícola de Moçambique, que revela apenas uma fraca oferta de milho até aos anos '50. Nada podemos, porém, concluir sem tomar em conta a actuação do governo colonial britânico no Malawi que, face a uma grave falta de milho durante a Segunda Guerra Mundial, lançou um programa agressivo de fomento de comercialização de milho.

Melhoraram os preços ao produtor, forneceram novas sementes e abriram novos postos de comercialização estatal. O aumento resultante na produção de milho, não só no Malawi, mas também nos distritos vizinhos de Moçambique, levou finalmente a uma sobre-produção e os britânicos começaram a preocupar-se com o esgotamento da terra nas zonas produtoras.

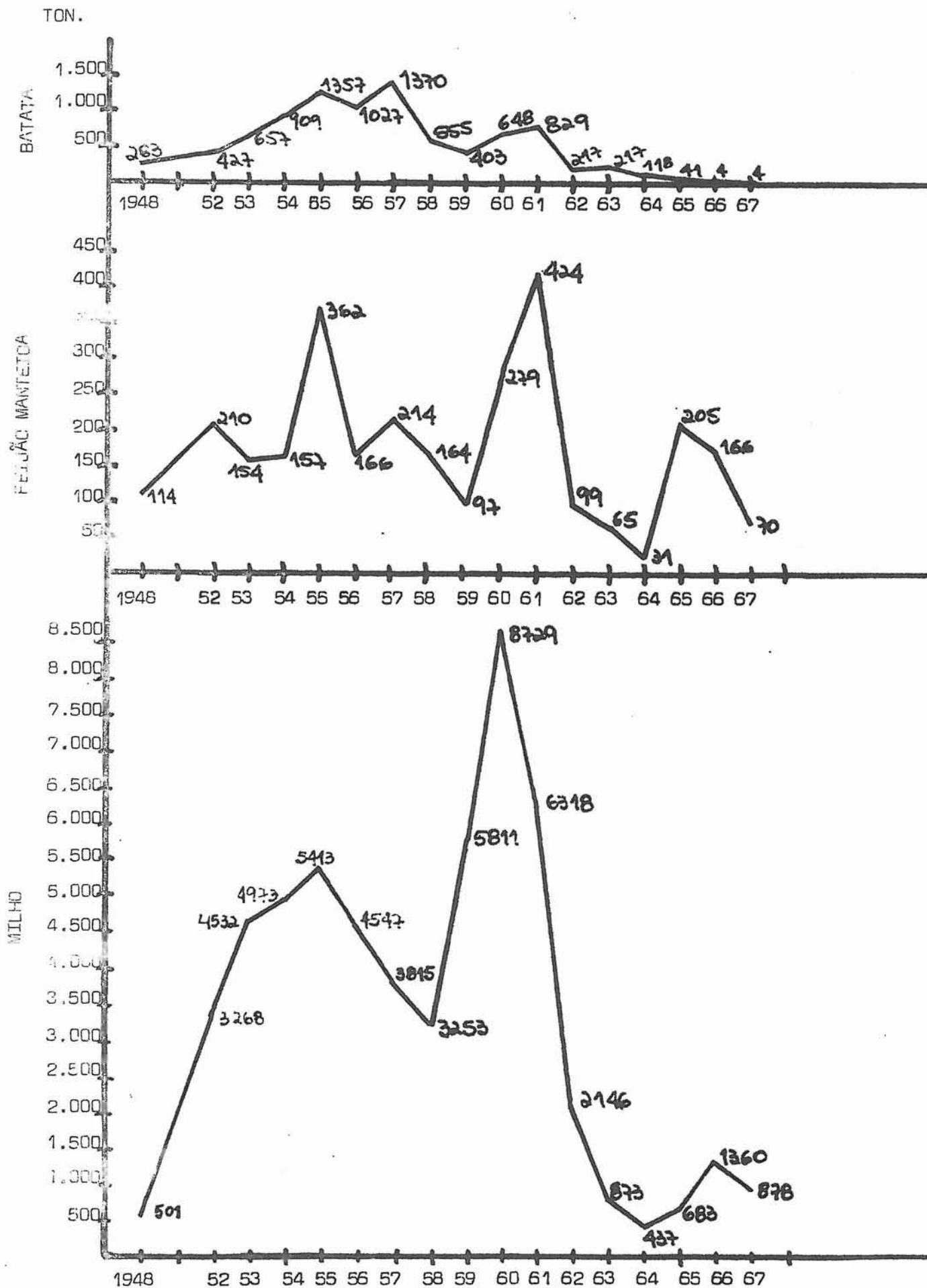
A partir de 1954, reduziram o preço de milho no Malawi, encerraram postos de comercialização e proibiram a cultura de milho em determinadas áreas de terras esgotadas.

A subsequente queda na comercialização de milho no Malawi acompanhou a expansão de comercialização de milho ao sector familiar e a expansão da rede de comerciantes portugueses no distrito de Angónia, nos anos '50. Não podemos assumir, portanto, que a alta comercialização de milho registada (até 8.729 toneladas em 1960) reflecta unicamente a produção da Angónia. O que é verdade é que o corte da comercialização no Malawi e a expansão da procura de milho nas províncias de Tete, Manica e Sofala, permitiu aos comerciantes colonos em Moçambique, tirar bom lucro comercial da produção camponesa e reforçou a especialização de certas famílias camponesas na produção de milho para venda.

Mais tarde, nos fins dos anos '60, o aumento da procura de comida associada com a abertura de Cabora Bassa, maior tráfego no porto da Beira, e a expansão da Guerra de Libertação Nacional no Norte de Moçambique, criou uma base para a expansão da comercialização agrícola no distrito. O número de moagens no distrito cresceu de 2 em '66 para 24 em '71. Colonos tal como Hermínio Rodrigues da Casa Agrícola avançavam sementes e adubos aos camponeses e compravam batata e hortícolas que mandavam para a Beira, Quelimane e Nampula.

Assim, na Angónia, cresceu rapidamente o número de famílias camponesas que organizavam a sua produção com base em insumos comprados - adubo, sementes de batata e hortícolas. A maior parte dos comerciantes colonos tinham também a sua machamba privada onde cultivavam milho, batata e feijão manteiga e faziam criação de gado bovino. Mas a importância do sector privado só começou a sentir-se na produção agrícola do distrito nos anos '50.

GRÁFICO 1: REGISTO DE COMERCIALIZAÇÃO AO SECTOR FAMILIAR



Os colonos abriram machambas com autorização da administração colonial e dos régulos, apropriando-se de terras em pousio pertencentes à população. Concentraram-se na localidade de Matongo-Balame perto da fronteira, com acesso fácil aos principais circuitos comerciais do Malawi. Abriram também machambas na localidade mais alta e fria, e menos fértil e povoada, de Tsangano. A localidade de Domué, com a sua concentração de população camponesa, ficou com uma rede apertada de cantineiros, mas sem um forte sector de agricultores privados colonos.

Os colonos apropriavam muito mais terra do que eram capazes de cultivar. Em 1965, por exemplo, os 11 colonos fornecendo informação à Estatística Agrícola possuíam 3.470 ha, dos quais apenas 768 ha sob cultivo. Cultivavam sem prestar muita atenção, nem à manutenção dos solos nas áreas de declive, nem à rotação das culturas. Quando uma parcela já não rendia deslocavam-se para um novo terreno, às vezes retirando-se se a população fizesse um esforço para defender as suas terras.

A rentabilidade dos colonos dependia da utilização da mão-de-obra barata recrutada das famílias camponesas da zona, inicialmente através do chibalo. Apresentavam o seu pedido ao chefe de posto que mandava os régulos requisitar o número de trabalhadores pedidos. Alguns dos colonos considerados "fortes" pela população (tal como Hermínio Rodrigues), contactavam directamente com os régulos para garantir o fornecimento oportuno de trabalhadores. Os salários eram extremamente baixos:

QUADRO 2

Salários pagos pelos colonos

ANO	TAREFA	SALARIO
1952	Machambeiro	15\$00/mês
1962	Ajudante mecânico	150\$00/mês
1972	Machambeiro	100\$00/mês
1973	Ajudante tractorista	150\$00/mês
1973	Agro-pecuário	250\$00/mês

O número de colonos na Angónia aumentou mais uma vez nos anos '70, como elemento da estratégia portuguesa de defesa contra o avanço da Frente de Libertação em Tete. O Anuário de Moçambique de 1978 assinala no distrito 43 agricultores privados, quase todos portugueses (17 dos quais instalados em Matongo-Balame), 78 lojas privadas, e 34 moagens.

A administração já não se preocupava com a autorização do régulo, antes de expropriar as terras dos camponeses, nem se limitava ao roubo das terras em pousio. Houve conflitos fortes e abertos entre colonos e camponeses que perderam machambas sob cultivo e a sua colheita, principalmente na localidade de Matengo-Balame.

Muitos destes novos colonos eram o que a população chama "fraquinhos", quer dizer, sem capital. Dependiam do crédito bancário e do apoio em maquinaria e factores de produção das novas instalações do Instituto de Cereais (ICM) em Ulongué (Vila Coutinho), a quem vendiam a sua produção e também o milho, comprado a um preço mais baixo aos produtores camponeses em redor.

Consolidou-se também durante esta última fase do capitalismo colonial um verdadeiro capitalista agrário na Angónia. O Hermínio Rodrigues da Casa Agrícola, que para além de comprar batata ao campesinato expandia cada vez mais as suas manadas de gado bovino e os seus terrenos sob cultivo em Matengo-Balame e Tsanganó, atingindo aproximadamente 2.000 ha na campanha de 74/75. Abriu também novas áreas de produção na Zambézia (Nauela, Licure, Renze) e comunicava entre estas vastas e dispersas machambas por rádio e pela frota de viaturas que escoavam produtos alimentares para as lojas da Casa Agrícola nas cidades de Pemba, Nampula, Nacala, Quelimane e Tete. Empregava um número considerável de trabalhadores permanentes especializados - armazenistas, carpinteiros, tractoristas, motoristas, mecânicos - e assegurava o recrutamento de trabalhadores sazonais pelo forte abastecimento das lojas da empresa, que davam prioridade aos que tinham cartão de trabalho apontado. Todo este império foi generosamente financiado por empréstimos dos bancos coloniais.

Embora o foco da política colonial na Angónia, nos anos 1964-74, fosse fortalecer o sector colono, nem as expropriações nem o recrutamento de mão-de-obra chegaram a travar a intensificação do envolvimento dos camponeses no mercado e a consequente diferenciação da produção familiar. Através das suas ligações com o Malawi, dos programas de fomento agrícola e das actividades dos próprios colonos, os camponeses da Angónia começaram a comprar adubo, sementes melhoradas e novas ferramentas para melhorar a sua produção agrícola e a aumentar a venda de excedentes. Com poupanças do trabalho assalariado ou provenientes da especulação comercial, formou-se um grupo de pequenos produtores que investiam na sua produção, face ao progresso da Libertação Nacional, a política colonial esperava consolidar esta camada e integrá-la no sistema colonial.

A crise agrícola no Malawi nos anos '60, garantiu aos camponeses da Angónia um mercado seguro para os seus produtos excedentários, incluindo o gado. Desenvolveu-se um grupo de transportadores que, utilizando carroças e tracção animal, conseguiram operar nas margens do comércio colono, para vender no Malawi os seus excedentes comprados a outros camponeses de Moçambique.

O mato da Angónia parece uma teia de aranha, cortado por centenas de pequenas pistas de carroça que vão até à fronteira. Alguns destes camponeses comerciantes compravam moinhos e máquinas de costura, abriam "bancas" para servir a população rural, expandiram e diversificaram a sua produção agrícola.

As ligações comerciais com o Malawi também serviram para integrar camponeses da Angónia nos programas de desenvolvimento do pequeno "farmeiro", o modelo adoptado no Malawi nos anos '70 para recuperar a sua produção alimentar. Camponeses de Angónia ainda escutam cuidadosamente as emissões em Chinyanja do "Malawi Farmer", na Rádio Malawi, que descreve novos métodos de adubação, ensina esquemas de rega, divulga informação sobre pragas e chuvas, etc.

O governo colonial português fez algumas tentativas para enquadrar a comercialização dos camponeses da Angónia na planificação colonial. A cultura de trigo foi introduzida em Tsangano, mas o apoio prometido nunca foi efectivamente fornecido. Nos anos '70, o ICI começou a fornecer sementes e a comprar milho a um grupo de camponeses cultivando de 7 até 10 ha, e incluiu alguns moçambicangs no seu programa de apoio aos privados. Mais importante na extensão agrícola foram os próprios colgnos, tal como o Hermínio Rodrigues, que forneciam factores de produção - batata, semente e adubo - em troca dos produtos entregues no fim da campanha.

Assim, nos fins do período colonial, embora não seja possível falar de uma pequena burguesia agrária na Angónia, já se distinguem vários grupos de produtores especializados. Eles mostravam-se muito interessados em melhorar a sua posição no mercado pelo avanço das suas técnicas de produção, empregando já mão-de-obra não familiar e preocupados com a consolidação da sua posição relativamente às famílias menos prósperas. O desenvolvimento e enquadramento político deste grupo de camponeses foi um dos objectivos da Igreja Católica, que teve uma presença forte no distrito desde os inícios deste século. A sua rede de capelas rurais e escolas rudimentares fazia parte da estrutura do poder colonial ao nível local. Mas estas escolas ensinavam em Chinyanja e, portanto, não ofereciam nenhuma via de subida social dentro de Moçambique.

Na última fase do colonialismo, porém, o número de missões operando na Angónia aumentou de 2 em 1966 para 7 em 1977. Começaram a fazer o ensino em português e abriram uma escola secundária para formação dos filhos dos camponeses prósperos da Angónia.

Este grupo de camponeses mais prósperos, ligados aos colonos, passando livremente para o Malawi, firmemente enquadrados na Igreja, parece nunca ter desenvolvido uma consciência nacionalista. O peso político deste grupo ao nível local, que surge da sua relativa estabilidade e poder económico num mar de semi-proletarização, explica em

parte os bloqueios erguidos na Angónia ao avanço da FRELIMO. Em 1964-65, houve reuniões no Malawi para mobilizar a população em apoio à luta armada, mas depois de uma onda de detenções, a iniciativa quebrou-se. A FRELIMO, conseguiu cortar as vias directas da Angónia para Tete, estabeleceu zonas libertadas no canto nordeste do distrito e recebeu apoio em alimentação dos camponeses do Domué. Não conseguiu, porém, desenvolver núcleos do novo poder popular ao nível da base nas zonas mais povoadas do distrito. Este facto teve consequências graves para o Partido na sua direcção da luta pela socialização do campo na Angónia, nos anos após a Independência.

II. A SOCIALIZAÇÃO DO CAMPO NA ANGÓNIA, 1974-1982

Transformar a herança de semi-proletarização, de pequena produção mercantil e agricultura parasitária dos colonos legada ao distrito de Angónia pelo capitalismo colonial, num sistema de produção socialista, será necessariamente uma luta prolongada. No entanto, a partir de 1974, iniciou-se no distrito o processo central desta luta - a construção das estruturas do poder popular que garantam a direcção da luta pelo Partido FRELIMO. É esta direcção que subordinará as forças de classe enraizadas numa economia capitalista colonial aos interesses da aliança operário-camponesa, no desenvolvimento duma economia socialista.

Na Angónia, os militantes da FRELIMO provenientes das zonas libertadas de Tete, assumiram um papel activo na nova organização do distrito. Sob a sua orientação foram escolhidos os primeiros grupos dinamizadores, normalmente compostos por pessoas que reflectiram três posições diferentes na comunidade:

- pessoas respeitadas pela sua autoridade derivada da posição política da sua família (incluindo o clã); camponeses prósperos, respeitados pela sua iniciativa e seu trabalho; jovens educados pela FRELIMO, regressados ao campo.

Muitas vezes os novos quadros representavam vários destes perfis: o Secretário do povoado de Nganga e ex-empregado de uma cantina que fazia transporte utilizando a sua carroça e que conseguiu comprar uma moagem na altura da Independência. O Secretário da Política Económica de Moanequera é um jovem que tem um pequeno estúdio de fotografia em Ulongué.

Embora houvesse um activo processo de denúncia dos que tinham colaborado com a PIDE no distrito, não é de admirar que várias pessoas das famílias dos régulos tenham entrado nos Grupos Dinamizadores. No sistema de regulados o clã não só como unidade de administração para o poder colonial, mas também como instrumento de defesa da população.

A ligação com o clã do régulo constituía uma protecção para muitas famílias. O mesmo argumento aplica-se à actuação da igreja a nível local: embora funcionasse como mecanismo de controlo do povo, também fornecia serviços de saúde e de educação através do qual o campesinato esperava melhorar a sua vida. Assim, foram aceites nos Grupos Dinamizadores, vários elementos, muito respeitados na comunidade, que continuavam a ser activos na igreja local.

O segundo passo na construção de estruturas do poder popular, foi a primeira campanha de estruturação do Partido em 1979, que separou o Partido das tarefas administrativas assumidas pelos Grupos Dinamizadores. Os membros do Partido, normalmente foram escolhidos de entre os militantes dos G.D.'s. Em certas áreas do distrito, foram formadas Células que conseguem operar ao nível da base, mas noutras áreas os membros do Partido operam apenas como indivíduos de bom exemplo nas suas aldeias, sendo as reuniões colectivas organizadas só ao nível da localidade administrativa.

No CAIA, nunca houve uma fase de organização de Grupos Dinamizadores. Por isso, a estruturação do Partido foi a primeira intervenção política no seio dos trabalhadores da empresa. Nessa altura, foram escolhidos também elementos para as organizações de base: C.P.'s, OJM e OMM. As pessoas que entraram nas estruturas políticas activamente foram jovens alfabetizados ou velhos trabalhadores respeitados além de elementos de chefia. Apesar duma experiência variável de uma unidade de produção para outra, em geral pode-se dizer que o Partido não assumiu um papel dirigente na Empresa, nem foi organizado um relacionamento consistente e activo entre as estruturas do Partido da empresa e das várias localidades em que se encontram as unidades de produção e onde vivem (e muitas vezes cultivam) os trabalhadores do CAIA.

O terceiro passo na construção do poder popular, foi a organização de um sistema de administração local em que a população deixaria de ser "administrada" para assumir a responsabilidade de participar no seu próprio governo. No tempo colonial, a unidade administrativa dependia mais ou menos do número de pessoas recenseadas, quer para a recolha de impostos quer para o recrutamento de trabalho forçado. Na organização das novas localidades políticas, teve mais importância a formação de unidades que pudessem actuar politicamente na constituição de uma Assembleia do Povo. Assim, por exemplo, na localidade administrativa de Matengo-Balame, a localidade política menos povoada, corresponde, mais ou menos, aos limites do antigo regulado ou círculo, enquanto em Domué, com alta densidade populacional, vários círculos (hoje povoados) foram agrupados numa mesma localidade política. O processo de recenseamento em 1980 foi importante na organização administrativa local: em vários círculos, as células de 60 famílias definidas para o censo, constituem hoje a povoação, a unidade administrativa mais básica, substituindo o antigo grupo colonial, baseado no clã, do nyankuava.

Na consolidação das novas estruturas do poder popular um dos problemas específicos da Angónia foi o débil processo de formação de aldeias comunais que materializam e animam a vida política.

Existem as aldeias comunais e cooperativas organizadas por regressados do Malawi, nas antigas zonas libertadas, no nordeste da localidade de Domué, mas não existem aldeias comunais nas outras áreas do distrito de Angónia. Isso, resulta em parte, da ambiguidade da situação já existente. A população deste distrito, vivia já no tempo colonial, mais ou menos em aldeias, muitas vezes com uma escola rudimentar ou um posto de saúde construído pela população - sob orientação da igreja católica.

Como proceder nesta situação: tentar formar novas aldeias comunais através da deslocação da população ou transformar as estruturas existentes para as tornar em aldeias comunais? De facto, na prática, foi seguido o segundo caminho. Com a Lei das Nacionalizações, o Estado assumiu a responsabilidade das escolas e Postos de Saúde, e, numa conferência distrital do Partido em 1980, foi decido encerrar as capelas rurais, orientação esta que parece não ter sido realmente aplicada. Enfrentaram-se imediatamente dois problemas no processo de consolidação de aldeias comunais: dificuldade em manter aberto o número de escolas e postos de saúde existentes com um bom nível de serviço - quer em termos de pessoal quer em termos de material sanitário e didáctico; segundo, dificuldade em fazer com que a população considerasse os novos serviços como seus, assumindo uma certa responsabilidade perante a direcção e manutenção das escolas e postos de saúde. Por isso, o carácter comunal das aldeias continua ainda seriamente comprometido.

A simples organização das estruturas políticas de base foi, na Angónia, um processo penoso e prolongado, e ainda não acabado, o que em si, representa um passo muito limitado na consolidação da direcção do Partido, na luta de classes. As novas estruturas locais ainda não têm uma posição forte e agressiva nas frentes mais significativas da luta pela transformação socialista do distrito:

- a luta para formar e consolidar um sector estatal agrário socialista;
- a luta pelo controlo estatal do comércio;
- a luta pela cooperativização da agricultura familiar.

É nestas três frentes que se revelam mais claramente as forças de classe que se opõem à consolidação da aliança operário-camponesa.

O sector estatal agrário

Comparada com a experiência de formação de machambas estatais, a transição da Casa Agrícola para o Complexo Agro-Industrial de Angónia (CAIA) foi bastante ordenada. O antigo chefe de produção, ficou na empresa e assumiu a direcção da campanha 1974-75. A primeira Comissão Administrativa formou-se em 1976. Assim o CAIA nunca perdeu uma campanha agrícola nem passou pela destruição de infraestruturas e equipamentos que tanto dificultou a formação de outras empresas estatais.

Nestes anos após a Independência, foram abandonando o País vários colonos das localidades de Tsangano e Matengo-Balame. As suas machambas, manadas, maquinaria, armazéns, mágens e lojas foram sendo integradas no CAIA, como também passou para o CAIA a gestão da fábrica de moinhos localizada em Calomué.

A existência de um forte sector estatal agrário, produzindo grandes excedentes e utilizando técnicas avançadas, é um dos mais poderosos instrumentos do poder da direcção e planificação socialista duma economia. Assim, houve muitas mudanças projectadas na organização da produção da Casa Agrícola para corresponder melhor às necessidades de desenvolvimento do País.

Foi determinado que o CAIA devia ser um dos celeiros do País, produzindo principalmente, e em grandes quantidades, milho para satisfazer as necessidades do povo. Quando se decidiu que o amendoim era outra necessidade do povo, que se devia produzir na Angónia, constatou-se que o CAIA não tinha terrenos apropriados, e a machamba estatal expandiu-se mais uma vez em 1979, ocupando terras na localidade de Domué que nunca tinham sido cultivadas pelos colonos. O CAIA estendeu o seu raio de actuação até 240 kms.

Para aumentar a produção total da empresa agrária o CAIA contava com dois caminhos: a expansão da área cultivada e a introdução da mecanização. Além de integrar mais machambas abandonadas e de abrir a unidade de produção em Domué, o CAIA também aumentou anualmente as áreas cultivadas, quer de pastagens, quer de pousio, quer de áreas formalmente ocupadas pelos colonos mas de facto aproveitadas pelo campesinato para as suas machambas familiares ou pastagem.

Assim, a área sob cultivo passou de 2.000 ha, cultivados pela Casa Agrícola até quase 10.000 ha. na campanha de 81-82. Esta área é composta por blocos dispersos, intercalados por machambas familiares e pastagens.

A expansão da área cultivada implicou necessariamente o aumento da procura de trabalhadores agrícolas para a machamba estatal. Pensava-se aumentar a produção nivelando ao mesmo tempo a curva de procura sazonal de trabalhadores. Assim, os planos de produção previam mondas químicas e colheita por autocombinadas, para permitir uma maior estabilização da força de trabalho. Para alojar este novo proletariado agrícola planificou-se a construção de casas de alvenaria para os trabalhadores e suas famílias, plano este que justificou a abertura de uma fábrica de tijolos para abastecer o programa de construção do CAIA.

Finalmente, previa-se uma mudança fundamental do relacionamento entre a empresa agrícola e a população. Nem se iria recorrer à mão-de-obra sazonal recrutada através da administração, nem revender com lucros os produtos - batata, hortícolas, milho, feijão - comprados ao campesinato pelas lojas da empresa. Por isso, foi anulado o sistema de avanço do adubo e a empresa fechou à população várias lojas situadas nas terras que pertenciam aos colonos e que tinham servido como centros de comercialização e abastecimento do campesinato. A nova forma de relacionamento devia ser feita através do apoio que o CAIA iria dar às cooperativas agrícolas dentro da sua zona de influência.

Na realização destes projectos de transformação encontraram-se várias dificuldades que conduziram à situação actual do distrito em que o CAIA, em vez de ser visto pelo campesinato como instrumento do seu avanço e transformação, é considerado, por largas camadas da população, como o seu adversário.

O primeiro foco de luta é a questão da terra. A instalação e ocupação pelos colonos de muitas terras actualmente lavradas pelo CAIA, foi um processo recente e incompleto na Angónia. Assim, em várias áreas os camponeses reivindicavam a devolução das suas parcelas na altura da Independência. Noutras áreas continuavam a cultivar ou a pastar o seu gado em terras teoricamente na posse do CAIA. Quando a empresa começa a cultivar estas terras, encontra muitas vezes uma forte oposição por parte da população deslocada, que vai até ao roubo da colheita. Por vezes o problema resolve-se pelo recuo da empresa, podendo ver-se na U.P. Matiasse, uma parcela de milho da população crescendo dentro da machamba de batata da empresa.

Quando o CAIA expandiu as suas áreas cultivadas para zonas nunca aproveitadas pelos colonos, também encontrou oposição. Embora o princípio fosse abrir 3 ha numa outra área para o camponês deslocado, o compromisso nem sempre foi realizado. Além disso, a empresa ocupava sem qualquer recompensa pastagens comunais ou terras em pousio pertencendo a determinadas famílias.

O segundo foco de conflito é o recrutamento de mão-de-obra voluntária que surge das crises persistentes de falta de trabalhadores sazonais, para as sachie e colheita. As falhas que se verificam no aprovisionamento de herbicidas e nas dificuldades de manutenção e fornecimento de equipamento, comprometem todos os anos, os planos elaborados, obrigando a empresa a recorrer a um recrutamento não planificado de mão-de-obra sazonal.

A empresa herdou as condições mínimas de alojamento dos colonos, aumentou o número de trabalhadores, e não conseguiu construir novas casas. Portanto, as péssimas condições de alojamento, no frio intenso das noites de Angónia fazem com que seja muito difícil manter um número adequado de trabalhadores sazonais no CAIA.

As prateleiras vazias das lojas do CAIA também não atraem trabalhadores. A empresa vê-se pois, obrigada a pedir apoio à administração do distrito e da localidade que organiza jornadas de trabalho, normalmente não pagas, por parte da população, especialmente mulheres e alunos, das células vizinhas dos blocos do CAIA.

Existe um forte ressentimento contra o CAIA que continua, numa base quase regular, com esta forma de recrutamento, agravada por promessas não realizadas, de pagamento em géneros.

O terceiro foco de conflito é o envolvimento comercial do CAIA com o campesinato vizinho. Hermínio Rodrigues e outros colonos compravam produtos aos camponeses, vendiam adubo, sementes e bens de consumo e alugavam equipamento. Quando o CAIA integrou as propriedades dos colonos, encerrou certas lojas, reservou outras principalmente aos seus trabalhadores, retirou-se do aprovisionamento em factores de produção ao campesinato, e limitou-se à comercialização dos produtos que a própria empresa necessitava.

Por outro lado, o CAIA continua a fornecer factores de produção, apoio mecânico e maquinaria em segunda mão a determinados agricultores privados e trabalhadores da empresa. Assim, o campesinato reivindica o acesso às lojas, à comercialização dos seus produtos e ao aprovisionamento em adubo, sementes e maquinaria. Outros não reivindicam mas resolvem informalmente, através do roubo ou do suborno de um tractorista para lavrar algumas parcelas familiares junto à machamba estatal, ou pela compra, na candonga, de adubo do CAIA.

O CAIA tem pois um grande impacto no distrito de Angónia, mas este impacto, em vez de dinamizar a transformação socialista da vida camponesa, contribui para a consolidação de uma forte oposição ao Estado, por parte de todas as camadas do campesinato vizinho. O apoio prestado pelo CAIA a certas cooperativas não neutraliza a base desta oposição é, por isso, fica comprometido por uma relação de desconfiança mútua. É pois urgente, no momento actual, para a consolidação do poder popular na Angónia, encontrar uma linha de socialização para a produção camponesa e para o sector estatal agrário, que os torne interdependentes e complementares no avanço em conjunto.

O Controlo Estatal do Comércio

Numa economia planificada socialista o controlo da distribuição é central. Determina o relacionamento entre o consumo e o investimento; determina quem investe e como; e determina quem consome e como. Quando todos os agentes que produzem ou intervêm na distribuição são estatais, este controlo é facilitado. O processo de transformação socialista na Angónia enfrenta uma realidade: a maior parte dos intervenientes na distribuição não são unidades estatais. Além disso, num distrito fronteiriço tal como Angónia, muitos intervenientes nem estão sujeitos à direcção estatal de Moçambique, porque operam a partir do Malawi.

Nestas condições não se pode planificar directamente a distribuição. O Estado tem que mobilizar as suas armas e planificar a sua intervenção nos circuitos de distribuição de modo a subordinar estes agentes independentes ao Plano Estatal. A actuação do Estado está comprometida pela existência de mercados paralelos, porque os produtos são desviados dos seus destinos, determinados pela planificação estatal e os termos de troca determinados pelo Estado, são mudados. Isto permite a acumulação do lucro comercial pelo comércio privado, que não se submete aos planos estatais de distribuição.

A rede de comércio da Angónia não passou pela crise que se verificou em muitos distritos do país na altura da independência. Os cantineiros portugueses que fugiram, foram rapidamente substituídos por comerciantes Moçambicanos, uns vindos de fora e fazendo parte de famílias comerciais, outros provenientes do próprio distrito e já envolvidos em pequenas actividades comerciais — empregados de balcão, dono de uma banca, de uma moagem ou de um bar. Foram criadas 8 lojas do Povo, que passaram em 1980 para o comércio privado e para as cooperativas de consumo. Três outras lojas vagas foram ocupadas por cooperativas agrícolas para organizarem cooperativas de consumo.

A rede existente de comerciantes, é composta por três grupos distintos:

- 1) vinte capitalistas mais fortes, incluindo os colonos que ficaram no distrito, que têm o seu próprio transporte, operam nos seus próprios postos de comercialização, muitas vezes com lojas dispersas em várias localidades do distrito, e que, como agricultores privados, recebem apoio estatal através do P.E.C.;
- 2) cerca de 40 outros privados, normalmente moçambicanos, que alugam transportes ao primeiro grupo, têm apenas uma loja e conseguem fazer comercialização agrícola esporadicamente quando têm produtos para trocar;
- 3) o traficante ou comerciante aspirante - o camponês próspero com os seus próprios excedentes para vender - que aproveita a sua bicicleta ou a sua carroça para vender produtos no Malawi. Traz sabonetes, tecidos, açúcar, ou petróleo para Moçambique; troca estes bens por milho de outras famílias mais pobres, ou cobra em dinheiro, o transporte de produtos dos outros para a fronteira.

Sendo o distrito de Angónia, principalmente uma zona de produção agrícola, a base da rentabilidade de todos estes comerciantes é a comercialização agrícola, a compra e revenda de milho, feijão, batata e gado bovino, produzidos pelos sectores familiar e privado. Para os três grupos de comerciantes, os lucros são realizados através da sua participação nos circuitos paralelos que desviam produtos dos destinos planificados, que violam os preços legais, e que permitem a acumulação de lucros comerciais nas mãos de capitalistas privados à custa dos planos estatais de investimento.

A existência destes circuitos paralelos na Angónia, depende de uma série de factores que, no conjunto, minam o controlo estatal do comércio:

- escassez e ampla procura de bens alimentares em Moçambique e no Malawi, tais como, o milho, o feijão e a carne da Angónia, que se vendem sem dificuldades nas cidades de Tete e Beira, nas minas, em Cabora Bássá, nas lojas e postos fronteiriços do Malawi;
- de compradores, em Moçambique, dispostos a pagar preços muito mais altos que os preços legais, para garantia do consumo urbano, sendo alguns destes compradores, entidades estatais;
- das mercadorias - bens de consumo e instrumentos de produção - que o camponês quer trocar pelo seu produto, e que têm maior e mais consistente oferta no Malawi e do que na Angónia;
- embora o Estado controle a produção ou importação da maior parte dos bens industriais, à venda na RPM, depende do comércio privado para a sua distribuição;

- as moagens e transporte no distrito que estão concentradas nas mãos dos comerciantes privados, o que lhes facilita adquirir e escoar produtos sem controle estatal;
- da existente rede rodoviária e ampla utilização de tracção animal no distrito que facilitam o escoamento de produtos para o Malawi.

Resulta desta situação que o milho, o feijão, a batata e o gado, produzidos em Moçambique passam por camiões, por carroça e por bicicleta ou a pé, para o Malawi. Outros produtos como, o petróleo, sabão, e combustível são desviados do sector estatal agrário e do comércio distrital e passam também para o Malawi.

O segundo resultado é que a AGRICOM, Empresa Estatal de Comercialização Agrária, não consegue desempenhar o seu papel como grossista, comprando aos comerciantes privados para revender segundo a planificação nacional de consumo. O comércio privado escoda para o Malawi ou vende directamente aos consumidores em Moçambique, captando assim um amplo lucro comercial. Os que vendem à AGRICOM são os que não conseguem arranjar transporte. O problema manifesta-se claramente na informação apresentada pelo próprio Comércio Interno sobre a Comercialização Agrária na campanha 80-81.

Dos totais de milho comercializados aos sectores familiar e privado e controlados pelas guias de livre trânsito, é entregue à AGRICOM uma quantia menor do que a parte escoada pelo comércio privado:

QUADRO 3 - COMERCIALIZAÇÃO DE MILHO REGISTADA NA CAMPANHA 1980-81

TOTAL (KG)	(A)	Comercializado ao sector familiar	572,160
	(B)	Comprado nos postos fixos da AGRICOM	664,270
	(C)	Comprado às cooperativas de consumo pela AGRICOM	25,167
	(D)	Comprado pelo comércio privado	1,882,723
	(E)	Comprado pelo comércio privado e entregue à AGRICOM	330,974
Total entregue à AGRICOM (B + C + E) = (F) do sector familiar			1,020,411
			(39,7%) (F) como % de A
Total (G) entregue à AGRICOM pelo sector cooperativo			117,283
Total (KG) (H) vendido pelos agricultores privados			792,355
	(I)	Comprado aos agricultores privados pela AGRICOM (12% - I como %H)	97,527
Total (J) comercialização (A+G+H = J)			3,481,798
Total (K) comercializado pela AGRICOM (F+G+I= K)			1,235,221
		(35% K como % de J)	

Nestes totais não se incluem o milho escoado ilegalmente para o Malawi, nem o vendido na candonga em Moçambique, nem a farinha comercializada pelas moagens. É evidente que o comércio privado domina a comercialização de milho na Angónia, tanto ao nível grossista como ao nível retalhista.

Um terceiro resultado é que os termos de troca entre a cidade e o campo, determinados pela estrutura oficial de preços, são sistematicamente desviados na prática. O preço pago aos camponeses pelo produto ultrapassa o preço de compra oficial (por exemplo, milho comprado a 9,50 MT/KG em vez de 6,00 MT/KG). O preço exigido pelo comerciante na revenda ultrapassa ainda mais. E os altos preços pagos pelo camponesinato para comprar escassos bens de consumo na candonga dão-lhe cada vez menor poder de compra. É de realçar que os termos de troca viram-se contra o camponesinato mas não a favor da população urbana; quem beneficia é o comerciante que capta o lucro comercial. Com este sistema, o comerciante acumula porque rouba ao camponês e ao assalariado (através dos termos troca).

Um quarto resultado é que, através do desvio de excedentes, a circulação do metical fica contraída. O comerciante exige pagamento em produtos, não em meticals, para venda de bens de consumo ou mesmo para a moagem dos cereais. O camponês defende-se, recusando vender a sua produção em dinheiro mas só exclusivamente em produtos. O limitado poder de compra do metical, reflecte-se na especulação contra o metical no mercado negro: troca-se o metical pela kwacha do Malawi a uma taxa de 3,5 vezes maior do que a taxa oficial, aumentando assim o lucro comercial captado pelos que trocam dos dois lados da fronteira.

O Estado tem tentado redirigir a produção nacional para fins nacionais, e apropriar-se das fontes de acumulação e investimento agora monopolizadas por capitalistas. A primeira medida foi a de anular o acordo de livre circulação das duas moedas (kwacha e escudo) nas zonas fronteiriças, que datava do tempo colonial. A seguir, em 1980, a fronteira foi legalmente fechada ao comércio entre os dois países. Nenhuma destas medidas está a ser efectivamente aplicada no distrito, em parte porque não existe a capacidade administrativa e policial de o fazer e, em parte, porque era politicamente inaceitável tentá-lo, dada a actual dependência do abastecimento do camponesinato de Angónia deste tráfico.

Uma segunda táctica foi a de tentar alargar a própria acção do Estado na comercialização. A AGRICOM, ocupa as instalações do antigo ICM em Ulongué com amplo espaço para armazenagem e propoe-se alargar a sua actividade grossista, comprando milho aos comerciantes do distrito. Como já vimos consegue-o apenas marginalmente, comprando às cooperativas agrícolas e a alguns comerciantes moçambicanos do grupo mais fraco que lhe vendem quando não têm transporte.

Face a esta situação, a AGRICOM decidiu, para a campanha de 80-81, inserir-se directamente no comércio retalhista comprando ao camponesinato em 29 postos de comercialização. Esta acção conseguiu recuperar produtos de alguns comerciantes e traficantes pois que os postos foram abastecidos em bens de primeira necessidade.

Uma terceira tática foi a de ligar o abastecimento fornecido pelo Estado com a compra de produtos agrícolas. Assim, na campanha de 80-81, 30% da quota provincial de abastecimento foi retirada, para reforçar as quotas dos distritos mais produtivos da província, incluindo a Angónia. O resultado foi que a província atingiu 300% da meta para o sector familiar na comercialização de milho.

Na campanha a seguir, porém, os stocks de bens de abastecimento existentes na província não eram suficientes para permitir o reforço das quotas dos distritos de grande comercialização agrícola. Assim, foi decidido impôr a ligação comercialização/abastecimento directamente no processo de compra.

Na Angónia esta política de vinculação não foi imposta ao nível do comerciante, controlando a relação entre produtos levantados e compras registadas, mas antes, ao nível do camponês, dando direito a comprar produtos de abastecimento unicamente aos que tinham alguns produtos agrícolas para vender. Esta política foi facilmente aceite pelos comerciantes do distrito que já vinham recusando vender determinados produtos ou prestar serviços em meticais, tal como a moagem de milho. A política reforçou a correspondente exigência dos camponeses - recusar vender produtos em meticais, e diminuiu ainda mais o seu interesse em manter poupanças. Tal como foi praticada a política de vinculação, o poder de compra do Estado não aumentou significativamente. A quarta tática foi a formação das cooperativas de consumo, que chegou quase a assumir o carácter de um movimento espontâneo de massas no distrito da Angónia. Há pelo menos 33 cooperativas de consumo, normalmente sem nenhuma ligação quer com uma cooperativa de produção agrícola quer com uma aldeia comunal. Algumas destas cooperativas foram formadas por pequenos grupos de camponeses que se teriam tornado comerciantes colectivos, mas em geral, representam uma tentativa de defender a comunidade contra os altos preços e fraco abastecimento fornecido pelo comércio privado. No entanto, até hoje as cooperativas de consumo não conseguiram fazer uma entrada de peso nos circuitos comerciais do distrito. O Estado não consegue registar e controlar o número de cooperativas, e ainda menos, fornecer transporte, moagens, e formação na gestão que as cooperativas precisam para poderem concorrer com o comércio privado.

Actualmente, o Estado está pois, numa posição bastante defensiva na luta para controlar o comércio no distrito da Angónia, e o capital comercial continua a acumular geralmente na base dos circuitos de troca que o Estado não consegue nem dominar nem fiscalizar. Mais ainda, algumas medidas de controlo, tais como a caça aos pequenos transportadores na fronteira e a vinculação, uniram o campesinato numa posição anti-estatal que os coloca do lado do capital e contra os seus próprios interesses de classe.

Hoje em dia, a luta para determinar onde vai ser consumida a produção da Angónia, quais os termos de troca a serem praticados, e como vai ser apropriado e utilizado o lucro comercial é uma das frentes mais quentes da construção socialista.

A Luta pela Cooperativização da Agricultura Familiar

- Cooperativas de produção agrícola

Nos primeiros anos da Independência havia, aparentemente, duas visões diferentes sobre o desenvolvimento da agricultura camponesa na Angónia. Por um lado, foram organizadas machambas colectivas em vários círculos do distrito. Mas, por outro, a Independência devia representar a libertação do pequeno produtor das restrições impostas pela presença dos colonos no distrito (visão essa que tem fortes precedentes na política agrária traçada no Malawi). Assim, várias parcelas das machambas colonas abandonadas, foram ocupadas por camponeses individuais e outros pequenos produtores que tentaram investir na expansão da sua produção comercial.

A política de crédito do BPD, seguida nos primeiros anos da Independência, parece ter reforçado esta segunda visão. Na campanha de 75-76, foi concedido crédito a 62 agricultores privados no distrito de Angónia. Dos 62, para os quais há informação registada, cerca de 40 são moçambicanos, e destes 26 cultivam apenas de 1 a 10 ha.

Estes camponeses médios, que nunca tinham tido acesso ao crédito antes da Independência, esperavam adquirir factores de produção através dele. Mas, apesar de terem dinheiro, não conseguiram comprar arado, e quase todos falharam com o reembolso do empréstimo. Esta política de crédito diferiu bastante da actual prática do BPD, que além de financiar as cooperativas agrícolas, orienta o crédito para os grandes privados e não para os camponeses médios: dos 34 de que há informação, apenas 7 dos agricultores privados recebendo crédito na campanha de 81-82, cultivam de 1 a 10 ha.

A partir da campanha de 77-78 iniciou-se uma forte mobilização para se formarem pré-cooperativas em cada círculo do distrito. As machambas que tinham sido ocupadas por cultivadores individuais foram reapropriadas e entregues a cooperativas em Mulanguene e Monequera. Noutras áreas, as machambas familiares em pousio foram novamente desbravadas mecanicamente pela Direcção Provincial de Agricultura e entregues a uma cooperativa. Nos círculos mais perto da U.P. Matiasse no CATA, nem a empresa nem os camponeses cedêram terras e nunca foram organizadas formas cooperativas de produção.

Uma especificidade da Angónia é que quase todas as cooperativas começaram com um número restrito de sócios (mais ou menos 20) que assumem a responsabilidade pelo cultivo.

Só Cajula Base, uma cooperativa de regressados do Malawi, com 104 membros, segue o padrão clássico dos primeiros anos de Independência de envolver toda a população dum zona na produção colectiva. Existem cooperativas em que só um elemento do agregado familiar é que é membro da cooperativa (geralmente o marido) enquanto que os outros familiares continuam a trabalhar na machamba familiar, havendo contudo casos de casais que são sócios da cooperativa.

Os sócios foram determinados por diversos critérios de entre os quais o da aderência voluntária é relativamente raro. Num círculo quase todas as pessoas que têm responsabilidade política participam na cooperativa, salvo os considerados já sobrecarregados. Num outro círculo o Administrador da localidade indigitou dois camponeses médios, ambos julgados como cultivadores fortes, para responsáveis da cooperativa e encarregou-os da selecção dos restantes sócios.

Num outro ainda, antigos trabalhadores de uma machamba colona que tinham ocupado estas terras foram encorajados a se juntarem numa cooperativa.

A cooperativa da Angónia, é normalmente vista mais como "Machamba do Partido" do que como projecto para transformar a organização da agricultura familiar. Nenhuma cooperativa se formou pela unificação de machambas familiares e não há mais do que uma cooperativa por povoado (círculo). A cooperativa é uma tarefa política assumida apenas por determinadas pessoas que normalmente andam longas (e anti-económicas) distâncias entre a cooperativa, as suas casas e machambas familiares, sendo estas a real base económica dos cooperativistas.

No mapa junto (Quadro 3) resume-se a seguinte informação existente sobre a evolução das cooperativas de Angónia por campanha: número de cooperativistas, empréstimos recebidos do BPD, montante em dívida, área planificada e realizada, culturas feitas e dinheiro distribuído por sócio. Não nos foi possível confirmar a maior parte desta informação ao nível das cooperativas, mas mesmo assim permite-nos identificar alguns problemas.

As cooperativas receberam um financiamento consistente e generoso do BPD, apesar dos rendimentos geralmente baixos. Por isso quase todas as cooperativas do distrito encontram-se hoje numa situação em que, a principal propriedade colectiva que têm, é uma enorme dívida financeira.

O nível da dívida reflecte o alto nível de mecanização de várias tarefas nas cooperativas, garantida pela MECANAGRO (e anteriormente pela DDA ou pelo CAIA). Várias cooperativas queixaram-se da qualidade do trabalho prestado pela Mecanagro mas, da pouca informação organizada que apanhamos da Mecanagro, não conseguimos apurar abusos flagrantes do tipo encontrado noutros distritos. As cooperativas pagam uma taxa subsidiada e as horas de trabalho correspondem aproximadamente às horas de trabalho por ha. registadas para os trabalhos feitos nas machambas dos agricultores privados. As cooperativas parecem ter recebido também uma certa prioridade na ordem de trabalhos: por exemplo, na campanha de 79-80, a Mecanagro lavrou os terrenos das cooperativas em Setembro e Outubro e as dos privados em Novembro e Dezembro. Assim é difícil atribuir o baixo rendimento e conseqüente endividamento das cooperativas exclusivamente à qualidade de trabalho da Mecanagro ou do CAIA.

De facto, a parte de trabalho agrícola a ser feita pelos cooperativistas, sobretudo o trabalho manual das sacas, não acompanhou o nível de lavouras feitas pelas máquinas do Estado. É também interessante verificar que, num distrito em que muitos camponeses utilizam tracção animal, o gado dos cooperativistas não foi geralmente aproveitado nas cooperativas, nem para a lavoura nem para o transporte.

QUADRO 4 COOPERATIVAS: LOCAL, MEMBROS, CRÉDITO, HECTARES REALIZADOS

COOPERATIVA	LOCAL.	DISTRITO	1982	ANO COMEÇ	1980/81	1980/81	1981/82*	MONTANTE DIVIDA	1979/80 PRODUÇÃO						1980/81 PRODUÇÃO						1981/82 PRODUÇÃO						
			Nº MEMB.		CRÉDITO UTILIZADO	MONTANTE DIVIDA	CRÉDITO UTILIZADO		M	B	G	F	A	HO	M	B	G	F	A	HO	M	B	G	F	A	HO	
3 de Fevereiro	Domué	Maganga	24	1977	93.367,00	61.232,00	150.000,00		-	-	-	-	-	-	16	-	3	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
24 de Julho	Ulongué	Nzewe	20	1978	-	-	154.241,40		4	25	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	
Abaixo Exploração	Ulongué	Chipiri	20	1978	58.176,00	-	373.555,00		30	-	-	-	-	-	215	-	-	-	-	-	-	30	-	5	-	-	
Marian N'Gouabi	Met.-Bal.	Mocanequera	20	1978	-	-	261.593,00		40	-	-	10	-	-	5	-	-	-	-	-	-	20	25	-	-	-	
38 Congresso	Ulongué	Flotia	10	1977	44.388,00	22.465,60	43.753,80		-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	
Josina Machel	Domué	M' Sanga	6	1977	26.664,00	26.664,00	38.885,80		-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	
Sandra Machel	Domué	M' Panga	18	1977	-	-	89.482,00		-	-	-	-	-	-	10	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	
7 de Setembro	Domué	Bume	24	1977	-	-	337.057,50		20	6	-	-	-	-	235	-	-	-	-	-	-	45	14	-	-	-	
12 de Maio	Domué	Seza	3	1977	-	-	117.946,10		12	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	
Julius Nyerere	Domué	Mangomero	6	1978	24.148,00	24.148,00	46.555,00		20	-	-	-	-	-	22	-	2	4	-	-	-	4	-	-	-	-	
N'Khatué	Domué	N'Khatué	39	1978	-	-	49.737,50		30	-	-	13	15	-	14	-	-	105	-	-	-	15	-	-	-	-	
Canjula Base	Domué	Chiumbune	100	1978	-	-	180.000,00	1941.265,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	
Eduardo Mondlane	Met.-Bal.	Mulanguene	41	77/78	-	-	164.879,00		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	5	-	-	-	
7 de Abril	Domué	Dzimeza	20	1977	21.184,00	1.955,00	218.400,00		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	5	-	-	
22 de Junho	Tsangano	Tsangano	30	1977	-	-	203.079,80		-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	20	20	-	-	-	
Heróis Moçambicanos	Ulongué	-	22	1981	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL					267.927,00	136.404,60	2.478.402,90	3419.658,90																			

Código da Produção - M Milho
 B Batata
 G Girassol
 F Feijão
 A Amendoim
 HO Hortícolas

(1) Dívida ao CAIA e à MECANAGRO

Apesar da diversificação da produção planificada, as cooperativas são efectivamente dependentes da monocultura do milho. Aqui o padrão deriva mais uma vez, da capacidade de entrega de factores de produção pelo Estado. Se as sementes, adubo, e insecticida, para as culturas planificadas, chegam a tempo, a cooperativa cultiva; se não chegam embora sejam culturas que o campesinato também faz (tal como batata, hortícolas e amendoim), a cooperativa não cultiva. A aceitação pelas cooperativas da monocultura de milho é particularmente interessante quando se nota que o milho das cooperativas se vende obrigatoriamente ao Estado (AGRICOM), privando assim as cooperativas do lucro ganho no comércio ilegal realizado pela maioria dos grandes produtores de milho.

De facto, apesar do fraco número de cooperativas no distrito e dos seus baixos rendimentos, 9% do milho que a AGRICOM conseguiu comprar, na campanha de 1980-81, proveio das cooperativas. (ver quadro 3).

Enquanto havia distribuição do rendimento das cooperativas aos sócios, antes do reembolso dos empréstimos bancários, as cooperativas mantinham-se; quando, a partir da campanha de 80-81, a AGRICOM começou a transferir as receitas das cooperativas directamente para o BPD a fim de cobrir as dívidas, antes da distribuição do rendimento aos sócios, o número de cooperativistas decaiu precipitadamente. O fenómeno não é difícil de compreender pois - foram poucas as cooperativas que tiveram algum lucro a distribuir após o pagamento da dívida ao BPD.

Analisando o conjunto destes problemas, vê-se que o movimento cooperativo foi baseado na concepção duma cooperativa como forma de propriedade estatal, e não como a colectivização da agricultura familiar; o Estado planifica a produção e deve fornecer os factores de produção e máquinas; os camponeses devem fornecer a mão-de-obra e receber um pequeno salário no fim da campanha; os produtos e/ou as dívidas devem pertencer ao Estado.

As razões para aceitação deste contrato foram diversas: às vezes os cooperativistas eram militantes que queriam apoiar o trabalho da FRELIMO; outras vezes esperavam ter outra vantagem da participação numa cooperativa tal como o direito de formar uma cooperativa de consumo; outras ainda, tentavam recuperar terrenos apropriados pelos antigos colonos. Raramente viam a cooperativa como sua, como organização alternativa da sua vida familiar.

Esta concepção da cooperativização resultou não só das formas iniciais de mobilização para as cooperativas mas também das formas de actuação por parte do Estado ao longo dos anos. A partir de 1981, a crise de endividamento das cooperativas juntamente com uma nova ênfase sobre a socialização do campo, levou a um processo de crítica e de avaliação da cooperativização na Angónia pelo Partido, a nível do distrito e a nível da província.

Já há manifestações de respostas a este processo de crítica. O novo centro de apoio ao movimento cooperativo (CRED), localizado na localidade de Domué, visa a introdução, nas cooperativas, de melhoramentos de técnicas já conhecidas pelo campesinato de Angónia.

A cooperativa Marien N'gouabi, por sua própria iniciativa e a partir dos seus próprios recursos, experimentou um novo projecto de criação de galinhas. Embora hajam outros exemplos, o movimento cooperativo ainda está no ponto de ruptura na Angónia: se não mudar fundamentalmente de direcção, morrerá.

Três Comunidades da Angónia :na Luta pela Socialização do Campo

Traçando o progresso do programa revolucionário no distrito de Angónia, encontra-se, portanto, uma luta aguda nas três frentes. De facto, existe uma variação enorme nas forças de luta, e no envolvimento das estruturas políticas locais, nas várias comunidades estudadas. Por isso, apresenta-se um esboço rápido de cada uma, para dar uma ideia mais clara do relacionamento entre a consolidação do poder popular e a sua direcção na luta pela transformação socialista da produção.

Nganga

Nganga insere-se nas vastas terras do CAIA, nas quais as machambas familiares se encontram ao lado de parcelas da machamba estatal. Todos os dias tractores do CAIA passam à frente das casas dos camponeses, e o seu gado bovino para encurtar caminho, passa através das terras do CAIA. Os antepassados do povo de Nganga cultivam as terras hoje na posse da machamba estatal e determinadas áreas foram expropriadas à população depois da Independência, aquando da expansão do CAIA.

Em Nganga há uma organização da vida política que funciona, mas não como apoio à socialização do campo. As estruturas políticas reforçam uma ideologia anti-estatal e fortemente individualista que se enraiza no relacionamento entre a comunidade e o CAIA.

Quem domina a vida política de Nganga, é o Secretário do Povoado (Círculo), que é o dono de uma moagem, possui cerca de 15 ha de terra, e tem ligações de negócios com o S. Ribeiro, o comerciante-agricultor mais forte da zona. O Secretário é, na essência, um pequeno proprietário, tão ocupado na organização do seu mundo económico que não se preocupa com o avanço do programa do Partido, nem tem cabimento nas suas aspirações capitalistas. Não é membro do Partido.

Os dois membros do Partido reúnem-se como militantes, só quando vão a reuniões na sede de localidade, de resto, são colaboradores do Secretário.

A OMM está bem organizada, mas as suas tarefas não são realmente as de uma luta política pelo enquadramento político da mulher, pois reduzem-se a tarefas de carregar água, manter a limpeza dos lares, etc.....

O responsável da OJM é um catequista que não sabe nada sobre as tarefas da OJM, tem um papel muito importante na educação dos jovens porque quase todos vão à catequese.

Quase todos os membros das estruturas políticas, salvo os dois membros do Partido, vão com assiduidade aos serviços religiosos, sendo a igreja o palco da verdadeira vida política da comunidade.

Estas estruturas políticas, não assumem nenhum papel de direcção na luta pela consolidação do sector estatal agrário, no avanço do seu relacionamento dinamizador com o sector familiar, no avanço do movimento cooperativo, no controlo do comércio.

Quase toda a população do povoado tem reivindicações contra o CAIA, por causa das expropriações de terra que foram alvo: contra o sistema de recrutamento ou mobilização para trabalho voluntário que consideram ser não-voluntário, porque "nas lojas do CAIA não podemos comprar nada". A posição geral da população quanto ao CAIA pode ser resumida numa resposta que nos foi dada por um camponês quando lhe perguntámos "o que é o CAIA para si?", ao que ele respondeu: "o CAIA é o nosso adversário, o CAIA é o Governo".

Esta posição anti-estatal é reforçada pela oposição geral da população deste povoado fronteiriço ao controlo do tráfico com o Malawi. O Secretário do Povoado declarou-nos que o controlo do contrabando era o problema político mais importante na Angónia. Ele próprio, é no entanto, uma das pessoas mais conhecidas nas lojas fronteiriças do Malawi, e o problema político mais importante para ele é como manter o contrabando como tal, vital para a sua acumulação, sem ter que lutar por isso. Fixando-se na estrutura política do povoado, basta-lhe não fazer nada para que o contrabando se mantenha.

Nganga, é um dos únicos povoados do distrito em que se pretende nunca ter havido qualquer experiência de produção cooperativa, nem machamba colectiva. Informou-nos o Secretário que não se pode ter cooperativa porque não há terra disponível, e isso porque o CAIA nunca cumpriu a sua promessa de ceder um terreno ao povoado para formar uma cooperativa.

Se por um lado, é verdade que o relacionamento entre o CAIA e a agricultura familiar não é, actualmente, favorável à cooperativização, no que respeita em particular, à expropriação de terras aos camponeses, por outro lado, o Secretário do povoado tem interesses económicos contrários à cooperativização. Com a direcção estatal de base comprometida pelos interesses da pequena-burguesia agrária local, com terra ou sem terra, a cooperativização não pode avançar.

Maganga

Maganga situa-se numa das áreas mais férteis mas também mais densamente povoadas do distrito. Aqui há falta de terra: os jovens imigram por não terem terra, as pastagens reduzem-se cada ano, não há lenha. Os colonos que aqui se instalaram vivem da comercialização dos grandes excedentes produzidos pelo campesinato; tendo as suas lojas já passado para novos comerciantes moçambicanos.

Actualmente; a nova vida política do povoado enquadra-se em dois grupos distintos: os Grupos Dinamizadores que integram membros do Partido e a cooperativa "3 de Fevereiro" que não inclui nenhum elemento do Partido. Ambos os grupos são compostos por camponeses prósperos.

Os membros do Grupo Dinamizador limitam-se a resolver pequenos problemas relacionados com, por exemplo, o facto do gado de um criador ter destruído a machamba de um outro camponês.

Não há, por exemplo, nenhum controlo, ao nível da base, sobre a actividade do comerciante que serve o povoado. Há apenas dois anos atrás ele era um dos condutores de um serviço estatal, em Tete. Além, de três lojas, cada uma em nome de familiares seus, ele tem hoje três moagens e abastece o distrito de Mutárara em farinha de milho por meio de um contrato com outro comerciante. O controlo das suas compras está a cargo de um elemento do C.I., destacado na localidade de Domué, que se limita a receber a informação dos comerciantes. Apesar da população se queixar dos preços praticados pelo comerciante o Grupo Dinamizador não mexe no assunto.

No que respeita ao movimento cooperativo, o Grupo Dinamizador também se afasta, não participando nenhum elemento na Cooperativa "3 de Fevereiro".

A direcção da cooperativa foi indicada pelo actual Secretário do G.D. do povoado, como resposta ao apelo lançado em todo o distrito pelas estruturas partidárias, e com base no argumento de terem que ser os melhores camponeses do povoado, o que lhes iria permitir assegurar o seu funcionamento. Houve ocupação de terrenos que estavam em pousio, com "integração" de dois camponeses donos de parte destes terrenos e a expulsão de um terceiro que recusou a entrada na cooperativa.

Quanto ao apoio a ser prestado, criou-se nos cooperativistas a mentalidade do apoio externo: todos os anos, 4 tractores da Mecanagro lavraram e graçaram 23 ha, receberam com atraso sementes de milho híbrido e adubos. É uma cooperativa com todos os conhecidos problemas de planificação e gestão, de organização interna e onde os membros desconhecem, por completo, este tipo de técnicas de produção aqui empregues. Estes problemas culminaram, na última campanha, com o facto de só ter sido colhido 1 ha de milho.

Actualmente, o foco de interesse dos 18 membros da cooperativa é o comércio e não a produção agrícola. Recéberam em 1978, do Administrador da localidade orientações para criarem uma cooperativa de consumo, por forma a enfrentarem os problemas de abastecimento, que na altura existiam, dado que não haviam lojas perto. Assim, para além de terem construído uma casa matricada onde iria funcionar a tal cooperativa, contribuíram com 1.450,00 MT, cada um.

O Administrador tinha sugerido que, se conseguissem elevar o número de sócios, uma vez que eram apenas 18, tomariam, também, posse de uma moagem abandonada e que fica perto das actuais instalações da sede da cooperativa. Tentaram incorporar mais elementos, de Maganga, mas como não o conseguissem, tiveram de recorrer à localidade. Conseguiram mais seis membros que contribuíram com a mesma quantia. Mesmo assim, o Administrador não aceitou, considerando ainda o seu número baixo, tendo os cooperativistas ficado unicamente a controlar uma loja abandonada, onde instalaram a cooperativa de consumo e, para seu desespero, viram a moagem ser entregue ao comerciante privado, que entretanto reabriu uma outra loja abandonada, mesmo ao lado.

A perda da moagem constituiu um golpe para o pequeno grupo de cooperativistas que tinha planeado entrar nos circuitos de comercialização agrária, e assim teriam oportunidade de realizar melhores lucros comerciais. Funciona agora apenas como uma vulgar loja de retalho com prateleiras vazias.

Moanequera

O povoado de Moanequera faz fronteira com o Malawi. A boa estrada alcatroada que liga Lilongwe a Blantyre, atravessa o povoado, e uma importante feira comercial fronteiriça (Lizulu/Nseu) atrai a população para o Malawi. Os colonos, comerciantes e agricultores, que ocupavam terras nesta zona em geral fugiram na altura da Independência, mas ainda ficaram alguns. As terras abandonadas foram ocupadas por cooperativas, por machambas familiares, e por alguns agricultores privados moçambicanos. Não se encontra nenhum bloco do CIAA no povoado.

As novas estruturas políticas são activas e engajadas na luta pela transformação socialista. O 1º Secretário do Comité da localidade, que é também Presidente da Assembleia do Povo, participou nas primeiras mobilizações da FRELIMO no distrito em 1964, foi membro fundador da cooperativa "Marien N'gouabi", liga activamente com as ODM's, e percorre constantemente as quatro povoações do povoado, transmitindo as orientações que recebe no distrito. Os outros membros do Partido, 20 elementos, incluem cooperativistas mas também pequenos proprietários: o Secretário para a Política Económica é fotógrafo e tem uma barraca na Vila Ulongué; o Secretário para a Organização é dono de um bar em Lizulu.

Neste povoado, o conflito sobre caminhos diferentes de desenvolvimento rural pôe-se claramente: para formar a cooperativa foi necessário expulsar pequenos proprietários que tinham ocupado parcelas da machamba abandonada do colono Fgrinha. Ainda hoje, as estruturas políticas locais contestam a ocupação de uma outra machamba por um comerciante privado.

Os sócios da cooperativa "Marien N'Gouabi" vêm geralmente da camada mais pobre do campesinato e vêm na cooperativa, uma via alternativa à organização da sua produção.

No entanto, os resultados económicos da cooperativa não justificam as aspirações dos seus membros. Recebendo todos os anos apoio em maquinaria, adubo, alfaias e crédito bancário, de acordo com as metas dadas à cooperativa pela Direcção Distrital da Agricultura, os cooperativistas contraem dívidas cada vez maiores. Os seus custos de produção correspondiam às metas mas nunca à sua produção real. Os cooperativistas não controlam nem conhecem a conta bancária e nunca montaram qualquer sistema de registo. A sua produção, em resumo, nunca foi organizada pelos próprios cooperativistas.

Enfrenta-se hoje, uma crise na cooperativa: o banco não quer dar mais crédito, a cooperativa só tem 12 membros, o Partido critica os resultados da produção. Face a esta crise, os próprios cooperativistas discutiram como melhorar a sua situação, pelas suas próprias forças. Decidiram fazer uma capoeira, tendo cada membro contribuído com uma galinha, e pretendem vender ovos e galinhas.

Uma outra preocupação premente para o povoado é o abastecimento básico do povo. A população sempre vendeu e comprou no Malawi, e camponeses do Malawi vinham trabalhar, comprar e vender aqui. Na feira de Lizulu/Nseu não se distingue a nacionalidade.

Nunca se tentou realmente controlar este comércio em Moanequera, e o povo agora está a passar mal: os seus meticais já não servem nas lojas e nas moagens dos dois lados, apenas se vende em kwacha ou troca-se por produtos. Aqui as estruturas políticas não têm uma linha de acção. Dado que a estrutura de direcção partidária ao nível da base está comprometida por pequeno-burgueses comerciais locais, não é possível lançar uma ofensiva contra a cantonga sem forte direcção do Comité Distrital do Partido.

O Que Fazer?

Apesar dos diversos problemas e personalidades que se encontram nas três comunidades estudadas, há uma experiência comum: o poder popular consolida-se apenas quando se exerce. As novas estruturas políticas de base são mais fortes quando o Partido analisa a situação da luta, define a posição a seguir e se engaja na luta.

Nas três frentes principais de luta na Angónia - o CAIA, o Comércio, e a Cooperativização - vê-se que em algumas comunidades a questão do CAIA é chave, enquanto noutros se destaca o problema do abastecimento ou do apoio às cooperativas.

Em todas, porém, o que o Partido realmente enfrenta é uma estrutura de classe moldada pelo capitalismo colonial que se afirma e se desenvolve nos obstáculos erguidos ao processo de desenvolvimento socialista. Assim, é preciso analisar mais detalhadamente a estrutura agrária de classe para se poder ver melhor as linhas de avanço na Angónia, e se poderem assumir posições ofensivas nas três frentes de luta.

Começamos pela estrutura da produção agrária camponesa e a sua diferenciação sem o qual é impossível analisar a base material pelo avanço da socialização do campo, e das forças de classe que se lhe opoem.

III. A ORGANIZAÇÃO ACTUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E A SUA SOCIALIZAÇÃO

A cooperativização da agricultura familiar na Angónia, mudará a organização da vida e do trabalho da família camponesa. As terras cultivadas deixarão de ser de usufruto e controlo disperso e individual para passarem a ser propriedade colectiva, cujo uso é planificado pela comunidade.

As terras de pastagem, hoje de uso comum para os criadores de gado, passarão a ser integradas num plano geral de aproveitamento da terra. Os instrumentos de produção, hoje herdados ou adquiridos apenas individualmente, pela acumulação de um pequeno fundo de investimento, passarão a estar disponíveis, a cada um segundo o seu trabalho.

A planificação da produção deixará de ser limitada pela força de trabalho que a família individual dispõe e passará a reflectir a força de trabalho colectiva. A produtividade do trabalho camponês, hoje limitada pela sua organização técnica e instrumentos rudimentares de que dispõe, passará a render mais e melhor.

O nível de excedentes disponível para investimento, que hoje depende da organização da família individual, passará a depender do trabalho e do controlo do colectivo.

É óbvio que tais mudanças tão profundas da vida camponesa resultarão de um prolongado processo de transformação dirigido pela linha do Partido. O que importa saber, pois, é onde estamos agora, onde vamos, e quais os passos que são precisos dar no caminho a percorrer.

Por isso, é necessário conhecer, com muito mais detalhe, a organização actual da agricultura familiar no distrito para se saber o que a cooperativização significará para diversos grupos de camponeses e, portanto, como avançar.

O ponto de partida é a organização dos vários processos de trabalho que constituem a base da vida quotidiana dos camponeses da Angónia.

- Processo de Trabalho

As terras trabalhadas pelos camponeses do planalto de Angónia dividem-se segundo o seu uso: parcelas de sequeiro intensivamente cultivadas e demarcadas por mangueiras, eucaliptos ou sisal em fila; baixas drenadas para a cultura intensiva de hortas; zonas de residência rodeadas por currais e protegidas por densas cortinas de arbustos ou sisal; áreas de pastagem nas terras menos férteis ou pantanosas; pequenas reservas de florestas ou novas plantações de eucaliptos que fornecem lenha e material de construção. Para Sul e Oeste do planalto, as áreas permanentemente cultivadas tornam-se mais dispersas e a floresta aumenta. Para o Norte, veem-se as montanhas do Malawi, mais roídas pela erosão que as terras de Angónia, e as grandes manchas escuras das plantações feitas pelos projectos de reforestação, que deslocaram a população para salvar a terra, gasta pela erosão.

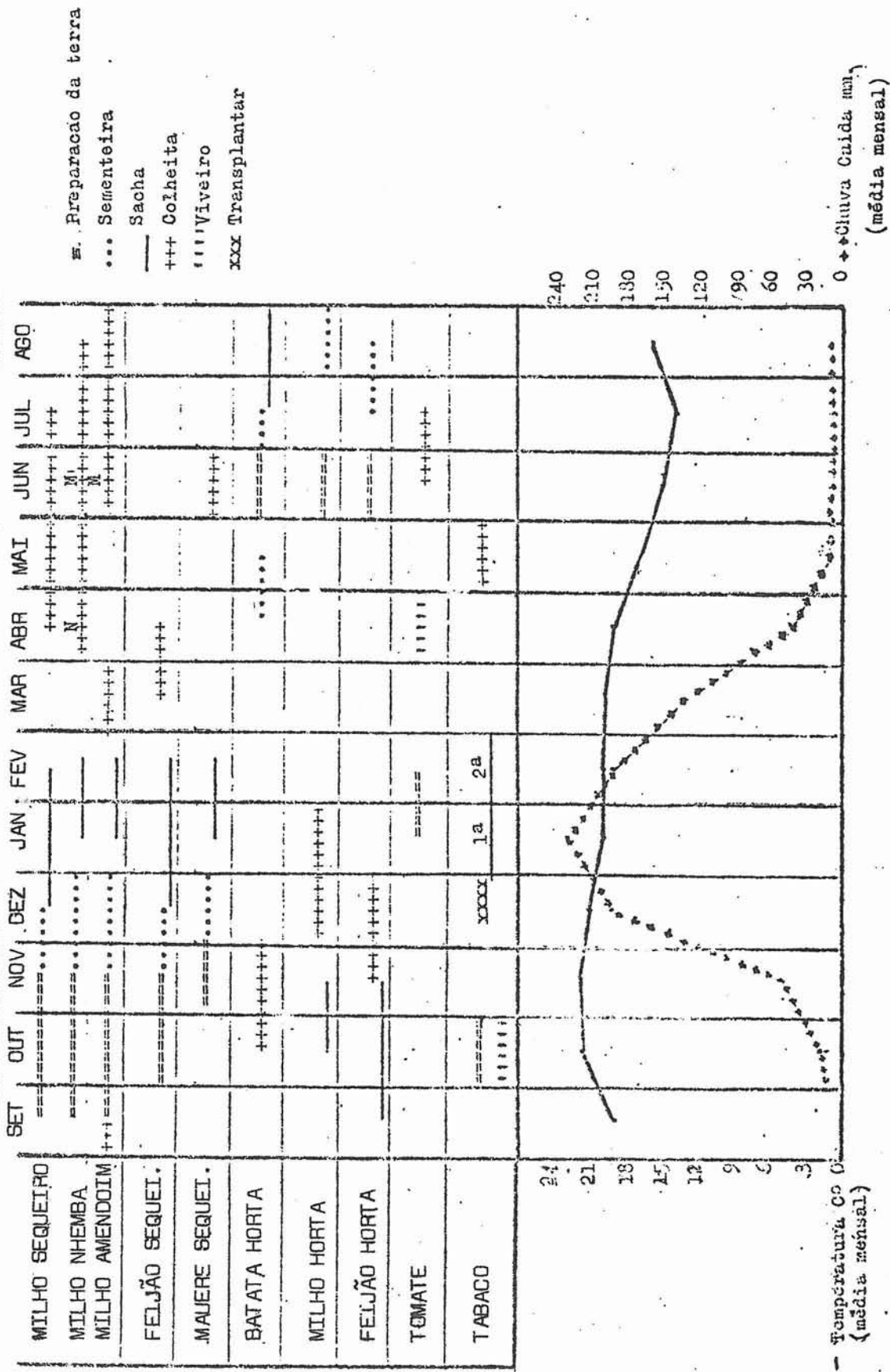
As fronteiras entre as várias áreas de uso na Angónia, não são fixas; as machambas de sequeiro expandem-se pelas zonas de pastagem e de floresta e abrem novas zonas de cultivo ao sul do planalto. A família camponesa espalha a sua actividade através das diversas zonas, cultivando pequenas parcelas em locais separados num raio de 5-10 kms, pastando o seu gado no círculo vizinho, buscando lenha e madeira nas reservas afastadas da aldeia.

Nas machambas de sequeiro, durante a estação de chuvas, o camponesinato cultiva milho, feijão (nhemba e manteiga), amendoim, batata, batata doce, mandioca e nachnim (para fabricar bebida). Nas baixas, fazem igualmente milho, feijão manteiga e batata, mas também cana-doce, tabaco, cebola, tomate, alho, nabiça, alface, couve, repolho, e diversos fruteiros - bananeira, mangueiras, limoeiros, pessegueiros.

No calendário agrícola que segue (quadro 5), traça-se o padrão de trabalho das várias culturas contra a distribuição anual de queda de chuvas e das médias mensais de temperatura. Vê-se que quando mais diversa é a gama de culturas produzidas pela família camponesa, mais equilibrada é a distribuição do trabalho durante o ano, quer dizer, mais prolongado é o ano agrícola. É na preparação das machambas e no período das safras que a família enfrenta os períodos mais intenso de trabalho.

As machambas são normalmente cultivadas continuamente até perderem a sua fertilidade, entrando então num período variável de pousio. Na machamba principal de milho raramente há rotação de culturas, embora se muito às vezes, a posição das culturas secundárias - amendoim, feijão, mandioca, nachnim. Esta intensidade de cultivo é possível por duas razões: faz-se sempre o milho em cultura intercalada com feijões que fixam nitratos no solo; cada ano os camalhões são cuidadosamente destruídos e depois refeitos numa nova posição, incorporando todo o material vegetal restante. Assim há camponeses que pretendem ter cultivado a mesma machamba de milho durante 15 anos sem baixa notável de rendimento.

QUADRO 5 - CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES AGRÍCOLAS, A DISTRIBUIÇÃO ANUAL DE CHUVAS E DE TEMPERATURA



Por outro lado, ouve-se referir continuamente que a terra de Angónia não produz milho como se fazia no passado, e encontramos vários camponeses que compram agora adubo para o seu milho.

Nas hortas e machambas de tabaco é de batata, a intensidade da cultura depende da fertilidade dos solos. Nas baixas de tabaco ou na horta aplica-se o estrume do gado bovino, que normalmente não chega para a machamba de milho. A batata de sequeiro faz-se em anos seguidos se apenas se pode comprar adubo. Nas áreas menos férteis, de vez em quando, encontra-se uma outra prática semelhante à técnica utilizada pelos colonos: A família abre uma nova zona de cultura numa área de pastagem ou de mato, cultiva milho ou nachenim até esgotar o terreno e, a seguir, abandona a parcela.

Apesar do conhecimento de tracção animal na Angónia, a preparação do terreno faz-se quase sempre manualmente com enxada, por duas razões: a lavoura não facilita a reformação dos capalhões e a integração do material vegetal, que é a base da conservação dos solos neste sistema de cultivo intenso; manualmente já é possível começar a preparar camalhões no mês de Setembro, aproveitando assim os períodos menos ocupados do ano agrícola, enquanto que a charrua não penetra o solo antes do início das grandes chuvas que se atrasam, às vezes, até Dezembro. A lavoura com charrua limita-se, portanto, à abertura de novas áreas de cultivo e à preparação das baixas.

A população de Angónia cria gado - bovino, caprino, suíno e aves - para o seu auto-consumo e para venda. Só uma pequena parte do gado bovino é treinada para a tracção animal, utilizada para a lavoura da terra ou para o transporte, pela camada mais rica do camponato. O restante gado bovino serve como um tipo de banco - vendido quando a família tem despesas grandes para cobrir, ou abatido para festas e cerimónias.

A manada típica na Angónia é bastante pequena: numa amostra recenseada pela Direcção Distrital de Pecuária, a média foi de seis vacas ou dez cabeças por manada. Nas comunidades estudadas pelo C.E.A. o número máximo de cabeças numa manada, foi de 52. É normal o camponês subestimar o tamanho da manada para evitar o controlo, mas a responsável da veterinária, confirmou que nunca se encontra na Angónia uma manada que ultrapasse 100 cabeças.

O restrito tamanho das manadas corresponde à organização do pasto; durante a maior parte do ano, o gado dispersa-se em pequenos grupos, aproveitando pastagens locais de uso comum e regressando à noite ao curral familiar. O pastor da Angónia não é, pois, nómada. Só quando as pastagens escasseiam nos fins da estação seca, é que alguns criadores mandam as suas manadas para as zonas menos povoadas da localidade de Tsanganu.

A intensidade do sistema existente de criação na Angónia leva à degradação das pastagens em determinadas zonas, à desflorestação, e a uma persistente crise na alimentação dos animais nos períodos secos. As manadas de Angónia estão sujeitas a epidemias que rapidamente reduzem o número de cabeças do criador.

O Estado mantém tanques carnaticidas nas zonas de maior concentração de gado, e a partir destes locais organiza programas de vacinação, recenseamento dos animais, e a comercialização do gado. Alguns dos criadores também compram sal para o tratamento dos seus bois de trabalho.

Assim, a criação de gado implica ao mesmo tempo um certo risco, despesas adicionais e tempo de trabalho desviado da agricultura. Os pastores são normalmente rapazes dos 10-15 anos; familiares do criador que recebem, às vezes, um pequeno salário mensal.

A família camponesa de Angónia fabrica, ela própria, uma grande parte do material que necessita para viver (casas, celeiros, cestos, cordas, panelas), mas também compra muitos instrumentos de trabalho e artigos domésticos: charruas, enxadas, latas, vidro, mobília, ratoeiras. Assim, existe um pequeno grupo activo de camponeses que se especializam em actividades artesanais, muitas vezes aproveitando habilitações adquiridas durante a sua vida de trabalho migratório: carpinteiros, latoeiros, pedreiros, que concentram a sua actividade durante a estação seca e daí tiram um subsídio importante à venda de produtos agrícolas.

Consumo, Distribuição e Controlo do Excedente

A família de Angónia come da sua própria produção: milho, feijão, hortícolas, carne. Uma família de dois adultos e 3-4 crianças, costuma consumir entre 15 a 20 kg de milho por semana, ou seja uma tonelada por ano. Se assumimos que cada adulto cultiva um hectare e que o rendimento atinge 700 kg/ha., a família dispõe de 400 kg excedente de milho, ou mais, num bom ano de produção.

Como feijão, fruta e hortícolas dá sua própria machamba, mas também consegue vender pequenas quantidades.

Se faz tabaco, batata ou feijão manteiga a família consome pouco, pois estas culturas são para venda. Se a família cria gado, pode matar um cabrito ou um porco para uma festa ou para vender, mas raramente para o consumo corrente.

A disposição de excedentes depende da cultura, do mercado e da organização da família. No caso do milho, a produção de ano para ano, é muito variável. Assim, a família para garantir a subsistência, normalmente mantém uma reserva de milho no celeiro até ver que a colheita seguinte é segura. Só os grandes produtores vendem a grosso o milho da campanha em curso; a maior parte da população vendeu em 82, por exemplo, o milho que sobrou de 81.

Há também pequenas trocas de milho que a família faz durante todo o ano corrente precisamente porque entram na subsistência básica da família. Para moer o seu milho a família camponesa tem que trocar milho: para moer uma lata de 20 l a moagem exige 3 l em grão. Para adquirir sal, óleo, sabão, petróleo, açúcar e outros escassos produtos básicos que entram na subsistência da família, tem que levar milho ou feijão porque nem a loja nem o comerciante ambulante vendem em dinheiro.

Uma parte da reserva de milho é transformada em bebida: pombo, quer para vender aos vizinhos quer para convidar pessoas a trabalhar na sua machamba. 20 litros de milho em grão fazem 60 litros de pombo que se vende a 10 MT o litro ou que serve para convidar 10-15 pessoas para uma jornada de trabalho. Uma parte da reserva vende-se aos vizinhos ou familiares que não produzem o suficiente para a sua subsistência, normalmente a um preço inferior ao preço comercial corrente. Num ano de má colheita uma grande parte das famílias têm que recorrer ao comércio privado ou à população de outras zonas para cobrir a sua subsistência básica. Af paga-se caro, e manifesta-se a vantagem de ter um fundo de reserva, em dinheiro ou, ainda melhor, em gado, para manter a subsistência da família.

O camponês não tem assim nenhuma dificuldade em comercializar o milho ou feijão, e enfrenta uma gama de compradores alternativos. A comercialização das outras culturas de rendimento é mais limitada. O tabaco vende-se exclusivamente ao Estado que tem o monopólio de compra; o preço moçambicano ao produtor é relativamente alto, não parece haver desvios para o Malawi, nem intervenção clandestina pelo comércio privado. A batata, hortícolas e fruta dirigem-se para os mercados urbanos de Ulónguê, Tete e Malawi, através das Feiras de Lifidzi e Lizulu (Nseu).

Aqui, a ausência duma comercialização regular e segura, relativamente ao escoamento organizado pela Casa Agrícola e outros colonos no tempo colonial, limita a rentabilidade destas culturas. O retiro de algumas lojas do CAIA da comercialização da batata é uma das principais queixas da população na sua zona de actuação.

Na comercialização do seu gado, o camponês também enfrenta um mercado desorganizado. Pode matar os seus próprios animais e vender a carne, mas normalmente realiza mais dinheiro vendendo a um dos pequenos talhos dos povoados, que compram gado e vendem carne a 50 MT/kg, uma ou duas vezes por semana. Existe um programa de compra semanal de gado pela GAPCGM de Tete nos postos de tratamento, mas o transporte tem sido irregular e por isso o mercado é inseguro.

Várias empresas da Província mandam os seus agentes comprar carne no distrito, a preços especulativos, mas é também um mercado esporádico que fornece o surgimento de intermediários - comerciantes que compram a preços baixos para revender mais caro.

Finalmente, é possível levar o gado para o Malawi e vender em Kwachas, embora se corra um certo risco de se ser apanhado na fronteira.

O camponês de Angónia, precisa de vender para viver. Considera-se que para uma família de 5 pessoas, o orçamento mínimo anual da família média deve ser de cerca de 15 contos, discriminados da seguinte forma:

- carne (25 kg)	1.250 -- 1.675 MT
- peixe seco	1.000
- petróleo, sabão, fósforos	1.000
- sal, óleo, açúcar	1.500
- moagem (se não troca)	2.500 -- 3.000
- aluguer da carroça	500
- roupa	5.000
- escola e medicamentos	1.500
- ferramentas, panelas	500
Total	<u>14.750</u> -- <u>15.875</u>

Evidentemente, está já prevista, uma certa taxa de poupança neste orçamento: a família não compra uma nova manta ou catana todos os anos - tem que manter um fundo de reserva, para financiar estas despesas. É preciso também notar que a família média é uma ficção: há famílias que raramente comem carne e não conseguem vestir as suas crianças, enquanto outras gastam 10 contos na compra de roupas.

Os que têm um maior nível de produção também precisam de ter um maior fundo monetário: para a compra de adubos, de peças, de semente ou grandes investimentos tal como a charrua (1.200 - 4.000 MT), gado bovino (3.000 - 6.000 MT a cabeça), ou uma carroça (normalmente comprada no Malawi).

Os preços pagos pelo campesinato de Angónia para comprar bens de consumo têm aumentado muito desde a Independência. O quadro 6 regista a evolução dos preços pagos pelo retalhista para alguns bens básicos, informação colhida das contas de um comerciante privado em Moanquera (os preços de venda ao público não foram registados).

Os preços oficiais dos principais produtos comercializados pelos camponeses - milho, feijão, batata - não acompanharam a subida dos preços dos bens manufacturados.

No entanto, não parece que seja o nível dos preços oficiais dos bens de abastecimento que leva à fuga dos produtos da Angónia para o Malawi. O quadro 7, compara os preços praticados no Malawi e em Moçambique, não só em dinheiro, mas em termos de quantidade de milho necessária à venda para financiar a compra. Vê-se que os preços oficiais em Moçambique são geralmente iguais ou vantajosos, o problema é que estes preços não são realmente praticados.

QUADRO 6 QUINTINO: A EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS BENS DE CONSUMO 1968 - 1981

Preço Grossista/Ano PRODUTO	1968	1973	1979	1981
TECIDOS				
Calças (Homem) Far West	52,50	64,00	-	-
Rural	95,00	-	-	-
Terylene	150,00	-	720,00	-
Outro	-	127,50	744,00	-
Camisas (Homem) Galo (1968)	17,50	72,00	409,20	-
Zebra	14,00	74,00	308,00	-
Popular	18,00	91,00	369,50	-
Chita	10,50	14,00	306,00	-
Capulana	6,50	13,00	45,00	449,10/cap. (126,20/metro)
Kitenga	9,50	11,00	105,00	115,00
Lenços de cabeça (10X10)	120,00	160,00	472,50	-
PRODUTOS DE 1ª NECESSIDADE				
Sabão	14,00	-	14,00-16,00	19,00
Sabonete (caixa)	-	507,00	826,30	-
Sal	1,00	1,70	5,00	5,00
Óleo vegetal/cozinha(litro)	-	3,50	6,00	-
Açúcar (Kg)	5,15	5,50	9,00	14,80
Petróleo	3,40	-	4,20	-
Arroz	-	-	-	14,88
Pilhas (grandes)	-	-	7,50	8,50
Candeeiros	33,30	40,00	-	-
Fósforos	-	-	-	1,30
Manta Contrato	24,00	42,50	-	-
Josefina Casal	112,50	86,00	474,80	-
Wenela	-	-	120,44	124,00

QUADRO 7: COMPARAÇÃO DE PREÇOS DE MALAWI E DE MOÇAMBIQUE, EM RELAÇÃO À QUANTIDADE DE MILHO PARA FINANCIAR A COMPRA

Produtos	Quantidade	Preço em Kwacha	Valor em Mt. ao câmbio oficial de 35,00Mt/K	Kgs. de milho em grão, vendido a K0,09 para comprar o produto	Preço em Meticais	Kgs. de milho em grão vendido a 6,00Mt para comprar o produto
Sal	Kg	0,33	11,55	3,67	6,50-8,00	1,08 - 1,33
Açúcar	Kg	0,24-0,48	8,50-17,00	2,67 - 5,33	18,00	3
Arroz	Kg	0,56	20,00	6,2	16,50	2,75
Farinha de milho	Kg	0,75	26,00	8,3	18,00	3
Milho em grão	Kg	0,11	4,00	-	6,00	-
Peixe seco	Kg	0,40	14,00	4,5	100,00	16,67
Óleo/cozinha	L	1,10-2,05	38,50-72,00	12,20 - 22,81	46,50	7,75
Sabão	barra	0,75	26,00	8,3	19,50-23,50	3,25 - 3,9
Sabonete	1	0,40	14,00	4,5	4,00	0,67
Fósforos	Cx	0,03	1,00	0,3	1,50	0,25
Petróleo	20 litros	12,00	420,00	133,3	-	60 ± *
Pilhas	1	0,46-0,50	16,00-17,50	5,1 - 5,5	-	-
Candeeiros	1	6,00	210,00	66,7	300,00	50
Capulana	1	4,85	170,00	53,9	151,00	125
Manta	1	7,00-12,50	245,00 - - 437,50	77,8 - 138,8	124,00-193,50	20,67 - 32,25
Lenço/cabeça	1	2,25	79,00	25,0	190,00-200,00	31,6 - 33,3
Celças	Par	11,50	402,50	127,8	500,00	83,3
Camisas/Homem	1	7,00	245,00	77,8	300,00-700,00	50 - 116,67
Jeans	1	19,50-22,50	682,50 - - 787,50	216,6 - 250,0	-	-
Leite condensado	lata peq.	0,28	10,00	3,1	-	-
	lata grd.	0,86	30,00	4,5	-	-
Linha	rolo	1,25	44,00	13,9	-	-
Sapatos	par	11,99	419,50	133,2	647,50-1000,00	108 - 167
Saia	1	9,75	341,00	108,3	720,00	120
Peças	par	2,25	79,00	25,0	-	-
Toalhas	1	4,60	161,00	51,1	-	-

* 3 latas de milho(1 litro cada)= 1 "bazooka" de petróleo(11)

Para o campesinato da Angónia é o problema da quantidade de abastecimento disponível no distrito que os leva ao Malawi: não há bens de consumo nas lojas, e quando há, não se podem comprar em meticais, mas apenas por troca directa. O padrão geral de abastecimento no distrito confirma esta queixa.

O quadro 8 resume os bens inventariados em lojas visitadas por brigadas do C.E.A., no mês de Julho de 1982, em plena campanha de comercialização agrícola. Vê-se a carência dos produtos considerados mais importantes para o consumo básico da família.

Este padrão confirma-se também nos registos da Zambézia Comercial para o período de Janeiro-Julho de 1982. Deve-se recordar que o distrito de Angónia tem 56.177 famílias e uma população de 225.688 habitantes, dos quais cerca de 3.000 são trabalhadores agrícolas permanentes do CAIA, cujo consumo quotidiano está ainda mais dependente do abastecimento em bens de primeira necessidade do que o do campesinato. O quadro 9 apenas apresenta as quantidades recebidas nos 2 meses melhor abastecimento deste período.

A escassez dos bens de consumo e a grande procura de produtos agrícolas na região constituem a base para o desenvolvimento da canclonga. Certos camponeses individuais atravessam a fronteira de bicicleta, carroça ou a pé, para trocarem os seus produtos no Malawi.

Mas há outros que não têm nem tempo, nem transporté nem a quantidade de produtos necessários para uma viagem ao Malawi. Estes têm várias alternativas: trocam o seu milho, feijão ou batata aos comerciantes ou pequenos traficantes, para poderem obter bens de consumo a preços desfavoráveis, vendem os seus produtos em pequenos montinhos nas feiras locais, em meticais ou em kwacha.; trocam as suas poupanças em meticais para kwachas para poderem mandar comprar bens no Malawi. Como meio de troca na Angónia, a kwacha vale 50,00 MT, no mercado de moedas uma kwacha compra 200,00; e a taxa oficial é 1 kwacha igual a 35,00 MT.

Assim, a canclonga piora os seus termos de troca para a maior parte do campesinato; apenas os comerciantes e a camada de traficantes/transportadores tiram vantagem. Dada uma produção de excedentes relativamente restrita e enfrentando termos de troca desfavoráveis, a família pobre ou média da Angónia nem sempre tira da agricultura familiar um rendimento que chegue para o consumo básico da família. Hoje, como no passado, o trabalho assalariado é parte integrante da reprodução da família camponesa na Angónia.

QUADRO 8: INVENTÁRIO DAS LOJAS QUADRO 8: INVENTÁRIO DAS LOJAS

Julho 1982

PRODUTO	LOJA	MOANEQUERA						MAGANGA		CAIA/ MAPANJE		
		M. S. Captine	A. B. Milione	Sandramo	Coop. de Consumo Chitukuko	Loja do Farinha	Quintino	Hosseni	Coop. de Consumo 3 de Fev.	CAIA Sede	CAIA Mapanje	Fabiao Gemussaco
Sal		S						S	S			S
Ché		S	S						S			
Farinha de milho				S								S
Bolachas			S									S
Sabao				S								S
Sabonete					S							S
Massas												S
Ganga												S
Capulana												S
Lenços de cabeça												S
Camisas			S									S
Calças Homem			S									S
Torcidas			S									S
Catanas			S									S
Machados			S									S
Enxadas			S									S
Talher												S
Fósforos												S
Roupa de criança		S										S
Mantas												S
Petróleo												S
Candeieiros												S
Filhas												S
Rádios												S
Panelas												S
Peixe seco												S
Serrrote pequeno												S
Óleo												S

S = tem

QUADRO 9: ZAMBÉZIA COMERCIAL: ARMAZENISTA DISTRITAL
 CONTROLO DE ABASTECIMENTO 1982 (Jan. - Jul)
 OS 2 MESES MELHOR ABASTECIDOS

PRODUTOS	PLANO MENSAL Ton./1000 litros/ 1000 metros/ etc.	FEVEREIRO	JUNHO
Farinha de trigo	14,8	14,8	4
Arroz	25	14	9,08
Óleo alimentar	18,35	0,120	4,200
Sal	95,34	-	39,850
Leite condensado	1,917	-	-
Cerveja	15,55	-	-
Refrigerantes	1,5	-	-
Açúcar	151,72	76,50	-
Massa alimentar	4,300	-	1,440
Bebidas secas	-	-	14 cx.
Popelina	18,443	14,650	-
Capulana	18,61	-	-
Sabão	44,95	600 cx.	300 cx.
Fósforos	172,193	-	-
Pilhas	203	-	1560 unidades
Bicicletas	44	-	-
Enxadas	2.464	2.400	-
Catanas	478	1.750	-
Serja	5,694	-	4,850
Pintado	1,53	-	-
Cobertores	1,344	1,720	1,720
Calçado plástico	0,248	-	-
Sabonetes	1,32	-	30 cx.
Detergente liq.	0,104	-	0,072
Detergente sól.	0,69	-	-
Petróleo ilum.	72,06	-	0,229
Cigarros	1,07	-	-
Esferográficas	2,19	-	1,50
Rádios	77	-	-

Trabalho Assalariado

O alto nível de rendimento monetário requerido pela família da Angónia reflecte-se no frequente recurso ao trabalho assalariado, por parte dos homens, em fases diferentes da sua vida. Existem poucos jovens masculinos nas aldeias da Angónia.

Depois de acabar a escola e antes de se casar, engajam-se no trabalho assalariado permanente: em Moatize, Beira, Cabora Bassa, Búzi, Marrromeu ou no CAIA. Encontram-se actualmente também nas FPLM ou trabalhando no Aparelho de Estado como professores primários ou funcionários. Muitos destes nunca voltarão, mas outros esperam casar-se, obter uma machamba e regressar à Angónia com algumas poupanças para o casamento, a construção da casa, a compra de gado para as primeiras despesas de consumo corrente. Mandam às vezes contribuições para a educação dos irmãos ou para as despesas da família.

Mesmo depois de casar, o jovem nem sempre volta logo do emprego para a machamba familiar. Constrói casa junto aos seus sogros e a sua mulher continua a cultivar com os seus pais. O marido manda dinheiro para empregar mão-de-obra sazonal para ajudar a sua mulher nas sacas e cobrir a compra de carne, peixe, roupa, sabão, etc.

Quando vem de férias, o migrante ajuda no trabalho de campo e tenta expandir continuamente a área que o agregado familiar tem sob cultivo. Quando tem terra, instrumentos de trabalho e uma organização de trabalho que lhe permitam produzir excedentes, regressa definitivamente e consolida o seu próprio agregado independente dos sogros ou pais.

Existem agregados familiares que continuam altamente dependentes do trabalho assalariado mesmo quando o chefe de família já tem a sua própria agricultura familiar organizada, mas são de dois tipos bem distintos. No primeiro tipo, não há crianças grandes ou familiares para apoiar o casal no trabalho da machamba. Quando ficam doentes ou surge uma emergência qualquer, a família não consegue o rendimento monetário que precisa da venda de produtos agrícolas, e o homem recorre ao trabalho sazonal, geralmente no CAIA. No outro tipo, o chefe de família é um trabalhador qualificado, talvez do CAIA, ou um funcionário do Estado, que se serve do seu salário para empregar trabalhadores na machamba e investir em meios de produção mais avançados. Nesse segundo tipo de família, o rendimento monetário da agricultura é muito mais alto que o médio; o salário não serve fundamentalmente para a subsistência familiar, mas antes para o investimento e acumulação na agricultura familiar.

A Diferenciação da Produção Camponesa

Nas últimas secções, sobre os processos de trabalho, controlo do excedente e trabalho assalariado, apresenta-se uma imagem geral da família camponesa de Angónia. Mas de facto, a organização da produção agrícola na Angónia, é extremamente diferenciada. Há famílias que têm rendimento de 500 kg/ha de milho, utilizam enxada e cultivam 1 1/2 ha; há outras que cultivam 7 ha; utilizam charrua e têm rendimento de 1.500 kg/ha. Há famílias que cultivam feijão e hortícolas nas baixas durante a estação seca; há outras que recorrem ao trabalho artesanal durante estes meses. Há famílias que cultivam pequenas parcelas muito dispersas; outras ainda que abrem novas machambas nas áreas de pastagem ou que plantam reservas de eucaliptos e pequenos pomares.

A diferenciação da produção reflecte-se nos padrões de comercialização e de consumo de diversas famílias. Há pessoas que têm sempre milho no celeiro e comem batata e pão, e outras que já têm que comer mandioca na altura das sachtas ou que correm à loja para comprar farinha.

Há casas de quatro divisões cobertas com chapas de zinco e munidas de janelas com vidros, enquanto os vizinhos vivem em simples palhotas. Certas famílias mandam os seus filhos para a escola secundária na Vila Ulongué, enquanto outras crianças fazem apenas um ou dois anos da primária.

Em vez de descrever com grande detalhe a diversidade da organização da vida das famílias camponesas da Angónia, apresentemos quatro retratos, nenhum deles "normal", da diversa organização da produção familiar no distrito.

MILTONE BIRIATE (Maganga)

Regressado há três anos da Beira, onde esteve empregado como trabalhador agrícola na machamba de um colono, Miltone é hoje um camponês inovador que a partir de 1981, experimentou fazer tabaco. Com 32 anos de idade, é casado e tem quatro filhos.

Tem 3 parcelas de terra, postas em cultivo, com pouco mais de 2 ha. Cada parcela tem uma história e utilização diferentes.

Acesso à terra:

Uma parcela de mais ou menos meio hectare, é a machamba da esposa doada pelo seu tio materno, quando ela se casou. De 1967 a 81, a machamba foi utilizada na produção de milho e feijão em consociação: esta produção era destinada ao consumo familiar. Em 1970, numa pequena parte desta parcela, foi introduzida meixoeira. Durante este período, só a esposa de Miltone, trabalhava a machamba, uma vez que ele se encontrava na Beira. Quando regressou, toda a parcela foi destinada à produção de tabaco, o que começou a fazer em 1981.

Outra parcela, com cerca de 1 hectare, é de Milton e tendo-a recebido de sua mãe depois da morte da avó, em 1977. Antes disto, e até 1960, a parcela foi destinada para o cultivo de milho e feijão e foi aqui que, numa pequena parte, Milton fez a primeira experiência da cultura de tabaco, em 1980.

A terceira parcela, com cerca de 0,5 ha, foi-lhe dada por sua mãe em 1967 e ali se fazia milho e tomate. De 1969 a 80, esteve em pousio porque Milton estava ausente. Em 80 e 81 foi totalmente aproveitada como horta. Além disso, foram plantados alguns pés de cana-doce, e Milton abriu valas para irrigação da horta.

Este é um camponês conhecedor das técnicas de produção e a sua horta é um primor (ver croquis da horta), com cerca de 0,5 ha onde construiu um poço e abriu várias valas de irrigação, tem viveiros e colocou vários espantalhos para afogentar a passarada.

- Na parcela de tabaco, constrói um viveiro, a partir de 15 de Outubro até Dezembro, que é a época das chuvas. Queima o terreno em que vai fazer o viveiro, espalha a semente e cobre-o com capim seco. Rega-o todos os dias, aguardando o período de chuvas intensas para o transplante.

- Em geral, faz fertilização dos solos utilizando estrume que ele próprio prepara, e utiliza também, um método de rotação de culturas.

Até 1982, todo o trabalho era assegurado apenas pelo casal, mas a partir das inovações culturais introduzidas, Milton alargou a produção de tabaco e melhorou a horta. Assim, tem agora um trabalhador assalariado, um jovem familiar de 17 anos, a quem paga 200,00 MT/mês, e que com ele aprende as técnicas de produção agrícolas.

Nos meses de Novembro a Janeiro, meses de pico e com muito trabalho, Milton, faz "pombe" e "nhama ya kulima" convidando assim alguns vizinhos para o apoiarem na lavoura e na sacha das suas parcelas. Em Janeiro a família organizou "ganho-ganho" para as sachas de milho e tabaco pagando 50 centavos por cada quatro passos, ou pagando em géneros. Mas, também, em Novembro e Dezembro, o casal participou no trabalho de outras machambas familiares, recebendo por pagamento amendoim, milho e feijão.

Das três parcelas cultivadas, a de tabaco e a horta, destinam-se quase inteiramente à comercialização. A parcela de milho/feijão, é para garantir a alimentação base da família, numa área de 1 ha de onde tira 25 a 30 "dengo" (cestos) de milho descascado, quer dizer, aproximadamente 500 a 600 kg, e 20 dengos de feijão. Outra parcela, com cerca de 0,5 ha, é só para tabaco e, na última campanha vendeu 111 rolos de tabaco em trança.

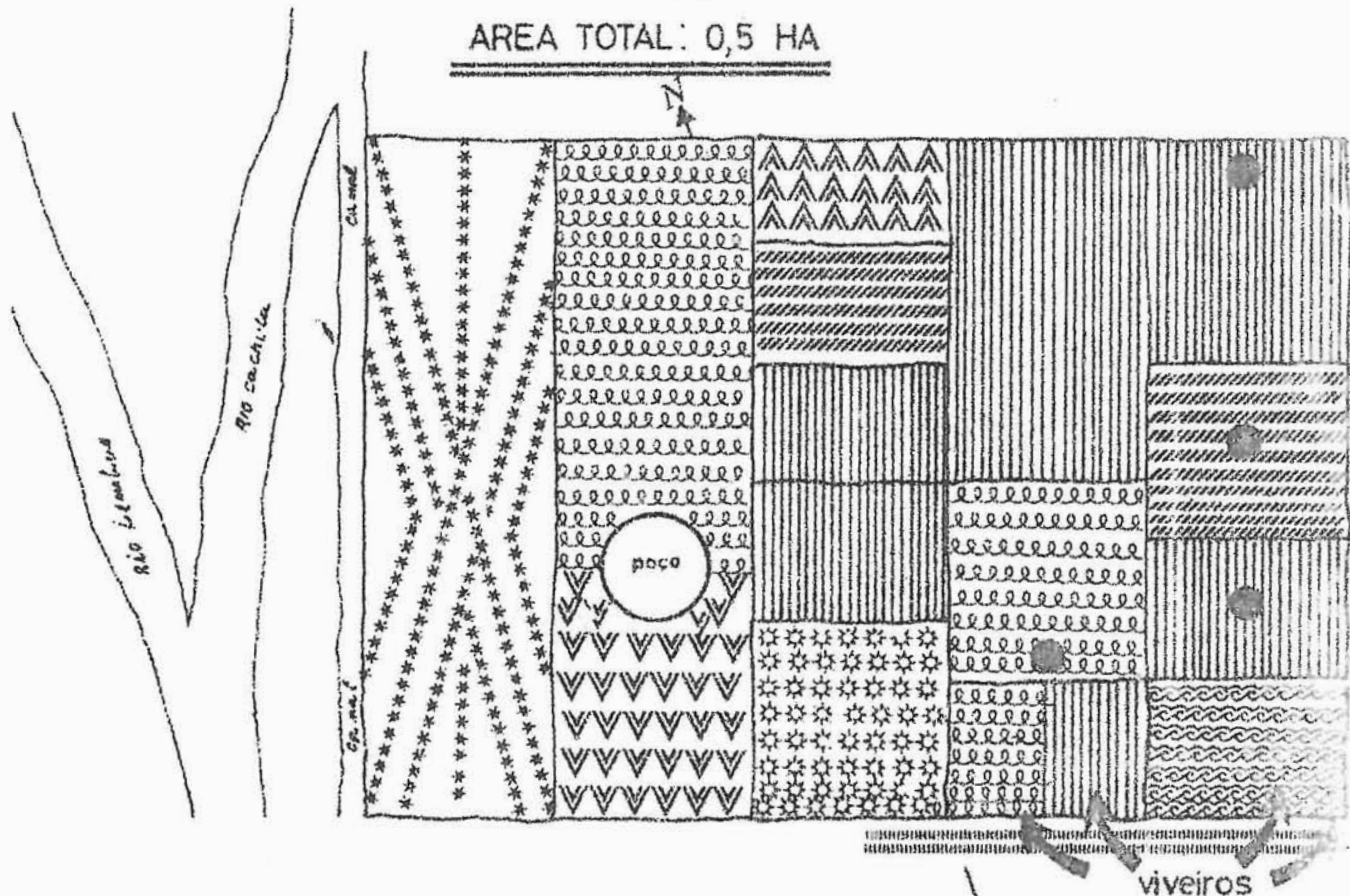
Segundo Milton, o mercado de tabaco é muito bom e esta cultura é rentável. As hortícolas são de momento, comercializadas no mercado de Maganga mas, como Milton espera expandir a sua produção, tenciona depois escotá-los para o mercado de Lifidzi.

HORTA DE MILTONE BIRIATE

Localidade de Maganga

(HORTA)

AREA TOTAL: 0,5 HA



LEGENDA:



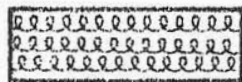
— COUVE



— COUVE



TOMATE



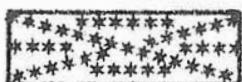
— REPOLHO



— ÁREA LAVRADA



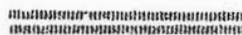
— ÁREA LAVRADA E ESTRUMADA



— ÁREA DESBRAVADA



— ESPANTALHOS



— CANA DOCE

Miltone faz a comercialização de hortícolas, não só vendendo, mas também trocando-os por milho, podendo deste modo dispôr da quantidade de milho necessário para fabricar pombe para venda ou para convidar os vizinhos ao trabalho nas suas parcelas. A venda de tabaco é feita essencialmente em Moatize e pequenas quantidades na povoação de Maganga.

Os rendimentos obtidos, que na última campanha orçaram os 20 contos, são acumulados no intuito de adquirir novos meios de produção. Miltone quer, no seu dizer tem necessidade de comprar uma charrua e uma carroça. Ele já tem três bois que quer mandar treinar para os utilizar como animais de tiro. Da aquisição destes meios de produção, depende a sua capacidade de expansão da produção, porque até agora todo o trabalho é feito à enxada. Claro que com a carroça, Miltone ficará capacitado a transportar os seus produtos ao mercado rural de Lifidzi, onde os preços praticados parecem ser bastante mais favoráveis aos produtores, dada a proximidade da Vila Ulongué da fronteira com o Malawi.

LAISSONE AMOS

Laissonne Amos tem 37 anos de idade, é casado e tem 5 filhos, um de 16 anos, e os restantes com menos de 12 anos. Fez apenas um ano de trabalho assalariado numa serração no Chimoio. Voltou para casa em 1967, e permaneceu para cultivar as suas machambas. A organização da sua produção reflecte benefícios económicos que recebeu dos seus pais e da sua própria iniciativa. Esta família produz excedentes acima do normal e aumenta de ano para ano as quantidades comercializadas.

Laissonne, tem uma horta e duas boas parcelas de sequeiro, uma das quais suficientemente grande para deixar sempre uma parte em pousio. Estas terras estão dispersas, levando pelo menos uma hora a andar entre uma das parcelas de sequeiro e a outra. A horta está distante, numa outra direcção, à beira de um riacho. Foi-lhé dada pelo seu pai, pertencendo a outra parte da parcela à sua irmã.

Em termos de área, a horta (C) é modesta, tendo 20 por 60 metros, contudo o seu cultivo é intensivo. O tempo em trabalho desta horta, é de facto mais de metade do tempo gasto no cultivo duma das parcelas de sequeiro que é oito vezes maior. Mas o facto de ter acesso à rega, permite que o trabalho seja distribuído ao longo do ano, sem acumulações de operações, consoante o ciclo de chuvas. Em geral, na horta, Laissonne produz e vende 9 ou 10 sacos de batata, colhe milho fresco para consumo imediato, tem linhas de cana de açúcar e cultiva hortaliça para vender. E, além disso, tem um viveiro de ervilhas que está a cultivar para ter sementes. A sua intenção é plantar ervilhas em maior escala, em sequeiro, e vendê-la no mercado de Nseu onde o preço de um prato de ervilhas é de 10,00 MT.

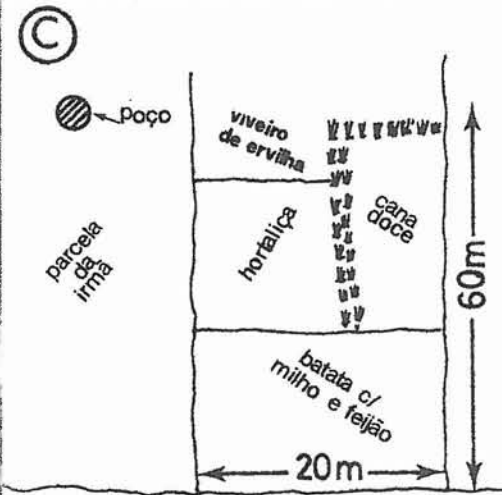
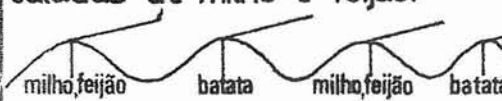
O mapa a seguir permite-nos comparar as técnicas de cultivo nas duas parcelas de sequeiro (A e B). Vê-se que uma vez Laissonne conseguiu comprar adubo para a parcela B (pagou 900,00 MT a um indivíduo por um saco de C.A.N.) e começou a cultivá-la de maneira diferente. Decidiu logo de princípio plantar só milho. Contava preparar o terreno, com bois e charrua, contudo não o conseguiu por completo dado as terras estarem secas e demasiado duras. Uma vez que gastou dinheiro

AS PARCELAS DE LAISSONE AMÔS

Localidade Maonequera

<p>(A)</p> 	ÁREA	1,33 Hectares			
	CULTURAS	MILHO E FEIJÃO + MILHO MAUERE			
	MÃO DE OBRA	<u>Operação</u>	<u>Mês</u>	<u>Trab. fam.</u>	<u>Trab n/fa.</u>
		lavar	nov.	95 d.	
		semear	dez.	15 d.	
		sacha(2)	jan/fev.	75 d.	
		colheita	jun.	22 d.	
		TOTAL DE DIAS		207	
<p>TÉCNICAS: prep. de camalhões 90 cm. entre camalhões</p> <p>consociação milho c/feijão milho c/mauere</p> 	PRODUÇÃO	MILHO 3 carroças MAUERE 3 cestos FEIJÃO "queimou" não houve colheita			

<p>(B)</p>  <p>A em cultivo 81/82 B a lavar 82/83</p>	ÁREA	0,75 Hectares			
	CULTURAS	MILHO			
	MÃO DE OBRA	<u>Operação</u>	<u>Mês</u>	<u>Trab. fam.</u>	<u>n/fam.</u>
		lavar	nov.	75 d.	
		semear	dez.	5 d.	
		pôr/adubo	fev.	5 d.	
		sachar	jan/mar.	90 d.	6 d.
		colheita	mai/jun.	16 d.	
		TOTAL DE DIAS		197	
<p>TÉCNICAS: prep. de camalhões semeou so milho e espalhou um saco de adubo C.A.N.</p>	PRODUÇÃO	MILHO 3 carroças			

<p>(C)</p> 	ÁREA	0,16 Hectares		
	CULTURAS	VARIAS SEGUNDO A ÉPOCA		
	MÃO DE OBRA	<u>Operação</u>	<u>Trab. fam.</u>	<u>n / fam.</u>
		lavar	24 d.	
		semear batata	15 d.	
		sachar batata	25 d.	
		sem.milho + feijão	10 d.	
		colheita batata	10 d.	
		colheita feijão	10 d.	
		colheita milho	5 d.	
		regar	26 d.	
		tarefas extras	10 d.	
		TOTAL DE DIAS		135
<p>TÉCNICAS: regar 1vêz p/semana a batata fazia em linhas intercaladas de milho e feijão.</p> 	PRODUÇÃO	CANA DOCE MILHO 12 cestos BATATA 9 sacos FEIJÃO 1 saco HORTALIÇA		

em adubo, decidiu empregar pessoas extras na altura da sacha nesta parcela para assegurar o rendimento máximo. Não consegue comperar directamente a produtividade desta parcela com a outra em que fez milho e feijão consociados, mas Laisone estava satisfeito com os resultados. Pretende comprar mais adubo para a campanha 82/83, e estender a sua machamba, e mais uma vez tentar usar os bois e charrua.

Além dos rendimentos dos excedentes agrícolas (que já permitem disponibilidade de fundos para a consolidação da agricultura familiar) a família Amos tem também o rendimento do aluguer da carroça. Laisone, descreveu-nos o programa de uso dos bois e carroça nos últimos dez dias - inclui tarefas tais como: carregar areia para a construção da casa do seu irmão, carregar milho, buscar lenha. Disse que aluga os bois e carroça de uma a três vezes por semana e cobra mais ou menos 250,00 MT por viagem dependendo da distância e carga. (As vezes faz duas viagens num dia).

Esta junta de bois e carroça são do pai. Mas ele próprio está a comprar gado. Tem duas cabeças que comprou em 81 por 2.350,00 MT e 3.500,00 MT. Um dos filhos, um miúdo de 11 anos, é quem toma conta delas. A pastagem costuma ser na própria povoação, juntando-os à manada do seu pai. Raramente dá outros alimentos aos animais, deixando o farelo para os três porcos que tem. Possui um curral perto de casa onde guarda os animais à noite.

Há quatro anos que treina bois. Disse que treina uma junta numa semana, puxando primeiro um pau, depois uma carroça e finalmente charrua. Depois, é a prática que mantém a sua capacidade. Cobra 600,00 MT por cada junta de vitelos e 1.000,00 MT por uma junta de bois. É o seu filho mais velho quem mais trabalha com os bois e carroça ou charrua. Têm marcado três dias fixos, as sextas, sábados e segundas-feiras, quando o uso dos bois inclui treino.

Além do par de bois que pertence ao seu pai, Laisone também tem um outro par que lhe foi entregue há um ano para serem treinados, estando o seu dono à espera de oportunidade para comprar uma carroça que de facto é difícil de obter. O próprio Laisone, quer uma segunda carroça e determinou resolver o problema construindo-a ele próprio. Está a copiar o modelo daquela que tem. Acabou a parte de carpintaria mas falta um diferencial, jantes e pneus. Vai deslocar-se a Ulongué para procurá-los numa oficina. Pensa pagar 500 até 1.000 MT pelas jantes e 4 a 6.000 MT pelo diferencial.

Laisone tem também habilidades artesanais, que aprendeu por observação e experimentação, que lhe permitem aumentar o rendimento familiar. Vende, por exemplo, latoaria e ratoeiras.

Trata-se pois duma família que tem rendimento da venda de excedentes, de aluguer, de execução de trabalhos artesanais, permitindo-lhe gozar um nível de vida superior ao normal. Emprega pessoas nas alturas de sechas e colheitas; tem a disponibilidade da carroça para as tarefas pesadas de buscar água e lenha, tem uma dieta melhor e mais variada, comprando frequentemente peixe e carne no mercado de Nsou.

JULIO WERARD

Júlio Werard tem 27 anos de idade. Há 10 anos foi a Chimoio onde encontrou emprego na fábrica Textáfrica, mas começou a trabalhar quando tinha apenas 14 anos, após ter feito a 3ª classe. Durante três anos trabalhou na machamba dum colono onde ganhava 200\$00 mensais. Hoje em dia, a sua categoria é "afinador de máquinas". Ganhava 550,00 esc. mensais até à altura da Independência, sendo actualmente a sua mensalidade de 4.185,00 MT.

Casou-se há cinco anos, e a sua esposa acompanhou-o a Chimoio. Não tendo conseguido emprego, ela passou estes anos, a maior parte do tempo em Moanequera, onde vive com os seus pais e cultiva duas parcelas de terra. Herdou uma dessas do seu sogro, outra dos bisavós maternos. O seu marido, quando vem gozar as férias, deixa-lhe dinheiro para fazer pombe e assim organizar dias de trabalho com um grupo de até 25 pessoas. Estes dias são principalmente no tempo das sechas quando ela não consegue trabalhar toda a área sózinha.

Para percorrer as duas parcelas que pertencem a esta família não se dispense muito tempo. São próximas uma da outra e não há qualquer área de pousio ou outra parcela quer de árvores quer de hortá; entre si não chegando a ter três hectares as duas parcelas juntas. Até à campanha 80/81, Werard emprestava parte duma das parcelas á alguém que necessitasse, mas agora quer que a sua mulher cultive tudo. Ela faz milho consociado com amendoim e feijão. Numa área muito reduzida, preparou os camalhões e depois do milho nascer, desfê-los e espalhou sementes de mauere. Utilizará a colheita deste mauere como fermento na preparação de pombe.

Werard tem feito poucas economias ao longo dos anos e sente-se estabelecido em Chimoio. Disse-nos que nunca pensou em comprar bois, nem carroça ou charrua. Há anos pagou a construção duma casa de cimento na cidade de Chimoio, com dois quartos que ele considera como a casa residencial da família.

Na estação fria e seca, altura em que há menos trabalho agrícola, a sua mulher desloca-se para Chimoio, levando com ela alguns sacos de farinha de milho. Júlio Werard regularmente manda dinheiro para um irmão que está a frequentar a escola secundária na cidade de Tete.

Werard é uma das pessoas que nós encontramos na Angónia com menos terra. Vê-se a sua fraca ligação com a agricultura familiar como futura base de vida. É de facto, operário e a sua aspiração é que a sua mulher venha a ter também emprego na cidade. Nessa altura acabará com a actual organização de vida de trabalho assalariado complementado pelo trabalho agrícola que a sua mulher efectua na terra natal. Diz que gosta da vida de cidade e na cidade pretende ficar.

PAULO DOMINGOS

Ao contrário de Júlio Werard, Paulo Domingos parece ter terra a mais. O terreno que a sua família considera como sua, está muito além das suas capacidades de exploração. O seu caso salienta de facto, que a posse de terra é apenas um factor parcial nos determinantes de diferenciação no distrito de Angónia. Não tendo mão-de-obra familiar suficiente, nem acesso a fundos para empregar pessoas não familiares, as terras não estão plenamente exploradas.

Paulo Domingos é o filho mais velho de um casal idoso que começa a depender do seu trabalho. Tem ainda mais dois irmãos que frequentam escolas internatos e necessitam de dinheiro. Do seu próprio casamento tem filhos menores, o mais velho com apenas 5 anos, não estando as crianças ainda em idade de apoiar nos trabalhos de campo.

A campanha de 81-82 foi um pouco mais fácil que as anteriores, devido ao facto de um terceiro irmão de 17 anos, ter desistido da escola e neste momento trabalhar com Paulo na machamba familiar. Contudo, Paulo afirma que se não fosse um acidente de trabalho que teve nas minas de Moatize, ainda lá estaria a trabalhar com um salário mensal seguro.

Paulo Domingos, nasceu por volta de 1950 na povoação de Chenga, povoado Moanequera, localidade de Matengo-Balame. Sendo filho mais velho, só foi à escola com 14 anos, fazendo antes disso a pastorícia do gado da família (o pai agora tem 6 cabeças, mas houve alturas em que teve mais). Durante 4 anos ia à escola de manhã e de tarde ajudava os pais no trabalho da horta. Conseguiu apenas concluir a 2ª classe, depois de reprovarem duas vezes na 3ª classe, decidindo em seguida procurar trabalho assalariado.

Conseguiu o primeiro emprego na machamba de um colono perto da Vila de Ulonguê, ganhando 50\$00 por mês. Entre 1970 e 74, trabalhou como encarregado da horta da Escola de Fonte Boa, com um vencimento mensal de 250\$00, parte do qual era enviado para casa dos pais, em apoio à família. Passou, a seguir, poucos meses na casa paterna e decidiu deslocar-se para as minas de Moatize. Tendo juntado suficiente dinheiro num ano para se casar, voltou a Moanequera, mas terminadas as férias, regressou de novo às minas. Em 1976, teve um acidente de trabalho: o tecto de um túnel caiu e feriu-lhe a perna. Depois da hospitalização e férias de descanso, voltou ao trabalho mas a ferida incomodava-o, não conseguindo fazer o trabalho pesado como dantes e decidiu regressar à terra.

Paulo Domingos percorreu conosco os terrenos que considera serem da sua família, contando a história de cada parcela. As medições aproximadas indicaram uma zona de 48 hectares, grande parte da qual coberta por capim alto ou com partes pantanosas, mas cada membro da família conhece os limites. É terra familiar, não no sentido "nuclear", onde os irmãos do Paulo também estabeleceram as suas machambas. Apesar das suas parcelas maiores serem nesta zona, Paulo tem ainda mais quatro parcelas fora dela (1-4 no mapa).

Começamos pela residência rodeada por 0,4 ha cultivados (1). Abriu esta terra (que antes era pastagem) só em 1980, tendo alugado uma junta de bois e charrua para tal, pagando 800,00 MT por cinco dias de trabalho. Diz que este terreno foi "emprestado pelo tio". Os seus pais construíram também a sua casa a duzentos metros. Cultiva milho e batata doce, e este ano pensava abrir ainda mais terreno de pastagem para plantar batata reno, caso consiga obter adubo.

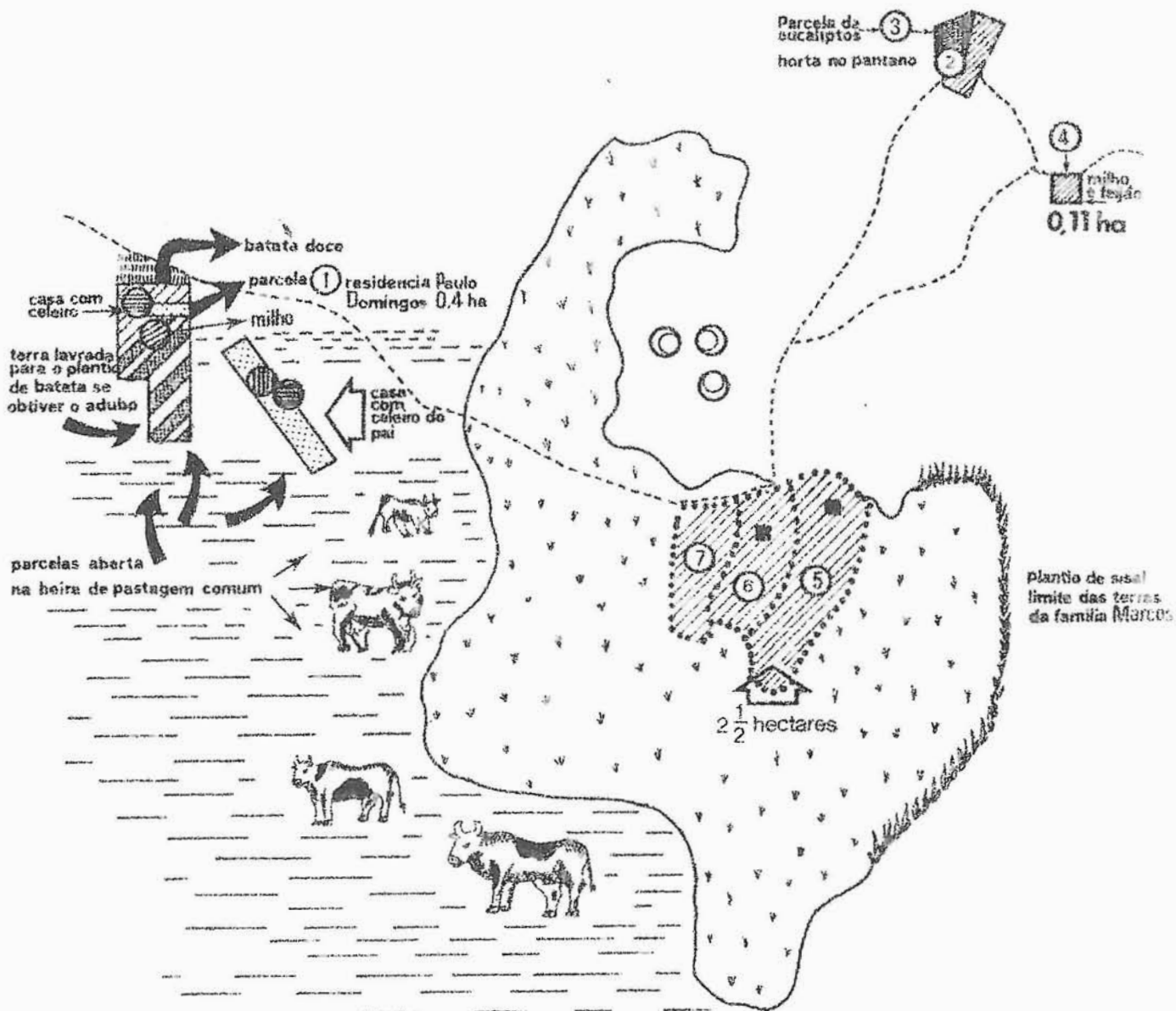
Localizadas a 3,5 km da residência, estão uma horta e uma outra área de plantio de 400 plantas novas de eucaliptos (parcelas 2 e 3, respectivamente). Disse que lhe foram oferecidas pelo pai. A última parcela, também oferta do seu pai (4) está igualmente afastada da zona dos 48 ha. É uma área reduzida (0,11 ha), com solo bom, onde cultiva milho consociado com feijão, e de onde, segundo diz, retira o milho verde que come.

As três parcelas (5, 6, 7) que são o eixo da produção de cereais, base da alimentação da família e assim o foco da maior parte do trabalho, ficam dentro da zona grande. A parcela 5, foi-lhe oferecida pelo tio do pai, a 6 ele próprio a abriu, e a 7 era o seu pai que cultivava, antes de perder a força. Os seus pais têm ainda uma parcela ao lado e Paulo e a sua mulher, e ultimamente o seu irmão Matias, ajudam-no. Os solos desta área não pareciam ser de boa qualidade, percebendo-se a decisão de Paulo Domingos em manter as parcelas distantes em cultivo corrente.

Todo o trabalho é praticamente assegurado pelo casal auxiliado por um dos irmãos, portanto três pessoas. Para o conjunto da área que cultivam, além das responsabilidades perante as machambas dos seus pais, as três pessoas são manifestamente insuficientes para atender a todas as tarefas. Por isso, na época das safras recorrem ao ganho-ganho como forma de obter a mão-de-obra adicional. Para a pastorícia das 6 cabeças de gado, emprega uma rapariga de 10 anos a quem paga 100,00 MT por mês. Todas as quartas-feiras, leva os animais ao tanque carracida para tratamento.

Apesar destes recursos todos, Domingos procura melhorar a qualidade da sua vida através de outras iniciativas. Não lhe sendo possível fazer trabalho pesado assalariado, juntou-se a mais três pessoas para drenar parte dum pântano, afim de expandir a sua produção de hortaliças. Em 1981 inscreveu-se como membro da cooperativa Marien N'gouabi. Além disso, quando chegam brigadas de estruturas estatais para trabalhar na zona ele logo se oferece para fazer o trabalho doméstico.

PAULO DOMINGOS LOCALIZAÇÃO DA CASA E MACHAMBAS Localidade de Maonequera



LEGENDA:

- sisal
- muchém
- mandioca p/ separar parcelas
- terra cultivada p/ fam. Domingos
- machambas de outras familias
- capim
- pastagem
- passoio

DISTÂNCIAS

- casa à machambas (5) (6) (7) 1 1/2 km.
- casa à horta ± 3 km.
- casa à machambas (4) ± 3 km.

Paulo Domingos alega que tem tido o mesmo rendimento desde que começou a sua actividade agrícola familiar, logo após o seu regresso de Moatize, em 1976, embora, segundo ele, tenha obtido maior quantidade de milho nas três últimas campanhas. Diz que faz pouca comercialização, cerca de 8 contos na última campanha, ganha uma parte importante do dinheiro na venda de hortaliças.

Ao considerar-se a organização da produção desta família, o que se salienta como principal limite, que impede a expansão das áreas postas em cultivo, é o acesso à mão-de-obra nas alturas de pico. Doutro modo, Domingos não deixará em pousio uma tão grande área, como é o caso da sua parcela de 48 ha.

Determinantes da Diferenciação

Nas histórias destas quatro famílias camponesas da Angónia, pode-se isolar o conjunto de factores que conduzem à diferenciação da organização da produção familiar: controlo de terra arável, posse de gado; posse de instrumentos de produção e transporte, acesso à mão-de-obra. Nenhum dos elementos opera independentemente: os que conseguem trabalhar mais terra, por exemplo, têm que empregar também mão-de-obra extra-familiar. No entanto é possível distinguir as várias vias de aquisição destes factores e certos padrões de distribuição na população.

- Terra

O acesso à terra na Angónia segue um princípio geral: a posse depende do uso anterior. Mas a princípio joga de formas diferentes conforme o tipo de aproveitamento da terra. As terras de pastagem, poços e caminhos de gado são de uso comum e livre, para as famílias que vivem numa determinada zona. As terras cultivadas são controladas individualmente e transmitidas duma geração a outra, por herança individual.

Para abrir uma nova machamba numa área não previamente cultivada ou abandonada - nas margens de um pasto, num pântano ou nas zonas de mato ainda existente a sul e a oeste do distrito - era preciso no tempo colonial, pedir ao representante da família considerada dona espiritual da área, normalmente o régulo, que devia tomar em conta os interesses da população. Agora é teoricamente o Secretário do Povoado quem decide ou; no caso de uma machamba colona abandonada, o Ministério da Agricultura. De facto, o controlo da distribuição de terras vagas é uma área ambígua e um foco de luta política no distrito.

Há uma norma que diz que o primeiro filho da família deve receber terra do lado da mãe, do tio ou avós maternos, e o segundo filho do lado do pai. Na realidade o jovem de Angónia para formar o seu próprio agregado familiar tenta activar todas as ligações de parentesco que tem, até encontrar alguém que lhe possa ceder algumas parcelas para cultivar.

Muitas vezes é só através do casamento que consegue um terreno. Noutros casos é necessário emigrar para uma zona menos povoada onde há terrenos vagos por desbravar. Assim, há um alto movimento interno no distrito, e através da fronteira, de pessoas à procura de terra. Na zona sul do distrito abrem machambas não só composeses sem terra da Angónia, mas também imigrantes de outros distritos da província.

Dado o nível de intensidade de cultivo na Angónia, este padrão de posse da terra conduz a uma extrema parcelização das machambas familiares e muita variação nas áreas controladas por diversas famílias. É normal que a família tenha 3 ou 4 parcelas pequenas, espalhadas em lugares muito afastados umas das outras. Há famílias que possuem apenas 1/2 ha enquanto outras controlam 25 ha. Há famílias que têm terras nas baixas para cultivar uma horta, batata ou feijão de regadio e outras que têm apenas terras de sequeiro. Há famílias que conseguem com regularidade pôr em pousio uma parte das áreas cultivadas e outras que cultivam a mesma terra, cansada, todos os anos.

- Gado Bovino

Parece-nos provável que não mais do que um quarto das famílias do distrito possui gado bovino.

Num recenseamento feito em 4 círculos (povoados) do distrito que têm postos de tratamento de gado, o Serviço Distrital de Pecuária recolheu a seguinte informação provisória:

CIRCULO (povoado)	Mpulo	Cassupe	Ninde	Chirunse
Número de agregados fam:	473	210	411	30
Número de criadores	81	26	41	44
% de famílias que têm gado	17	14	10	15
% de criadores femininos	12	4	15	22
Número de criadores que participam no tratamento	48	22	26	36
Estimativa da participação(%)	55	80	62	77

Assim, nestas zonas de alta concentração de gado, apenas 15% das famílias registam a posse de gado. Das famílias entrevistadas pelo CEA, que incluíram uma parte desproporcionada dos camponeses mais prósperos do distrito, 53% possui gado bovino. Considerando o tamanho médio da manada (10 cabeças), o número de famílias no distrito (+ 56.000), e a população estimada de gado bovino (+ 85.000), é impossível que mais do que 28% das famílias sejam criadores, num determinado momento.

Durante todo o ciclo de vida da família camponesa, porém, a percentagem de criadores deve ser mais alta. O criador normalmente adquire o gado inicial dos pais, por doação ou por herança; ele compra cabeças para fortalecer uma manada existente. Às vezes, morre a manada toda por doença, e o criador não consegue recomeçar; noutros casos a família não tem mão-de-obra disponível para velar pelo gado e é obrigada a dispensar as suas cabeças.

Instrumentos de Trabalho

O terceiro factor que condiciona a organização da produção familiar é a posse dos meios de produção, processamento e transporte: adubo, insecticida, bicicleta, charrua, bomba de água, carroça, moinho, ferramenta especializada de carpintaria. Estes meios de produção adquirem-se por herança do pai, ou mais frequentemente, pela acumulação de um fundo monetário de investimento. Há várias fontes para este fundo: trabalhadores assalariados, especialmente os qualificados, conseguem às vezes poupar. A pequena actividade comercial permite ao camponês a possibilidade de financiar o investimento em instrumentos ou material, por exemplo, transportando milho numa carroça, consegue poupar o suficiente para comprar um moinho ou uma bomba de água; alternativamente, o aluguer dos bois de trabalho, da charrua ou da carroça, fornece um fundo monetário para comprar outros instrumentos de trabalho. A lavoura de um hectare custa cerca de 800,00 MT; e o aluguer dos bois com charrua ou carroça rende 200-300,00 MT/dia.

Hoje em dia, um fundo de poupança nem sempre garante a possibilidade de adquirir meios de produção, porque não se vendem abertamente no mercado. Assim, há certas vantagens para os trabalhadores camponeses do CAIA que compram adubo na empresa, têm acesso aos leilões em que se vende equipamento usado e organizam alguns circuitos paralelos de produtos desviados. Também há interesse por parte de certos camponeses em alargar as suas áreas para obter meios de produção através do plano distrital.

Há uma interdependência evidente entre a posse da terra, gado e instrumentos de trabalho, na organização da produção. Não vale a pena comprar uma bomba se não se tem acesso a uma baixa para regar; mas se já se tem uma bomba vale a pena drenar um terreno pantanoso para a pôr a funcionar. Se se possui apenas 2 hectares de terra não vale a pena comprar uma charrua; mas se se tem a charrua e bois é possível pôr em cultivo áreas herdadas que a família não conseguia trabalhar à mão. Porém, e para realmente compreender a vasta gama de formas de organização da produção familiar, é preciso ver a importância primordial do acesso à força de trabalho.

- Força de Trabalho

Em parte a escala e tipos de produção familiar dependem da própria composição da família. Um casal jovem com crianças pequenas, normalmente tem uma produção muito menos diversificada do que os que têm crianças com 12-15 anos que participam na pastoreira nas sachas e no trabalho da horta. Assim, os camponeses mais prósperos - que têm gado, que cultivam 4-5 ha, que fazem culturas de rendimento tal como batata, hortícolas e tabaco - concentram-se no grupo que têm mais de 40 anos.

A grande diferenciação da produção resulta, porém, do recrutamento de fora do agregado familiar. Aqui, há vários sistemas diferentes:

- Dima - A família faz pombe ou comida e convida os vizinhos e familiares a trabalhar na preparação dos canteiros, nas sachas ou na colheita. Embora haja famílias que nunca têm excedentes de milho suficientes para fazer pombe, a Dima é normalmente um sistema de reciprocidade e não permite a certas famílias monopolizar a força de trabalho.

- ganho-ganho - a família paga trabalhadores casuais em dinheiro ou em produtos, normalmente para as sachas. O pagamento é por tarefa e varia com a idade do trabalhador. Um adulto recebe cerca de 50,00 MT ou 10 kg de milho por jorna. Recorrem ao ganho-ganho não só os que estão a aumentar as suas áreas de cultivo mas também as famílias de trabalhadores migrantes.

- emprego de trabalhadores permanentes - a forma mais segura de recrutar mão-de-obra é pagar um trabalhador permanente, muitas vezes um familiar que come e dorme com a família e recebe um salário mensal de normalmente de cerca de 500,00 MT. São estes que servem como pastores, mantêm a horta, ou são aprendizes na carpintaria.

Para utilizar consistentemente ganho-ganho ou para empregar trabalhadores, a família tem que ter um fundo monetário regular: quer do trabalho assalariado mais qualificado, quer da produção especializada de mercadorias, ou quer da especulação comercial. Assim o tractorista do CAIA que recebe 2,950,00 MT/mês paga 500,00 MT ao seu empregado e, o dono da carroça que aluga a 300,00 MT/dia paga 150,00 MT/mês ao miúdo que anda com os bois.

Implicações para a Socialização da Produção.

O objectivo desta apresentação bastante pormenorizada da produção familiar, incluindo a sua diferenciação, é o de salientar as transformações a serem realizadas na socialização do campo na Angónia. Assim, podem-se já sintetizar quatro características gerais da organização da produção familiar e tirar conclusões para o desenvolvimento de novas formas de produção.

1. A agricultura familiar da Angónia está enraizada na produção de mercadorias. Todas as famílias da Angónia produzem para o mercado ou vendem a sua força de trabalho; normalmente fazem as duas coisas em determinados momentos do ciclo de vida da família. Esta produção é bastante diversa: milho, feijão, gado, produtos de artesanato. Portanto, o movimento cooperativo terá também a sua base na produção de mercadorias de diversos tipos, e terá que garantir um rendimento que substitua o trabalho assalariado.
2. A agricultura familiar da Angónia está enraizada em densos circuitos de troca interna envolvendo diversos agentes comerciais: comerciantes privados, moageiros, pequeno traficante... O contrabando e a candonga na Angónia, não escondem mas antes reflectem, a forte integração do comércio local na organização da produção: compra-se e vende-se carne, farinha, mobílias, latas, carroças, transporte, treino de bois... Portanto o movimento cooperativo terá que se estabelecer dentro de uma nova organização do comércio local.
3. A agricultura familiar enfrenta barreiras no aumento da produtividade dentro da sua actual organização social e técnica: o esgotamento dos solos, das pastagens, das florestas e as exigências irregulares da força de trabalho limitam a produção de excedentes. O movimento cooperativo, terá que permitir investimento em adubos, rega, etc., e envolverá, mais tarde ou mais cedo, uma reforma na distribuição da terra.

4. Existe uma diferenciação na organização da produção familiar que depende não só da idade e capacidade das pessoas, mas antes dum processo de acumulação interna que se baseia num fundo de investimento ganhado quer no pequeno comércio, quer no trabalho assalariado. Assim, o movimento cooperativo terá que enfrentar o facto de haver dois caminhos abertos ao campesinato da Angónia: a socialização, ou o crescimento da diferenciação inerente ao capitalismo agrário.

IV. O PAPEL DO CAPITAL PRIVADO NA ANGÓNIA

A organização actual da agricultura familiar na Angónia, reproduz o subdesenvolvimento moldado pela economia colonial. O desenvolvimento socialista transformará esta economia agrária baseada na exploração, e significará uma vida melhor para as largas massas do povo da Angónia. Mas a estrutura de classe do capitalismo colonial continua, não só na pobreza da agricultura familiar, mas também na presença do capital privado no campo: os comerciantes que acumulam com base na produção familiar, e os agricultores privados que se enraizam na exploração de uma força de trabalho semi-proletarizada. Na Angónia, estas duas formas de exploração capitalista são de facto interdependentes, estando a agricultura privada, normalmente, ligada à actividade comercial.

Para estes dois grupos de capitalistas, o desenvolvimento socialista será necessariamente uma derrota e, por isso, os seus interesses de classe opõem-se ao programa revolucionário do Partido.

Na fase actual da Revolução Moçambicana, é tãcticamente necessãrio aproveitar estas duas formas de acumulação não-socialistas para resolver problemas imediatos de produção e de distribuição que surgem na transformação da economia capitalista colonial e a sua organização em moldes colectivos. No entanto, aproveitã-las significa subordinã-las ao controlo da planificação socialista da economia e ao avanço de formas alternativas socialistas de organização da produção e distribuição.

Assim, o que queremos identificar neste capítulo são as condições económicas que dão base à acumulação capitalista para permitir a identificação dos passos a seguir para a controlar. Sendo esta informação extremamente difícil de apenhar numa investigação, com limites tão largos e prazos breves, a análise aqui apresentada é provisória, tentando colocar as questões chaves e tãcticas no distrito da Angónia. Começamos pela simples apresentação de vários casos de acumulação capitalista para, a seguir, analisar a sua base.

S. RIBEIRO (loja, postos de comercialização, 2 machambas privadas, transporte)

S. Ribeiro é um comerciante e agricultor privado português, residente na localidade de Tsangano. Possui duas machambas: uma em Nganga, onde faz milho, batata, grão de bico, girassol e hortícolas e outra, perto da Vila Tsangano, onde faz batata, milho e trigo. A loja encontra-se em Nganga, na fronteira com o Malawi, perto da sede do CAIA, e Ribeiro mantém também dois postos fixos para a comercialização agrícola. Ao todo, emprega cerca de 30 assalariados permanentes e outros sazonais. Tanto a loja como a machamba em Nganga, têm acesso fácil a uma estrada asfaltada que liga com a via principal entre Lilongué e Blantyre.

Ribeiro chegou ao distrito de Angónia em 1954, trabalhando como empregado de um outro colono. Em 1961 conseguiu abrir a sua própria moagem e Mapanje, que vendeu depois à Casa Agrícola. Em 1970, instalou-se em Tsangano, abrindo uma machamba e a sua própria loja onde comprava milho e feijão à população de Nganga. Em 1979 conseguiu ocupar a sua segunda machamba em Magumbo, previamente abandonada por um outro colono.

Ribeiro é um dos agricultores privados mais fortes do distrito. No plano de 81-82 devia produzir 100 ha de milho; 55 ha de batata, 20 ha de girassol, 35 ha de trigo e 2 ha de hortícolas. Tem um tractor velho, mas depende principalmente da Mecanagro para a lavoura dos seus terrenos. Compra sementes e pesticidas ao CAIA, adubos da Zambézia Comercial e na Beira, e normalmente recebe crédito da campanha do BPD. É bastante difícil apurar as quantidades que produz e a quem vende. Ele pretende, por exemplo, ter produzido apenas 135 toneladas de milho em 100 ha postos em cultura em 80-81, um rendimento fraco para um privado, utilizando somente híbrido e adubo. Pretende também ter vendido milho à AGRICOM nessa campanha, uma compra que a AGRICOM não regista. Vende a batata na cidade de Tete e a outros comerciantes do distrito tal como o grupo CATIM.

Nunca recebeu desde a Independência, crédito comercial, mas os camponeses de Nganga consideram-no o maior comerciante da zona e o principal comprador dos seus produtos: milho, feijão, batata. Vende quase exclusivamente em troca de produtos, utilizando um sistema de senhas. A população queixa-se dos termos de troca, dizendo que o valor da quantidade de milho exigido ultrapassa o valor do sabão ou óleo comprado. Não conseguimos apurar onde, nem a quem revende os produtos comprados, nem quais as quantidades e quais as suas fontes de abastecimento.

Ribeiro actua também como grossista, comprando produtos aos pequenos comerciantes sem transporte e fornecendo-lhes determinados produtos. A base desta actividade intermediária é o transporte:

Ribeiro tem um camião grande, uma camioneta, o seu tractor e excelente acesso rodoviário. Assim mantém ligações comerciais na cidade de Tete e Malawi.

ISSUFO IBRAIMO (3 lojas, transporte)

Issufo Ibraimo é dono de três lojas, todas elas com moagem e adquiridas depois da Independência: uma em seu nome e outra em nome da mulher, em Matengo-Balame e, a terceira em Maganga, Domué, registada em nome do sobrinho.

As lojas de Ibraimo têm uma manifesta carência de bens de primeira necessidade que caracteriza todo o comércio público de Angónia: estão cheias de roupa.

No entanto, as moagens permitem-lhe comprar produtos ao campesinato. Cobra 1,50 MT por litro de milho em grão, pagando os camponeses normalmente em géneros. Além disso, troca outros escassos produtos (sabão, sal, etc) por milho e feijão. A população queixa-se de que os termos de troca que ele impõem são desfavoráveis. Ele próprio estimou que nos meses de Junho comprou 33 toneladas de milho e 6 toneladas de feijão, nas três lojas.

Ibraimo tem um contrato com um comerciante privado do distrito de Mutarara para o fornecimento de farinha de milho, passando assim pelo menos uma parte do milho que compra para outras zonas da Província, embora não controlado pelo Comércio Interno distrital. Tem um camião e um jeep que circulam entre as três lojas, os seus fornecedores e os seus clientes.

A. B. MILIONE (loja, moagem, machamba privada)

A. B. Milione é proprietário de uma loja e moagem na feira fronteiriça de Nseu (Lizulu), na estrada principal que liga Lilongué e Blantyre. Ocupa também uma machamba colona abandonada, tendo apresentado em 1981 um requerimento da ocupação ao Ministério da Agricultura, esperando poder entrar no PEC na campanha de 82-83. Já figura no entanto, no plano distrital para 81-82.

Milione trabalhou como carpinteiro no Malawi, como pedreiro na Zâmbia e nas minas do Zimbábue. Regressou a Moçambique em 1958 e começou a cultivar a sua machamba familiar, que expandiu aos poucos de 2 até 5 ha, incluindo uma horta. Empregando mão-de-obra assalariada especializou-se na produção de tomate. Em 1973 abriu em Nseu, uma tenda para vender chá e pão e que se transformou depois da Independência numa cantina.

Nos anos a seguir à Independência - exactamente como e quando não conseguimos saber - Milione e um amigo dividiram a machamba do ex-colono Faustino, embora alguns camponeses também tentassem recuperar algumas parcelas dispersas para as suas machambas familiares. Este ano, Milione propõe-se lavar 50 ha de milho e batata. Em 1981 comprou um tractor em segunda mão por 500 contos. Pede uma charrua emprestada e emprega, sazonalmente um tractorista, a quem paga 3.500 MT/mês, e trabalhadores de campo, a quem paga 1.500 MT/mês.

Parece-nos que a expansão da machamba e a sua emergência como agricultor privado depende da compra de uma moagem e da actividade comercial. Pagou 15.000 MT por uma moagem avariada do CAIA, gastou 33.000 MT na compra de peças e 10.500 MT para o concerto, conseguindo assim uma moagem com capacidade de duas toneladas por dia. Ele próprio estima moer 10-20 toneladas de milho por mês e que a moagem representa 30-70% das suas vendas mensais.

Actualmente, a loja quase não tem produtos nas prateleiras, reflectindo o fraco abastecimento fornecido pela Zambézia Comercial, e a falta de transporte limita a sua mobilidade no escoamento e busca dos produtos. Ultimamente, a população queixa-se de Milione ter cobrado a moagem em kwachas, tentando resolver assim os bloqueios à sua rentabilidade. A entrada no PEC como agricultor privado podia facilitar o seu acesso financeiro, combustível e transporte, e assim aumentar a sua flexibilidade comercial.

MARCOS CHARLES (loja)

Marcos tem uma loja perto da sede do CAIA, na estrada asfaltada fronteiriça que liga à via Lilongué-Biantyre.

Antes da Independência, Marcos foi um empregado de balcão numa cantina de Mapanje. Quando o colono fugiu, Marcos ficou com a loja, a qual foi apropriada pelo CAIA em 1981. Marcos deslocado para o actual local, que considera inferior em termos do nível de comercialização agrária que lhe é possível atingir, dada a concorrência de Ribeiro e das lojas do Malawi. Aliás, também a população de Mapanje se queixa da deslocação de Marcos, que comprava batata ao sector familiar, enquanto a loja do CAIA se limita à troca de milho e feijão.

Marcos diz que consegue tirar um rendimento mensal de + 20.000 MT, da sua actividade comercial. O movimento mensal de venda varia entre os 150.000 MT e 225.000 MT, principalmente em tecidos e sabão. Compra milho, batata e feijão (manteiga e mistura) em quantidades que não conseguimos apurar. Ele próprio diz que o nível de troca não é igual ao nível de venda, porque ele não tem os produtos de primeira necessidade, que os camponeses exigem para os seus produtos e que podem obter de Ribeiro ou do outro lado da fronteira.

Marcos considera que o problema deriva do monopólio detido pela Zembézia Comercial como armazenista distrital, dizendo que conseguia um melhor abastecimento quando havia várias fontes de abastecimento no distrito. Também se sente limitado na comercialização agrícola pela falta de transporte: diz ele que revende a Ribeiro e outros privados e mesmo à AGRICOM, porque não tem escoamento alternativo.

Para aumentar o seu nível de rentabilidade, Marcos recorre a várias formas de pequena especulação bastante arriscadas: troca meticals por kwachas; arranjo de produtos malawianos em meticals. Neste tipo de negócio, a taxa de troca kwacha-metical é de 1/200 em vez de 1/35, oficial.

JOHAN JULIASSE (moagem, carroça, machamba privada)

Johan Juliasse, é o Secretário do povoado de Nganga e proprietário da única moagem a funcionar no povoado. Tem uma machamba familiar de 4 ha, uma plantação de pessegueiros e eucaliptos, uma horta onde produz milho, feijão e batata e várias parcelas em pousio. Tem 22 cabeças de gado incluindo três bois de trabalho, possui uma charrua e uma carroça que aluga, uma máquina de costura e uma bicicleta. Vive na estrada de Tsanganu, a 5 km da sede do CAIA e da via asfaltada que demarca a fronteira entre Moçambique e Malawi. Emprega um operador permanente para a moagem e um pastor, pagando 800 MT e 300 MT/mês, respectivamente.

Juliasse voltou em 64 das minas da África do Sul, onde trabalhou como "boss boy", para iniciar a sua machamba familiar. Em 67 foi trabalhar como caixeiro numa loja de Mapanje deixando a organização da machamba familiar a sua mulher. Em 1968, conseguiu comprar uma charrua. Em 1972 começou a trabalhar como alfaiate numa outra loja, trabalho que deixou só em 1978. Entretanto, em 1975 comprou a moagem por 100 contos a um colono que ia abandonar o país.

A moagem tem capacidade de 2 toneladas por dia e a procura é tal que Juliasse consegue facilmente atingir este nível de produção - quando tem combustível. A moagem consome 20 litros por dia e a falta de diesel é o maior problema que Juliasse enfrenta. Costuma comprar em Tete ou arranja através de Ribeiro. Por cada lata de 10 litros de milho em grão (+ 20 kg), Juliasse recebe entré 12,50 MT e 15,00 MT, cobrando às vezes em milho em vez de em dinheiro.

Quando aluga a charrua e a junta de bois recebe 550,00 MT com refeições ou 600,00 MT pela lavoura numa área de 70 x 70 m. Quando transporta produtos para a sede ou lojas da fronteira cobra 25,00 MT o saco de 100 kg, ou 200-300,00 MT por viagem. Das suas diversas actividades Juliasso, recebe um bom rendimento anual que não soube especificar mas sobre o qual paga um imposto de 10.550, MT às Finanças de Tete. Como é uma personagem bem conhecida pelos comerciantes dos dois lados da fronteira, supõe-se que este rendimento seja suplementado pelo pequeno comércio que faz, traficando na fronteira.

PEDRO ANTÓNIO (machamba com rega, trabalho qualificado)

Pedro António é um jovem mecânico da cidade de Tete, já com 7 anos de trabalho no CAIA. Ganha 5.000 MT/Mês e vive com a sua mulher e 5 crianças numa casa da empresa em Mapanje. Tem uma machamba de 12 ha no povoado vizinho de Chivano onde faz alho, cebola, tomate, repolho, batata das três épocas e milho. Emprega cinco trabalhadores permanentes a quem paga entre 1.200 e 1.600 MT/mês.

Em 1980, Pedro comprou uma bomba de água em segunda mão no CAIA e resolveu abrir a sua machamba familiar. Pediu o terreno ao Secretário do povoado de Chivano, uma zona do distrito pouco povoada, onde muita gente de Tete está agora a ocupar a terra. Empregou 2 pessoas para apoiar o desbravamento do terreno e pagou 600 MT/ha para aluguer de uma charrua e junta de bois para a lavoura. Nesse terreno cultivou apenas alho, produzindo 9 sacos de 100 kg, dos quais vendeu 7 sacos e recebeu 32.000 MT. Com este dinheiro pagou todas as despesas, incluindo salários, e ainda teve lucro, decidindo expandir a sua área em 81-82.

Sendolhe concedidos mais de 9 ha pelo Secretário do Povoado, Pedro empregou mais três trabalhadores permanente da zona, e pagou 7.200 MT para lavrar os 12 ha com tracção animal. Esperava ter bons resultados embora tivesse dificuldades em obter as quantidades indicadas de adubo. Cultivou 3 ha de alho em consociação com outra hortícola, 4 ha de batata, que pretende fazer em 3 épocas e 5 ha de milho.

Determinantes da posição de classe

É que podemos concluir destes vários casos, tão diversos e com uma base tão frágil de informação, para a análise da estrutura e luta de classe na Angónia?

Primeiro no distrito de Angónia, constata-se uma interdependência do capital na agricultura, no transporte, no processamento e no comércio. Existem os polos puros, tal como Pedro António que não mexe no comércio e Ibraimo que não é agricultor mas a tendência é combinar estas actividades.

Segundo, vê-se uma nítida diferenciação de classe entre as pessoas envolvidas na acumulação capitalista. Os únicos destes casos que se apresentam como capitalistas mais ou menos consolidados são Ribeiro e Ibraimo; os outros têm uma margem de acumulação que é extremamente pequena e bastante frágil.

Qual então a dinâmica da acumulação, na Angónia? Porquê a tendência para a diversificação? O que é que determina a linha entre o capitalista e o pequeno-burguês aspirante? E quais as consequências para o processo de socialização do distrito? Aqui é necessário considerar independentemente a acumulação na agricultura e no comércio.

- Agricultura Privada

O agricultor privado de Angónia precisa de uma boa área de terra, de preferência com condições de rega e acesso rodoviário fácil. Mas vê-se que o controlo desta terra é em geral extremamente recente, sujeito a reivindicações por parte do campesinato da zona, e portanto, vulnerável a uma rápida reforma agrária do tipo que será necessário no avanço da socialização.

A seguir, ele precisa de um fundo de acumulação, quer para pagar trabalhadores assalariados, quer para comprar meios de produção. Um trabalhador qualificado como Pedro, pode tirar este fundo do seu próprio salário enquanto a escala de produção for pequena, mas para avançar terá que obter financiamento. Como o BPD controla o crédito agrário formal será fácil controlar esta via de acumulação. Mas existe a possibilidade de acumular um fundo de financiamento através da actividade comercial, uma via muito mais resistente ao controlo estatal.

A seguir, o privado precisa de poder comprar mão-de-obra barata e sazonal. O avanço da cooperativização e a consolidação do sector estatal devem eliminar esta força de trabalho, dando ao camponês ou operário agrícola um nível de rendimento que lhe permita sair da semi-proletarização, mas por enquanto, esta força de trabalho existe no distrito e até, tem, mais preferência por trabalhar na machamba de um vizinho do que viver, dormir e comer nas actuais condições da machamba estatal.

A seguir, o privado precisa de comprar meios de produção. Aqui o Estado controla uma parte da distribuição dos insumos e a utilização de maquinaria através do Plano, mas existem outros circuitos de acesso: a fuga ou venda de combustível, bombas, adubos e sementes do CAIA, e o mercado do Malawi. O Estado pode tapar o primeiro buraco com o avanço da organização do CAIA, mas o segundo é mais resistente e manifesta, mais uma vez, a importância da actividade comercial na consolidação de um agricultor capitalista.

Finalmente o agricultor privado tem que encontrar um mercado para a sua produção. Aqui, o Estado tem grande poder de compra, mas a sua capacidade de escoamento organizado é fraca e a actual estrutura de preços e termos de troca favorece a participação do privado em mercados paralelos, seja o escoamento para o Malawi sejam os contratos preferenciais de venda de farinha em Moçambique. Para realizar o maior lucro possível (se não está simplesmente interessado em transferir o seu capital para fora do país) o privado que vende no Malawi dirige-se inevitavelmente para o comércio. Só comprando no Malawi para revender em Moçambique é que maximiza o lucro a tirar da comercialização da sua produção no Malawi.

Na situação actual a especulação comercial faz parte da estrutura de rentabilidade do agricultor privado. Na campanha de 80/81, 16 privados entraram no Plano distrital, pretendendo cultivar 792,5 ha de milho. Nos manifestos de trânsito e nos registos da AGRICOM, apenas se regista uma comercialização de milho de 792,355 kg por todos os agricultores privados. Como 80/81 foi um bom ano de produção, deve-se duvidar de um rendimento por ha de menos de uma tonelada no sector privado. Além disso, a parte comercializada pela AGRICOM foi apenas de 97,527 kg, tendo sido o restante colocado no mercado pelos próprios produtores. Quase todos os que entregaram à AGRICOM são pequenos privados moçambicanos sem transporte próprio.

- O Comércio Privado

O capital comercial capta lucros comprando para revender mais caro. No distrito de Angónia, o comerciante compra produtos aos camponeses e ao sector privado - milho, feijão, batata, hortícolas - para revender nas cidades e empresas agrícolas de Moçambique e do Malawi. Por outro lado, compra bens manufacturados em Moçambique ou Malawi, para revender aos camponeses de Moçambique.

A actividades destes comerciantes depende, em primeiro lugar, da existência de grandes sectores de produção comercializada fora do sector estatal - o sector familiar e o sector privado. Assim, a socialização da produção em si diminuirá o papel do comércio privado.

Para poder comprar estes excedentes, o comerciante precisa de oferecer ao produtor alguma coisa que lhe seja útil: uma mercadoria, um serviço, dinheiro que tenha poder de compra. Na Angónia, a posse de uma moagem é central na captação de excedentes - o camponês paga 15-25% do seu valor para moer o seu milho, e normalmente paga em milho.

A escassez de mercadorias dá vantagens na compra de produtos aos que têm várias fontes de abastecimento - um comerciante tal como Ibraimo, que tem várias lojas entre as quais pode redistribuir a mercadoria, ou o que tem abastecimento através de grupos comerciais de Tete, Beira ou mesmo Maputo, ou ainda o que opera nos mercados do Malawi.

Quanto ao dinheiro, o produtor hesita em aceitar o metical porque sabe que o próprio comerciante vincula a venda de mercadorias à compra de produtos de primeira necessidade, privando assim o metical do poder de compra dos bens que o camponês necessita. Por isso, reforça-se ainda mais a posição na comercialização dos comerciantes que têm várias fontes de abastecimento.

Normalmente o comerciante que opera em grande escala, precisa de um fundo para financiar as suas compras antes de revender. Como uma boa parte dos comerciantes recebe este crédito do Banco de Moçambique, será possível dirigir a sua escala ou orientação da operação comercial pela concessão do crédito. Mas por outro lado, há comerciantes fortes tal como Ribeiro, que têm outras fontes de crédito, talvez mesmo no Malawi. Além disso, parece que pequenos comerciantes e traficantes, tal como Juliasso ou Marcos, recebem financiamento (quer dizer mantêm dívidas correntes) dos comerciantes mais fortes.

Finalmente, o comerciante tem que encontrar um mercado onde se paguem preços que cubram os seus custos e deixem uma margem de lucro. Esta margem existe, quer na venda de milho em grão do Malawi, quer na venda de farinha em Moçambique, sobretudo para os que compram por troca de mercadorias ou do serviço da moagem. Para realizar este lucro, no entanto, é preciso ter transporte. O primeiro nível de pequenos comerciantes, o traficante que depende da carroça, consegue colocar os seus produtos no Malawi e trazer mercadoria, tal como o grande comerciante com frota própria que tem um largo raio de actuação.

O nível médio, o novo comerciante moçambicano, tal como Marcos, por falta de transporte enfrenta, porém, dificuldades na colocação dos produtos e na busca de mercadoria. Recorrem normalmente não ao Estado, mas antes aos grandes comerciantes tal como Ribeiro, que assim apropriam a função grossista que a AGRICOM deve desenvolver na planificação estatal. A camada intermédia, mostra actualmente um forte interesse em se estabelecer como agricultores privados, esperando assim obter alta prioridade na autorização de compra de transporte e no fornecimento de combustível.

Vê-se deste modo, a importância da interdependência do capital comercial e agrícola na consolidação da posição do capitalista na Angónia e a predominância da acumulação de lucro comercial na formação deste grupo. Constata-se a importância da moagem de milho, do controlo de transporte, e do acesso a fontes de abastecimento que conduz à apropriação do papel grossista, pelos comerciantes privados mais fortes, questão central da planificação da distribuição.

Na estratégia de socialização do campo, reconhece-se o papel tático do capital privado para cumprir objectivos que as formas socializadas de produção e distribuição ainda não conseguem realizar. A consolidação dos sectores socializados vai estabelecer uma base para a supressão do papel do capital na economia. Entretanto, a subordinação da actividade capitalista à planificação centralizada, obriga-a a cumprir os objectivos táticos desta fase: a produção e comercialização de excedentes alimentares para as cidades e empresas agrícolas, o abastecimento do camponato em bens de consumo e meios de produção, a captação de excedentes para o investimento estatal.

Verifica-se no contexto de Angónia uma contradição entre a actual estrutura de acumulação capitalista e o cumprimento dos objectivos estratégicos do Estado. O capital privado agrícola desenvolve-se pela entrada no comércio virado para o Malawi e não pela colocação de produtos nos mercados de Moçambique. O capital comercial desenvolve-se pela entrada em mercados paralelos e não por uma participação nos circuitos controlados pelo Estado. O Estado não consegue concorrer com o capital comercial privado nem ao nível retalhista (onde todos recorrem à vinculação ou troca directa e o Estado tem menos para trocar), nem ao nível grossista dominado pelos mercados paralelos em que o Estado entra apenas como comprador.

No contexto da Angónia, como subordinar a actividade do capital privado aos objectivos estratégicos da transformação socialista? Para poder controlar os comerciantes e agricultores é preciso; em primeiro lugar, envolver as estruturas do poder popular ao nível local. Por isso é preciso quebrar a actual aliança que integra, não só comerciantes e agricultores privados, os capitalistas consolidados e os pequenos burgueses aspirantes, os traficantes, mas também as largas massas camponeses numa luta contra a política comercial do Estado. Enquanto o camponês pensar que o seu consumo pessoal depende do tráfico ilegal com o Malawi e enquanto o Estado definir o controlo da fronteira como a luta política central do distrito, não se pode distinguir a diferença fundamental de interesses de classe entre a pessoa que compra no Malawi para revender e o camponês à procura da sua subsistência básica. E sem resolver esta questão básica não se podem consolidar formas socialistas de distribuição.

Em segundo lugar, o poder económico existente pode ser utilizado muito mais eficientemente no controlo do capital privado: deve-se eliminar a fuga de produtos do CAIA que alimenta a candonga; pôde-se controlar o relacionamento entre abastecimento e comercialização pela conciliação da informação proveniente do Comércio Interno e da Zambézia Comercial; deve-se anular a concessão de crédito aos privados que não cumprem regularmente os seus planos de comercialização, e prestar mais atenção aos pequenos privados que não entram no plano, mas que de facto entregam a sua produção ao Estado.

Finalmente, não se deve contar exclusivamente com um melhor controlo policial do capital privado; o poder económico do Estado deve-se utilizar para quebrar os monopólios efectivos dos comerciantes privados, com frota própria, para abrir e intensificar os circuitos de troca no distrito. Na situação actual, o capital privado maximiza os seus lucros não pela expansão do comércio, mas numa certa medida, pela sua estagnação -- sendo a escassez a base da candonga. Na fase actual, a estratégia de transformação socialista beneficiará da existência de mais competição comercial no distrito, seja entre privados, cooperativas de consumo, ou AGRICOM. Isso implica uma planificação e intervenção muito mais agressiva por parte do Estado na distribuição dos bens de abastecimento e no controlo dos transportes.

Os capitalistas na Angónia, tal como S. Ribeiro, são fracos e pouco organizados como classe. Têm um certo poder, em virtude da sua base económica, para se defenderem contra o avanço da socialização do campo, mas o poder potencial do Estado é muito maior se for melhor organizado e dirigido pela linha estratégica do Partido FRELIMO. A luta contra o capital nesta fase, não tem como objectivo a sua exterminação, mas antes a sua subordinação à estratégia da socialização do campo. Na Angónia, tanto o agricultor como o comerciante privado, têm um papel a desempenhar na reanimação dos circuitos internos de troca, condicionalismo básico para a criação de uma produção cooperativa realmente superior à agricultura familiar.

Para a pequena burguesia agrária da Angónia, para um Pedro António ou um Juliasso, a acumulação capitalista representa uma via alternativa ao socialismo, e mais segura hoje, para o seu avanço. A pequena burguesia não opta pelo capitalismo em si, mas simplesmente constata que nas condições económicas actuais, pode obter uma melhor vida para si e suas crianças na pequena acumulação capitalista. Se o socialismo for capaz de oferecer igual, a pequena burguesia aceitará, isto é, será capaz de seguir, mas não de dirigir, o processo revolucionário na Angónia.

Nas suas aspirações e formas de actuação, a pequena burguesia, não se distingue claramente da camada mais próspera do campesinato. É apenas na escala de empreendimento e no nível de emprego de mão-de-obra assalariada que se pode distinguir Pedro António de Júlio Werard ou Laisson Amos de Johan Juliasso. Ambos os grupos têm uma forte base política local no distrito e um peso desproporcionado na produção e ou comercialização de excedentes.

Assim, o risco que se corre no desenvolvimento do comércio privado e no estímulo dos pequenos agricultores privados, é o de conduzir à intensificação da diferenciação do campesinato, até à expansão e consolidação de uma pequena burguesia agrária como classe. Já vimos que a pequena actividade comercial é uma das principais fontes do fundo de acumulação que o camponês da Angónia precisa para investir na agricultura. Tudo depende, pois, da consolidação da via alternativa: o desenvolvimento de um movimento cooperativo que envolva as largas massas da Angónia, socializando a produção familiar; a realização do papel dinamizador do sector estatal agrário; a consolidação de estruturas políticas de base que representem os interesses da aliança operário-camponesa na direcção da luta de classes.

V. ANGÓNIA NA DÉCADA: O AVANÇO DA LUTA PELA SOCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Nos anos pós-Independência, a questão fulcral para o Distrito de Angónia tem sido a consolidação da direcção da luta pelo Partido FRELIMO. Aqui não se trata só, nem principalmente, da estruturação do Partido, mas da concretização e organização, da linha revolucionária do Distrito: a definição do inimigo e dos aliados na luta, a determinação das prioridades, a direcção das intervenções estratégicas no uso do poder estatal.

Como realizar o papel dinamizador do sector estatal agrário na socialização do distrito quando ele enfrenta uma hostilidade por parte de largas camadas do campesinato? Como controlar o comércio sem reforçar uma aliança anti-estatal entre camponeses e comerciantes? Como construir novas formas de vida colectiva que servirão o campesinato como modelos do desenvolvimento socialista, depois do fracasso das cooperativas, nos primeiros anos? Como armar e organizar os quadros do Partido ao nível da base para assumirem o seu papel na resolução destas questões?

Actualmente a posição do Partido no Distrito, relativamente a estas tarefas, é bastante defensiva:

O CAIA tenta minimizar os pontos de conflito com as famílias vizinhas mas aceita, por enquanto, a sua reputação de adversário do campesinato.

O Estado tenta apropriar mais excedentes mas adopta medidas contra o campesinato, nomeadamente a vinculação do abastecimento o que, num contexto em que a extracção do excedente agrícola e o abastecimento do Povo são controlados pelos privados, só serve para fortalecer a posição de classe dos privados, e dar mais campo de manobra à especulação, candomba, e contrabando para o Malawi, ao mesmo tempo que desvaloriza o metical.

O Estado tenta eliminar o contrabando para o Malawi exclusivamente através do reforço do controlo policial da fronteira, sem resolver os problemas da comercialização agrária no Distrito pelo que, não consegue controlar o contrabando, alia camponeses e comerciantes numa posição anti-estatal e não consegue apropriar mais excedente agrícola nem incentivar o aumento da produção.

O movimento cooperativo tal como é actualmente, não se substitui às machambas individuais dispersas dos seus membros, concorrendo antes, paralelamente, numa relação desfavorável à cooperativização.

As estruturas política locais assumem tarefas administrativas mas entram na direcção da luta de classes - no controlo dos comerciantes, na análise dos problemas do CAIA no Distrito, na formação de um movimento cooperativo.

Nos capítulos anteriores analisamos a organização actual da agricultura familiar e as formas de acção do capital privado, para poder concretizar a estratégia de desenvolvimento socialista na Angónia, para delimitar o campo de luta e para ver como sair das posições defensivas em que o programa revolucionário actualmente se encontra no Distrito.

Vimos que na situação actual o capital privado, sobretudo os comerciantes e agricultores, não cumprem o seu papel estratégico no desenvolvimento da economia da Angónia. O problema não é o acumularem, dado que esse é o objectivo do capital, mas sim o estarem a acumular à custa do bloqueio do desenvolvimento de uma economia socialista planificada.

Constata-se que há uma forte diferenciação na organização da agricultura familiar, baseada, em parte, na posse de um fundo de investimento acumulado através da pequena especulação comercial. Mas, esta pequena burguesia incipiente é fraca, pouco consolidada, e os seus interesses de classe não são opostos à Revolução nesta fase: eles também se aproveitam da quebra dos monopólios e abertura dos circuitos de troca. No entanto, se não se modifica a actual organização económica, a pequena burguesia desenvolve-se acumulando. Não se poderá contar com ela como aliado do processo de cooperativização da agricultura familiar.

É esta questão, a da direcção e formas de enquadramento do movimento cooperativo, que consideramos a questão mais urgente para o avanço da socialização do campo no Distrito de Angónia. Enquanto o camponês continuar a ser um pequeno proprietário, com parcelas e manadas dispersas, utilizando técnicas rudimentares e recorrendo regularmente ao trabalho assalariado, será quase impossível evitar conflitos entre o campesinato e o sector estatal agrário.

Para dinamizar o desenvolvimento rural, o sector estatal tem que (além de pôr em ordem a sua própria organização) trabalhar com o povo organizado, quer dizer, em cooperativas. Paralelamente, qualquer política comercial que pretenda apoiar a agricultura familiar acabará por simplesmente estimular a diferenciação do campesinato, se não for acompanhada por um grande avanço da produção pelas massas camponesas, num movimento cooperativo.

Para o avanço da socialização do campo na Angónia é, portanto, crítico que seja o poder popular e não a pequena burguesia, que dirija a luta contra o capital ao nível da base. Isto significa que as estruturas políticas de base deverão estar claramente enquadradas na linha estratégica do Partido, tenham tarefas concretas no exercício do poder, e que o poder do Estado reforce as posições tomadas, condições estas que não se verificam actualmente na Angónia. Assim, as estruturas políticas locais, sejam ou não camponesas ricas, não têm uma visão estratégica do processo de socialização do campo; não têm tarefas concretas que façam parte do programa revolucionário; o grande poder económico do Estado representado pelo CAIA não reforça a aliança operária-camponesa, antes pelo contrário, gera-

uma forte ideologia anti-estatal no campesinato e alimenta a especulação comercial no Distrito. A política comercial reforça a posição dos comerciantes privados relativamente ao campesinato, que constitui a base da sua rentabilidade.

Este capítulo, tem pois, três objectivos:

- indicar quais serão as grandes mudanças na produção camponesa a serem realizadas pelo movimento cooperativo nesta década;
- Considerar como poderá o poder estatal, particularmente a política comercial e o sector estatal agrário ser melhor aproveitado para efectuar estas mudanças;
- Reflectir sobre as formas de experiências-piloto que poderão concretizar para o campesinato a estratégia de desenvolvimento socialista na Angónia, ao mesmo tempo que o enquadra em tarefas imediatas da Revolução.

1. O Avanço do Movimento Cooperativo no Distrito de Angónia

Para expandir e consolidar o movimento cooperativo na Angónia durante esta década será necessário que as coöperativas vençam as barreiras do aumento da produtividade que actualmente pesam sobre a agricultura familiar, que os circuitos de troca interna se intensifiquem e integrem as cooperativas na economia nacional planificada e que se rompa definitivamente com o padrão de semi-proletarização na organização da família camponesa.

1.1 O Avanço da Produtividade

A socialização do campo na Angónia alterará fundamentalmente o relacionamento entre os camponeses, a sua terra e os meios de produção, para criar uma nova interdependência entre trabalhadores, que libertará a sua força produtiva social.

Para aumentar a produtividade da agricultura na Angónia é preciso uma revolução técnica. Isto requer não só a venda de mais e novos instrumentos de produção, mas também um nível de investimento e de ensino técnico que o agregado familiar por si só não possui. Para uma intervenção organizada do Estado nestes ramos é necessário ter um sistema de prioridades. No Malawi esta prioridade pertence aos camponeses ricos; em Moçambique deve envolver as largas massas camponesas, estratégia esta que só se pode realizar se se juntarem as suas forças (e portanto excedentes) em cooperativas de produção.

Se dissermos que a cooperativização do campo vingará não pela supressão da agricultura familiar mas antes pela sua superação por formas superiores de produção, deve-se analisar o que isto significa concretamente no caso de Angónia.

Terras cultivadas

A intensidade actual do cultivo e a falta de terra no actual sistema de posse e organização técnica requerem que a cooperativização

leve a um aumento da produtividade das áreas actualmente cultivadas.

Nas condições actuais, este avanço seria difícil de realizar apenas pela mecanização (que exigiria uma maciça e imediata reforma agrária para ultrapassar a parcelização), mas antes pela fertilização e renovação dos solos, pela introdução de variedades de maior rendimento, pelo melhoramento da conservação dos produtos e pelo aproveitamento mais consistente da força de trabalho durante todo o ano agrícola.

Assim, os primeiros passos requerem a unificação de parcelas vizinhas por parte de grupos de produtores relativamente restritos, programas de experimentação local para identificar avanços técnicos e um sistema de distribuição de factores de produção em que seja possível dar prioridade às cooperativas.

Terras Não Aproveitadas

Hoje em dia, a abertura de novas terras no Distrito é feita quer pelo sector estatal quer pelos que empregam assalariados. Quer na drenagem das baixas, quer no desbravamento de mato, é preciso ter uma força social que falta à família individual e especialmente ao jovem, que é quem mais sente a falta da terra. Portanto, a cooperativização na Angónia envolverá pequenos e grandes projectos de obras públicas e povoamento, a serem empreendidos em conjunto pelo Estado e grupos de cooperativistas.

Terras de Pastagem e Criação de Gado

A actual intensidade de pastagem e de cultivo e a posse limitada do gado bovino no Distrito (provavelmente cerca de 75% das famílias não têm gado) indicam que o avanço da criação terá que ser principalmente através das pequenas espécies, em que as cooperativas introduzirão variedades mais produtivas e novas técnicas de profilaxia e alimentação.

Quando a própria cooperativa se torna a principal forma de segurança social face à seca, doença e fome, a importância social da criação de gado bovino baixará. Por isso, não se deve preocupar muito com a "socialização do gado bovino"; o actual pesadelo do criador, promulgado pela propaganda anti-socialista, mas antes, com o controlo das pastagens e das doenças e com o avanço da pequena criação.

Meios de Produção

Para tornar mais produtivas as terras cultivadas existentes, abrir novas áreas ao cultivo, e melhorar a criação de pequenas espécies, é preciso investir em novas infraestruturas e meios de produção. Assim, é preciso ter um fundo de acumulação, sendo este exactamente o que falta a muitas famílias da Angónia para entrarem no movimento cooperativo.

Os que actualmente têm um fundo de investimento são antigos trabalhadores migrantes, trabalhadores assalariados qualificados, e pequenos traficantes. Evidentemente que o movimento cooperativo não deve depender do recrutamento destas pessoas. Pelo contrário, o movimento cooperativo pretende cortar a corrente de semi-proletarização que afasta o jovem do campo e o torna em trabalhador migrante.

A consolidação do sector estatal agrário estabilizará o trabalhador qualificado como base do operariado rural organizado. A socialização da distribuição eliminará a pequena especulação comercial.

Assim, o financiamento dos investimentos das cooperativas não pode depender das contribuições provenientes das poupanças dos membros. O avanço da produtividade nas cooperativas dependerá sim, do crédito estatal ou de uma política comercial que permita às cooperativas apropriarem-se de uma parte do lucro comercial actualmente monopolizado pelos comerciantes privados e traficantes.

Além do fundo de investimento, a utilização de meios de produção melhorados nas cooperativas requer uma gama de instrumentos de trabalho apropriados para a transformação da agricultura camponesa na Angónia - adubo, bombas, peças, charruas - disponíveis em Moçambique nos circuitos legais. Se se prever um papel comercial para as cooperativas, será necessário que estas possam adquirir o equipamento do comerciante: moinhos, carroças, balanças.

1.2. Integrar o Campesinato numa Economia Planificada

O avanço da socialização na Angónia implica a intensificação dos circuitos internos de troca e a sua articulação planificada com os sistemas de distribuição nacional.

Vimos que a maior parte do campesinato da Angónia produz para se sustentar e não para investir e expandir. Mas isto não significa que sejam produtores de subsistência, que só produzem para a alimentação da sua própria família. Para comprar os bens de consumo e os meios de produção, a família camponesa de Angónia tem que produzir e vender um excedente ou recorrer ao trabalho assalariado. Actualmente, uma boa parte do que a família precisa é produzido na África do Sul, vindo através do Malawi, e uma pequena porção vem da produção artesanal da Angónia.

O desenvolvimento socialista de Angónia não aumentará a autossuficiência da família nem a autarquia regional. Antes ligará os camponeses de Angónia, mais integralmente, a uma economia nacional planificada. O seu padrão de consumo incluirá cada vez mais produtos manufacturados pela classe operária moçambicana, de dentro e fora de Angónia, e cada vez mais, produtos das outras cooperativas. Quer dizer, a superioridade do movimento cooperativo dependerá, em parte, da eficiência da distribuição socialista e da intensificação dos circuitos internos de troca.

É preciso pois, romper com a actual estagnação dos circuitos de troca na Angónia e reorientar o comércio do Malawi para Moçambique. A curto prazo será necessário controlar melhor a actividade dos grandes comerciantes da Angónia e incentivar a concorrência de pequenos comerciantes mais facilmente subordinados à actividade grossista do Estado. Durante a década, porém, será necessário uma intervenção directa por parte do Estado na actividade retalhista.

A forma apropriada para esta intervenção retalhista na Argónia deverá ser através das cooperativas de consumo que deverão vender e comprar ao sector familiar. Isto por diversas razões:

- Vendendo e comprando aos seus próprios membros a cooperativa de consumo não pratica os preços especulativos do comércio privado;
- Comprando aos seus membros o seu milho, feijão, batata ou gado, a cooperativa de consumo revende ao Estado que fornece em troca bens, transporte e financiamento;
- A venda corrente de bens de consumo, a operação da moagem e a encomenda correcta de factores de produção exigem uma presença contínua na comunidade que a loja estatal ou o posto de comercialização, pagando trabalhadores assalariados, é actualmente incapaz de fornecer;
- A cooperativa de consumo servirá como foco da organização da nova comunidade, a aldeia comunal, ligando camponeses e Estado numa forma nova de organização de vida, servindo, numa primeira fase, como um foco de extensão agrária.

1.3. Ruptura com a Semi-Proletarização

O avanço do movimento cooperativo requer que os membros mais produtivos da comunidade deixem de recorrer periodicamente ao trabalho assalariado, e que as famílias mais produtivas aceitem juntar a sua produção com a das famílias de menor poder produtivo. Em parte, o avanço da produtividade na cooperativa resolverá estes problemas, garantindo um nível de rendimento monetário superior ao do trabalho migrante ou sazonal e dando mesmo às famílias mais produtivas, um avanço no seu nível de vida.

Por outro lado, o movimento cooperativo só poderá consolidar os seus membros se fizer parte duma larga revolução social. O jovem trabalhador terá que encontrar numa cooperativa não só um rendimento monetário mas também uma comunidade em que pode estabelecer o seu agregado familiar e organizar a sua vida quotidiana. A família mais próspera terá que ver na produção socializada uma unidade que pertencerá às suas crianças e que garantirá, no futuro, a sua segurança social. É por isso que o movimento cooperativo na Argónia tem que consolidar a sua base na comunidade, juntando-se mais nitidamente ao programa das aldeias comunais, impondo-se às velhas estruturas do clã e da igreja, abrindo novas comunidades nas áreas menos povoadas do Distrito.

A expansão das cooperativas e a permanência dos seus membros requerem uma transformação igual na organização social e técnica do sector estatal agrário no distrito. Este sector terá que deixar de recorrer ao trabalho sazonal, recrutando trabalhadrés através das estruturas políticas locais. Isto implica mudanças nos planos de produção, nos métodos de trabalho e na organização social e política dos trabalhadores, para lhes permitir pertencer a uma comunidade socialista.

2. Melhor Exercício do Poder Estatal

Para o avanço da socialização do campo na Angónia é preciso que o actual poder estatal seja mobilizado e dirigido pela linha estratégica do Partido FRELIMO. A este respeito são de importância central a acção do sector estatal agrário, a política comercial, e a organização da Direcção Distrital de Agricultura.

2.1. CAIA: A luta pela Consolidação do Papel Dinamizador do Sector Estatal Agrário.

A empresa agrícola colonial minava a economia agrária de Angónia: apropriava e destruía a sua terra, apropriava a sua mão-de-obra sazonalmente, e aumentava os seus próprios lucros através da comercialização dos produtos do sector familiar. Para se avançar agora no caminho da socialização é preciso transformar este padrão, que ainda caracteriza a organização do CAIA, eliminando os focos de conflito com o campesinato forjando novos interesses comuns no processo de cooperativização.

Terra: Ultrapassando os conflitos sobre a ocupação da Terra

O sector estatal agrário devia ser o modelo para o processo de reclamação da terra que terá que caracterizar a revolução agrícola no Distrito de Angónia. Por isso, em vez de aumentar a produção pela ocupação de novos terrenos, deve concentrar-se no aumento da produtividade das terras já sob cultivo: pela reflorestação, rotação de culturas, drenagem. Quando se abrem novas zonas de cultura, estas devem estar nas áreas menos povoadas do Distrito, servindo através da construção de picadas e serviços sociais, para facilitar o processo de repovoamento no Distrito.

Como o aumento da produtividade da terra dependerá sobretudo da introdução de novas técnicas de produção, e como o CAIA tem uma larga gama de técnicos especializados, o sector estatal agrário deve apoiar o movimento cooperativo na experimentação e inovação técnica em vez de só fornecer maquinaria. Isso implica um apoio organizado, não em função da proximidade (lavrando terra para a cooperativa vizinha), mas em função do plano de produção das cooperativas, que pode ser ensaiar trigo nas cooperativas de Tsangano, por exemplo, ou ensinar técnicas de rega em Matengo-Balame.

Para cumprir um tal programa, terá que haver uma correcta planificação anual das suas intervenções, apenas possível com uma muito maior colaboração com o CRED (Centro Rural de Experimentação e Desenvolvimento) em Metengo-Modzi. Isso implica que o CRED também planifique em função das capacidades do sector estatal.

Força de Trabalho: Ultrapassando o recrutamento não planificado de trabalhadores e a instabilidade política do operariado rural

Cada expansão do CAIA, ou abertura de uma nova frente de produção estatal no Distrito, deve ser programada em função do pleno emprego de todos os trabalhadores e fazer-se acompanhar da construção de alojamento e centros sociais que permitirão aos trabalhadores viver numa comunidade.

Entretanto, deve-se transformar em aldeias comunais o existente "alojamento dos trabalhadores", tendo a sua própria base política independente da empresa e possuindo as condições sociais para sustentar e educar as famílias de operários agrícolas no campo.

Por isso é preciso uma reorientação dos planos de alojamento e do emprego de trabalhadores na construção para permitir um ritmo muito mais rápido de construção. Deve-se contar com uma atenção mais profunda por parte da CPAC para os problemas das aldeias comunais no sector estatal agrário. Isto implica não só um programa de construção de residências e de infraestruturas sociais, mas, e principalmente, a organização da comunidade: a formação duma cooperativa de consumo, a organização de um grupo dinamizador, a integração na Assembleia da Localidade Política, órgão que actualmente exclui os trabalhadores do sector estatal.

Papel No Comércio: Ultrapassando o envolvimento em mercados paralelos, o conflito sobre o abastecimento, e a desorganização da comercialização agrária

Embora as actuais reivindicações do campesinato exijam que o CAIA venda e compre mais, o avanço da socialização requer de facto, o retiro do sector estatal agrário da actividade de retalhista. Em vez de vender restos de sementes, adubos e insecticidas ou equipamento aos seus trabalhadores ou aos privados da zona, o CAIA deve vender a um agente estatal designado para a comercialização de insumos agrícolas, que revenderá segundo as prioridades definidas pela planificação distrital.

Em vez de comprar produtos ao sector familiar numa base insegura e não planificada, o CAIA deve ceder instalações mal aproveitadas para a formação de cooperativas de consumo que façam esta comercialização. Assim, os produtos necessários para o consumo dos trabalhadores serão comprados pela empresa às cooperativas de consumo ou à AGRICOM, pagando o preço do consumidor final.

Em vez do CAIA manter lojas especiais para os seus trabalhadores, deverão formar-se, nas aldeias comunais ligadas com o sector estatal agrário, as cooperativas de consumo com quotas de abastecimento que reflectam a sua menor capacidade de auto-subsistência relativamente ao campesinato.

Assim, a redução do papel comercial do CAIA estará ligado ao desenvolvimento de novas formas de distribuição e a um maior registo, controlo e planificação da intervenção estatal na actividade comercial. Como é evidente, uma tal mudança dependerá da capacidade organizativa do Comércio Interno e do Conselho Executivo ao nível distrital.

2.2 A Intervenção Estatal na Actividade Comercial

Para captar excedentes necessários para o desenvolvimento nacional e para a construção de novas formas de distribuição socialistas que melhor sirvam o povo, o Estado tem que controlar a actividade comercial

embora ainda não a consiga monopolizar.

Já vimos que, na Angónia, as medidas defensivas, tal como a vinculação e o controlo policial da fronteira, não têm sido muito eficazes e que se alimenta uma acumulação de capital comercial com interesses opostos ao desenvolvimento socialista. As medidas alternativas requerem a afinação dos instrumentos do poder estatal - policial e económico - e o envolvimento popular na organização e no controlo do comércio.

Restrição do papel comercial dos agricultores privados

A entrada no PEC ou no Plano Distrital - e o conseqüente acesso ao crédito, transporte, combustível e factores de produção - dos comerciantes privados deve ser cuidadosamente controlada, devendo ser exigido a entrega ao Estado de um rendimento apropriado para o nível de financiamento concedido, destinado à renovação do financiamento. De contrário, não se pode esperar que a produção privada na Angónia sirva a acumulação nacional pois ficará fora dos circuitos controlados pelo Estado.

Controlo e análise das actividades dos 20 grandes comerciantes e de uma selecção dos pequenos *

É mais fácil controlar a actividade de indivíduos seleccionados do que toda uma fronteira. Deve-se assegurar, ao nível distrital, o fornecimento de informação sobre comercialização, preços, vendas e rendimento por parte de comerciantes seleccionados no Distrito e analisar esta informação para se poder melhorar o sistema de controlo. É importante que o trabalho de vigilância da actividade comercial seja realizada pelas estruturas políticas locais. Aqueles que hesitam em denunciar o seu vizinho que leva milho de bicicleta para o Malawi possuem, muitas vezes, informação importante sobre o comerciante local.

Maior intervenção do Estado na moagem de milho

Devido ao nível de consumo de farinha de milho na Angónia, a moagem é uma das formas mais seguras de captação de cereais. Como o Estado controla a fábrica de moinhos (que não deve ser abandonada), a importação de motores e a compra de combustível, tem o poder de controlo e deve expandir o seu papel na moagem para o consumo imediato do campesinato.

Uma maior e mais regular colocação de bens básicos de consumo durante todo o ano

O baixo nível e a oferta irregular de bens básicos de consumo no Distrito exigem que o camponês recorra ao mercado negro, ou ao Malawi,

* Nota: Para um modelo ver: O Sistema de Informação sobre a Comercialização Agrária, CEA., 82/3

para satisfazer o seu consumo corrente pela troca de pequenas quantidades de produtos. A ausência destes bens necessários leva à inutilidade de poupanças em metecais. Para além de se considerar a expansão geral do fundo de consumo para o campesinato, deve-se também pensar em alterar a sua composição, para oferecer uma maior quantidade de pequenos bens baratos durante todo o ano - sal, sabão, linha de coser, petróleo, óleo, etc. A oferta regular destes bens deve aumentar a venda de produtos em Moçambique, por parte do campesinato pobre e médio que não ousa despechar o seu milho durante a campanha de comercialização.

Maior colocação de meios de produção para venda aos sectores familiar e cooperativo

É esta a melhor forma de aumentar a comercialização de excedentes do campesinato e aumentar a sua produção. O vivo interesse do campesinato de Angónia pelo programa radiofónico "Malawi Farmer" mostra que quer ultrapassar vários bloqueios técnicos com que se confronta para produzir mais e melhor. Assim, uma maior quantidade e uma maior gama de meios de produção, ligada a um programa de extensão agrária, avançará a comercialização agrária na Angónia.

Melhoria da Posição competitiva das cooperativas de consumo

As cooperativas de consumo constituem quase uma força espontânea na Angónia, mas os seus resultados económicos são fracos e a sua contribuição para a distribuição é mínima. É preciso melhorar a sua capacidade de para concorrer com o comércio privado.

Por isso, o Conselho Coordenador das Cooperativas de Consumo terá que deixar de ser um órgão ad hoc que trabalha nos momentos de crise para assumir tarefas planificadas no apoio às cooperativas. Terá que considerar medidas tais como:

- A organização de cursos de contabilidade e de controlo para as cooperativas, aproveitando quadros formados do CAIA e ligados ao programa de educação de adultos;
- Preferência na colocação de moagens nas cooperativas de consumo;
- Prioridade às quotas de meios de produção para as cooperativas de consumo nas alturas de falta no abastecimento;
- Pequenos cursos de técnicas melhoradas a serem oferecidos pela Agricultura, através das cooperativas de consumo;
- Planificação de transporte regular para as cooperativas de consumo, numa base mensal;
- Integração do programa de comercialização de gado no âmbito das cooperativas de consumo.

2.3. Organização da Direcção Distrital da Agricultura

As actuais funções da Direcção Distrital da Agricultura são essencialmente burocráticas: registar os planos apresentados pelos sectores privado e cooperativo no Distrito. Como o sector familiar é um sector não planificado, o contacto entre este e a DDA é quase nulo. Apenas o Serviço de Pecuária mantém algum trabalho com o campesinato.

Como o movimento cooperativo deverá vencer pela sua superioridade como forma de produção, é urgente que o trabalho técnico da DDA no seio do campesinato seja reforçado. Além da possibilidade de colocar na Angónia quadros da Agricultura melhor capacitados, é possível reorganizar os existentes recursos do Distrito para dar um papel técnico mais dinâmico à DDA.

- A DDA deve organizar e implementar um sistema de recolha de informação básica sobre a campanha agrícola a partir das Assembleias das Localidades. Uma melhor planificação da intervenção do Estado na agricultura familiar dependerá da existência de informação (em vez de impressões) regular e contínua, sobre as diversas situações no Distrito.

- O CRED (Centro Rural de Experimentação e Desenvolvimento) deve ser colocado sob a responsabilidade da DDA. Actualmente o CRED "anda um pouco no ar", sem apoio real do sector estatal e sem integração na planificação e actuação distrital. É importante, por exemplo, que os instrumentos introduzidos nos programas do CRED estejam realmente integrados nos planos de abastecimento para o Distrito.

3. Experiência Piloto: Organizar e Armar os Quadros do Partido ao Nível da Base

Na socialização da agricultura familiar, a consolidação da experiência-piloto da nova vida colectiva é um instrumento chave, enquadrando os quadros do Partido em tarefas concretas da Revolução enquanto ensinando os objectivos estratégicos do socialismo. Há, porém, algumas lições a tirar do caso de Angónia sobre a concepção da experiência-piloto.

- O modelo terá que ser apropriado a cada fase da revolução. Na Angónia, onde a formação de aldeias comunais com todas as famílias envolvidas na produção colectiva pressupõe uma maciça reforma agrária, não se pode construir imediatamente um modelo do objectivo final. Os primeiros modelos serão grupos de produtores que juntam as suas forças e as suas terras para determinados tipos de produção ou aldeias que organizam cooperativas de consumo.

- A experiência-piloto serve ao desenvolvimento socialista do Distrito. Um modelo de uma aldeia comunal ou cooperativa não é uma oferta filantrópica que convence os camponeses do bem do socialismo, mas antes que se reconhece pela transformação e avanço que efectua na organização da vida das pessoas.

Mandar tractores para lavrar um terreno cooperativo, por exemplo, não realiza qualquer mudança necessária para a organização da agricultura familiar dos membros. Sabe-se pois, que não é experiência-modelo.

- A experiência-piloto não é apenas um modelo da nova vida do campesinato, mas também de um novo relacionamento entre o Estado e o campesinato. Por isso, não se pode oferecer uma cooperativa (financiamento, lavoura, insumos) com a finalidade de se tentar acalmar um conflito entre o Estado e o campesinato, sobre a apropriação da terra.

Também não se podem conceder créditos durante anos seguidos sem a cooperativa assumir a responsabilidade pela sua própria produção e desenvolvimento, nem se pode esperar a consolidação das experiências-piloto sem o desenvolvimento de uma planificação conjunta dos recursos estatais que garanta, consistentemente, a realização dos compromissos assumidos pelo Estado perante as cooperativas.

Assim, num distrito tal como o da Angónia, que possui um grande sector estatal agrário, seria absurdo sugerir que a maioria dos recursos estatais não se dirijam para o sector estatal, mas é importante que quando nos planos há falhas, estas não devam necessariamente pesar sobre o campesinato.

Contando portanto com a experiência já ganha na Angónia, a organização actual da agricultura familiar e a posição estratégica do Distrito, propõem-se três imagens da experiência-piloto: da cooperativa de produção agrícola, da cooperativa de consumo e da aldeia comunal. O objectivo aqui não é propor planos fixos mas antes concretizar e estimular a discussão e debate ao nível de base que afinará e aplicará a linha da socialização do campo em cada zona do Distrito.

3.1 A Aldeia Comunal

Hoje a segurança básica da família da Angónia - o seu acesso à terra, apoio no trabalho, ajuda alimentar, utilização de meios de produção ou transporte - depende da manutenção de várias ligações sociais estabelecidas no passado. O clã, a igreja, a associação de dança, até às ligações de patronagem com o cantineiro local: a comunidade assim formada protege as famílias camponesas por ligações de interdependência e ajuda-mútua contra a insegurança da sua base material.

O desenvolvimento socialista na Angónia criará uma nova base para a comunidade camponesa, a propriedade colectiva, base de uma unidade de interesses no seu presente seguro e no seu futuro desenvolvimento.

Na Angónia, o que tem importância, não é nem a redefinição dos grupos de residência nem o confronto directo com as estruturas de parentesco e religião, mas antes a criação de novas formas de vida que assumam e transformem as funções da antiga comunidade - cooperativas, escolas, postos de saúde, centros sociais, etc.

Aqui é crucial o reforço do papel das estruturas políticas de base. O Conselho Executivo do Distrito terá que se reorganizar para permitir a integração das Assembleias e dos Grupos Dinamizadores na planifica-

ção da escola, do posto de saúde, na disposição das terras que se encontram no seu âmbito de acção, na formação ou consolidação de uma cooperativa de consumo.

O nível do povoado (círculo) é normalmente demasiado extenso para permitir uma operação real e consistente das estruturas políticas locais nestas actividades. Para que este processo seja dirigido pelo Partido, será desejável, onde for possível, a formação de células do Partido ao nível da povoação.

O programa de obras de apoio às experiências-piloto, deve reforçar as construções sociais, como, escola, posto de saúde, centro social, cooperativa de consumo, armazém.

3.2. A Cooperativa de Produção Agrícola

No contexto de Angónia a experiência-piloto para as cooperativas de produção será um grupo de camponeses residentes na mesma povoação que junta as suas forças e as suas terras para uma determinada forma de produção. O primeiro modelo seguido no distrito - a formação de uma cooperativa em cada povoado (círculo), normalmente a partir de uma machamba colona abandonada - não vingou precisamente porque não existia nem permitia uma reorganização da agricultura familiar dos vários membros cultivando machambas dispersas e, portanto, afastados uns dos outros no seu trabalho quotidiano. A pequena escala das cooperativas na Angónia não constitui em si um problema - se representa um grupo de 15-20 famílias que se juntam no cultivo das baixas, para construir capoeiras ou para plantar um pomar.

O segundo elemento da cooperativa-piloto na Angónia será que ela represente para os seus sócios uma nova forma de propriedade que seja duradoura. Assim, a prioridade na primeira concessão de crédito deve ser para os projectos que envolvam a drenagem de uma baixa, a construção de um armazém, a compra de charruas ...

Quando todo o financiamento vai simplesmente cobrir custos correntes da produção - maquinaria, adubo, insecticida - não se estabelece nenhuma propriedade alternativa à machamba familiar nem se realiza um avanço consolidado das forças produtivas. Finalmente, a cooperativa-piloto na Angónia será, em conjunto com as cooperativas de consumo, o foco da extensão agrária organizada pelo Estado no seio do campesinato.

O papel principal da experimentação e inovação para o desenvolvimento da agricultura camponesa, cabe às cooperativas de produção que aplicam projectos dinamizados e seguidos por estruturas estatais, tal como o CRED. Isto significa que o risco de tal experimentação e inovação terá que cair sobre o Estado e não sobre a cooperativa. Isto é, a cooperativa terá que ter a garantia absoluta de fornecimento a tempo dos factores de produção necessários e de compensação da sua força de trabalho se o projecto não se provar rentável.

3.3. A Cooperativa de Consumo

A cooperativa de consumo modelo na Angónia deverá ser baseada na aldeia comunal (sendo possivelmente a sua primeira forma de organização colectiva) e incorporará por norma todos os residentes que se querem associar, quer dizer, estabelecendo uma quota de entrada flexível. A cooperativa faz a comercialização agrária, comprando apenas aos seus próprios membros, isto é, não acumula lucro comercial na base da produção familiar de pessoas alheias à cooperativa.

As cooperativas recebem abastecimento certo em bens de consumo e factores de produção conforme o número de sócios, têm moagem, recebem prioridade na colocação e transporte estatal dos produtos comprados, e-lhes concedido financiamento para a compra de equipamento e crédito comercial, uma vez que manifestem uma organização e contabilidade adequadas. A organização da cooperativa será uma tarefa de prioridade para o novo Grupo Dinamizador. Assim, na primeira fase da revolução na Angónia existirá uma desarticulação entre as cooperativas de produção e de consumo, tendo a segunda uma escala de associação muito maior, e a primeira acumulando através da produção e não da comercialização.

Neste sentido a actual existência de muitas cooperativas de consumo lançadas quase espontânea e independentemente das cooperativas de produção constitui uma base para a consolidação do movimento.

Esforços por parte de pequenos grupos de produtores, tais como os da Cooperativa 3 de Fevereiro, que conseguiram um estabelecimento comercial, para venda e compra à restante população, não constituem uma experiência-piloto para o distrito de Angónia.

CONCLUSÕES

O distrito de Angónia tem um grande papel a desempenhar no avanço da revolução. A agricultura camponesa produz e comercializa excedentes alimentares que podem contribuir para a alimentação da classe operária. O grande e disperso sector estatal agrário pode, não só produzir comida, como também dinamizar o avanço técnico e social da agricultura camponesa no movimento cooperativo.

Mas para realizar o potencial de Angónia é preciso lutar, e esta luta, é uma luta contra uma estrutura de classes capitalistas, que não deixou de existir com a Independência Nacional. A independência Nacional eliminou o carácter colonial dessa estrutura e criou o poder revolucionário indispensável à transformação socialista da produção. As características actuais da agricultura familiar - o recurso regular ao trabalho assalariado, os bloqueios técnicos representados pelos esgotamentos de reservas de terras aráveis, de pastagens, das florestas, a diferenciação da produção - têm as suas raízes nas formas de exploração do capitalismo colonial.

As características do comércio - pequena especulação por parte duma camada do camponato, a concorrência dos agricultores-comerciantes com o Estado na actividade grossista, intensas ligações de troca entre o Malawi e Moçambique - reflectem também a economia colonial.

Os conflitos entre o camponato e o sector estatal agrário - acerca da terra, do recrutamento de mão-de-obra, da comercialização - surgem das antigas contradições entre camponeses e colonos.

Para vencer a estrutura de classes herdada da economia colonial é fundamental a socialização da produção familiar, sem a qual, o Estado não poderá planificar a distribuição, sem a qual não há base para criar interesses comuns entre o camponato e a machamba estatal. A luta pela socialização da agricultura familiar não é uma luta entre o socialismo e o feudalismo, mas antes uma luta entre o socialismo e o capitalismo. Quer dizer que, para vencer a luta na Angónia, é preciso reconhecer que o inimigo é a organização capitalista da produção e da distribuição, herdada do colonialismo.

O capital privado, engajado no comércio e na agricultura na Angónia, tem um papel positivo a desempenhar na produção e na distribuição nesta fase da revolução, mas tem que ser obrigado a fazê-lo. De contrário, a actual escassez de produtos e a situação financeira do distrito levam, naturalmente, à especulação e à fuga dos circuitos de troca controlados pelo Estado.

A pequena burguesia nacional, surgindo da camada mais próspera do campesinato no período pós-Independência, ainda é relativamente fraca, interessada em concorrer com o capital estabelecido, mais sujeita ao controlo estatal. No entanto, a pequena burguesia não tem nenhum interesse objectivo no avanço da socialização do campo; não se opõe, mas também não participa - sem que haja uma direcção forte.

O processo de diferenciação do campesinato, baseado na semi-proletarização e pequena produção de mercadorias da economia colonial, ainda continua. Cria uma camada que investe, acumula e vive um pouco melhor e cria aspirações parecidas para os que ficam ou voltam para o campo.

Assim, para avançar com a socialização do campo na Angónia, o poder estatal terá que ser exercido de modo a que fique clara a linha de classe entre exploradores e explorados. Por isso, é preciso romper com a aliança anti-estatal entre o capitalista e camponês que resulta, em parte, das posições defensivas assumidas pelo CAIA e pelo controlo comercial do distrito. Por isso, é preciso que as estruturas políticas de base assumam tarefas concretas na socialização da produção, da distribuição, das condições de vida. É preciso que o poder popular dirija a revolução a partir da base.

As tarefas imediatas do poder socialista na Angónia, para se realizar a socialização da agricultura, são:

- 1) Relacionamento CAIA-Camponeses;
- 2) Comercialização;
- 3) Estruturas políticas e do poder popular na base (linha e composição).

Só assim se pode garantir:

- a ampla participação popular na edificação de uma economia socialista planificada;
- o papel dinamizador da planificação no aumento da produção e da produtividade e na distribuição socialista;
- o controle e progressiva eliminação do poder local da burguesia e pequena-burguesia agrária e comercial;
- a superação da base material das aspirações pequeno-burguesas da camada mais próspera do campesinato pela aliança camponeses-Estado na transformação socialista da agricultura.

CEA RELATÓRIO NO. 83/2

PREÇO: 345,00 MT

PREÇO (ALUNOS DO CEA): 260,00 MT

TIRAGEM: 500 EXEMPLARES

EXEMPLAR NO.: 357

Universidade Eduardo Mondlane. Centro de
Estudos Africanos.

Famílias camponesas da Angónia no
processo de socialização do campo /
Centro de Estudos Africanos. - [Maputo]:
Centro de Estudos Africanos [1983].

88 p. (CEA Relatório No. 83/2)